

Fábio Souza da Cruz

**A cultura da mídia no Rio  
Grande do Sul:  
O caso MST e Jornal do Almoço**

Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul  
2006



# Índice

<b>1</b>	<b>Os estudos em telejornalismo no Brasil</b>	<b>15</b>
1.1	A Centralidade da RBS TV no Rio Grande do Sul	24
1.1.1	A Hegemonia do telejornalismo ao meio-dia: o Jornal do Almoço . . . . .	26
1.2	O MST e a Trajetória de Luta pela Terra . . . . .	30
1.2.1	O MST e as questões de Cultura, Identidade e Mídia . . . . .	37
1.2.2	O MST Hoje e Amanhã . . . . .	43
1.3	O MST no cenário do Rio Grande do Sul . . . . .	46
1.4	O Processo de Globalização: um novo tempo de batalhas para o MST . . . . .	50
<b>2</b>	<b>Delineamentos teóricos da pesquisa</b>	<b>57</b>
2.1	Metodologia . . . . .	87
2.1.1	A Proposta Metodológica da Pesquisa . . . . .	88
2.1.2	Do <i>corpus</i> . . . . .	101
2.1.3	Da recepção . . . . .	104
<b>3</b>	<b>Análises</b>	<b>111</b>
3.1	O anúncio de João Pedro Stedile e o Princípio dos Momentos . . . . .	111
3.1.1	O fim da lua-de-mel entre Lula e o MST . . . . .	112
3.1.2	O desconcerto do governo Lula . . . . .	114
3.1.3	A primeira invasão do MST . . . . .	115
3.1.4	O inferno anunciado por João Pedro Stedile	117

3.1.5	O recrudescimento do MST . . . . .	121
3.1.6	O Governo Federal preocupado com o MST	123
3.1.7	O cadastramento das 300 famílias . . . . .	124
3.1.8	A retomada das invasões . . . . .	125
3.1.9	Abril Vermelho chega à metade . . . . .	127
3.1.10	A caminhada pela bolsa . . . . .	128
3.1.11	A visita de João Pedro Stedile . . . . .	130
3.1.12	O anúncio do maio verde . . . . .	131
3.1.13	Aumentam as invasões do MST pelo País	132
3.1.14	O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé . . . . .	132
3.1.15	Nova invasão do MST no estado . . . . .	136
3.1.16	MST desocupa fazenda . . . . .	137
3.1.17	A marcha do MST . . . . .	138
3.1.18	A persistência das invasões de terra . . . . .	139
3.1.19	MST retoma manifestações pelo estado .	139
3.1.20	MST pede mais verba para os atingidos pela seca . . . . .	145
3.2	O primeiro movimento: as questões de texto e contexto . . . . .	150
3.3	Da recepção: o primeiro encontro . . . . .	156
3.3.1	Da recepção: o segundo encontro . . . . .	160
3.4	A identidade cultural como forma de mediação do MST . . . . .	174
3.4.1	“Quem ameaça é inimigo e é desta forma que nós somos tratados” . . . . .	174
3.4.2	“Eu vejo, mas não gosto” . . . . .	178
3.4.3	“Eu vejo uma perseguição!” . . . . .	182
3.4.4	“Olha, não estamos gostando de vocês!” .	187
3.5	O outro lado da moeda: a recepção e suas mediações	192
<b>4</b>	<b>Espelho distorcido</b>	<b>201</b>
<b>5</b>	<b>Referências bibliográficas</b>	<b>211</b>

*Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do  
título de Doutor em Comunicação Social, ao programa de  
Pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de  
Comunicação Social da PUCRS.*

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C957e – Cruz, Fábio Souza da

A cultura da mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST e Jornal do Almoço / Fábio Souza da Cruz; orientadora Ana Carolina Escosteguy – Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

207 f.; il.

Tese – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, 2006.

1. Comunicação de Massa e Cultura

2. Movimentos Sociais I. Título.

CDD 302.23

Bibliotecária Responsável

M. Fátima S. Maia

CRB 10/1347

## **Resumo**

Este trabalho apresenta um estudo envolvendo um movimento social – o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) – e a mídia do Rio Grande do Sul, mais especificamente o JA (Jornal do Almoço), noticiário televisivo local que pertence à RBS TV, emissora da RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação). São entrevistados membros do Movimento com vistas a colher posicionamentos sobre a maneira pela qual o MST se vê no JA. O *corpus* desta pesquisa é constituído por edições veiculadas pelo JA durante o “Abril Vermelho”, período que caracterizou um mês de manifestações dos mais diversos tipos, anunciadas e realizadas pelo MST no ano de 2004. São adotados os pressupostos teórico-metodológicos de Douglas Kellner e a Pedagogia Crítica da Mídia, e Jesús Martín-Barbero e a perspectiva das mediações; em segundo plano, Stuart Hall e Néstor García Canclini, no que se refere às noções de cultura e identidade cultural e, por fim, John Thompson, no que diz respeito às questões de ideologia e poder.

## Introdução

Este trabalho discutirá as relações estabelecidas entre a cultura propagada pela mídia e a produção de sentido realizada por integrantes de um movimento social. Pretende-se investigar como uma determinada identidade cultural<sup>1</sup> – o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) – interage com os textos veiculados pelos meios de comunicação – a RBS TV (emissora da Rede Brasil Sul de Comunicações) através do JA (Jornal do Almoço) – construindo, dessa forma, suas concepções e interpretações a respeito das produções midiáticas.

No que se refere ao objetivo específico, a presente pesquisa propõe a realização de um estudo que contemple produção textual e recepção, articulando o posicionamento de membros do MST, que pertencem a um assentamento localizado no Rio Grande do Sul, com as notícias que são veiculadas no telejornal JA, da RBS TV, afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul. Neste sentido, portanto, serão levadas em conta as esferas produtivas e receptoras. Pretende-se, desta forma, averiguar qual é a produção de sentido de integrantes do MST frente às informações construídas pelo referido programa a respeito do próprio Movimento.

Um dos focos deste estudo – o MST – consiste em um movimento social formado por agricultores do meio rural, que surge em 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. Insatisfeitos com os rumos de uma política que beneficie o homem do campo, os integrantes do Movimento, oriundos das mais diversas partes desse mosaico social que é o Brasil, emergem, assim, como novos atores na luta pela terra, para trabalhar, reivindicando a implantação de uma reforma agrária digna e justa.

Por outro lado, levando em conta o fato de que, hoje, a RBS consiste num dos principais agentes de mediação da cultura no Rio Grande do Sul, possuindo caráter hegemônico no estado, per-

---

<sup>1</sup> Esta referência diz respeito específico ao MST, que possui relações sociais, políticas, econômicas e culturais particulares.



cebe-se que ainda são poucos os estudos na área da comunicação social sobre essa emissora e o JA<sup>2</sup>.

Outrossim, o propósito desta investigação explica-se por constatar, preliminarmente, a incipiência das pesquisas sobre o MST na área da comunicação, resumindo-se basicamente à produção de artigos em revistas ou na internet, além de escassas produções bibliográficas<sup>3</sup>. Não obstante, desconhece-se algum movimento no rumo de um estudo de recepção com integrantes do MST.

Nesse sentido, o trabalho é justificado também pela necessidade de conhecer quais são as apropriações que integrantes do MST fazem sobre as matérias veiculadas pela RBS TV sobre o próprio Movimento. Sendo assim, o objeto empírico da pesquisa constitui-se a partir de um grupo de assentados que foi reunido no assentamento “Pitangueiras”<sup>4</sup>, localizado no interior do município de Canguçu, que está situado a 298 Km da capital Porto Alegre e possui uma população de 51427 habitantes<sup>5</sup>.

A pesquisa será baseada em dois momentos: em primeiro lugar, pretende analisar os textos produzidos pelo JA sobre o MST, levando em conta o contexto de produção do programa<sup>6</sup>. Em segundo lugar, propõe investigar a recepção de integrantes do Mo-

---

<sup>2</sup> Dentre as pesquisas sobre a RBS, destacam-se as realizadas por Cruz (1996), Schirmer (2002), Hinerasky (2004) e Iser (2005), as quais serão utilizadas ao longo desta investigação.

<sup>3</sup> As pesquisas de Berger (1998) e Sá (2001), abordadas nesta pesquisa e vinculadas aos estudos de comunicação social, merecem destaque aqui. Além dessas, menciona-se, também, Gohn (1997; 2000), na área das ciências sociais, e Voese (1998), através da perspectiva da análise de discurso, os quais incorporam aos seus trabalhos o tema da mídia.

<sup>4</sup> O assentamento foi criado no dia 17 de julho de 2001. Lá, em uma área de 539 hectares, as culturas produzidas pelas 23 famílias são o arroz, o feijão, o milho, a batata e a mandioca. Também estão sendo iniciadas experiências nos setores leiteiro, frutigranjeiro e na avicultura. Disponível em <<http://www.ra.rs.gov.br>> Acesso em: 09 out. 2005.

<sup>5</sup> Disponível em <<http://www.brasilchannel.com.br>> Acesso em: 08 maio 2005.

<sup>6</sup> O que não significa fazer uma observação das rotinas produtivas do telejornal.

vimento com relação ao telejornal. Partindo disso, serão averiguadas, portanto, as relações estabelecidas entre os agricultores com os meios, neste caso específico, as interpretações frente às edições do JA que contemplaram o MST.

Cabe também salientar que o trabalho pretende fugir de um mero exercício de “satanização” dos meios de comunicação. Mesmo reconhecendo que, na cultura da mídia, há representações produzidas que, intencionalmente ou não, estereotipam – negativa ou positivamente – certas pessoas ou instituições, ressalta-se que a prática panfletária do discurso foge dos propósitos desta investigação. Por isso, além do estudo de recepção proposto aqui, julga-se pertinente analisar o texto, dispensando, neste caso, atenção ao primeiro movimento do processo de cultura, exposto por Johnson (1999), o contexto de produção, considerando um cenário permeado pela lógica capitalista, que implica também relações de poder.

Como *corpus* de estudo, a pesquisa tomará as edições do JA durante o “Abril Vermelho”<sup>7</sup>, período marcado por diversas manifestações, as quais foram anunciadas por um dos líderes do MST, João Pedro Stedile, em uma palestra para integrantes do Movimento, no final de março de 2004, e veiculadas pelo Jornal Nacional e a mídia tradicional brasileira. Como saldo, o período resultou na realização de 135 ocupações<sup>8</sup> por 33411 famílias em 20 estados brasileiros, de acordo com informações obtidas junto ao próprio Movimento.

<sup>7</sup> O *corpus* está constituído por 18 edições, veiculadas durante o mês de abril. Além dessas, a pesquisa levará em conta também outras três edições que foram ao ar em março – uma do Jornal Nacional e duas do JA. A inclusão dessas três últimas tem, como objetivo principal, contextualizar a questão do “Abril Vermelho”. Portanto, no total, serão analisadas 21 edições.

<sup>8</sup> A mídia costuma utilizar também o termo “invasão”. De acordo com Görge (1991, p.109), invasão consiste em apoderar-se de propriedade alheia com violência. Ocupação implica apoderar-se legalmente de algo. É um ato político que visa chamar a atenção do poder para o problema do MST. Neste trabalho, o uso dos termos “invasão” e “ocupação” será feito de forma irregular. Seguindo a predominância do seu uso, quando o texto for proveniente dos meios de comunicação, a palavra escolhida será “invasão”. Por outro lado, caso esteja ligado aos Sem-Terra, utilizar-se-à “ocupação”.

Sendo a emissora de maior audiência no estado, a RBS é afiliada da Rede Globo desde 1967. Possui 17 emissoras de TV (12 no Rio Grande do Sul e cinco em Santa Catarina), seis jornais e cinco rádios; é dona de um canal rural e outro, de acesso restrito, com proposta de atender o local. Tem uma agência de notícias, uma gravadora de discos, uma editora, um provedor de acesso à internet e também uma produtora de vídeo.

Tendo no telejornalismo o seu mais importante gênero, a RBS TV apresenta cerca de duas horas diárias de noticiários, assim distribuídas: “Bom Dia Rio Grande” (45 minutos), “Jornal do Almoço”<sup>9</sup> (45 minutos), “Globo Esporte” (dez minutos) e RBS Notícias (20 minutos). Aos sábados, vai ao ar o programa “Vida e Saúde” (30 minutos) e, aos domingos à noite, a emissora tem, ainda, a revista eletrônica “Teledomingo” (40 minutos) e o esportivo “Lance Final” (20 minutos).

É justamente a articulação entre a mídia – através do jornalismo e o gênero telejornalismo – e um movimento social que conduzirá a pesquisa. Assim, a investigação partirá de uma revisão bibliográfica sobre os estudos realizados no Brasil na área do telejornalismo. Posteriormente, passará pelo surgimento, expansão e consolidação da Rede Globo de Televisão e o seu principal telejornal, o Jornal Nacional, até chegar à empresa afiliada da emissora no Rio Grande do Sul, a RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação) e o telejornal JA (Jornal do Almoço).

Na seqüência, o trabalho apresentará o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que terá sua história construída atra-

---

<sup>9</sup> “No ar há 32 anos, o JA é o mais antigo telejornal da RBS TV. Marcado pela descontração e pelo jeito informal de transmitir as informações, o Jornal do Almoço reúne, em 45 minutos diários, assuntos tão diversos quanto cultura, variedades, noticiário factual, musicais, entrevistas ao vivo e comentários. Temas da atualidade, comportamentos e os fatos da manhã fazem parte do ‘menu’ do JA. A equipe do programa é composta pelo editor-chefe, José Pedro Villalobos, pela editora-executiva, Tanise Dvoskin, pelos editores Melissa Gass, Maurício Setúbal, Marcos Bohn e o produtor Vítor Rodrigues, e pelas apresentadoras Cristina Ranzolin e Rosane Marchetti”. Disponível em <[www.clickrbs.com.br](http://www.clickrbs.com.br)> Acesso em: 09 maio 2005.

vés de um exercício de contextualização, relacionando a questão agrária no Brasil e a política brasileira a partir de 1984, ano de fundação do MST. Não obstante, o Movimento também será trabalhado junto ao processo de globalização, o poder e a mídia.

Como eixo central, a investigação fará uma articulação entre os pressupostos teóricos da Pedagogia Crítica da Mídia, do norte-americano Douglas Kellner, e a perspectiva das mediações, do espanhol/colombiano Jesús Martín-Barbero. Em segundo plano, Stuart Hall e Néstor García Canclini nortearão as questões sobre cultura e identidade cultural, além de John B. Thompson, no que se refere aos conceitos de ideologia e poder.

Dentro de uma perspectiva norteadas por princípios de uma ciência social crítica, ao observar como se configuram os contextos de produção e recepção, a pesquisa contará com a abordagem metodológica de Kellner, que leva em conta a questão do texto e o contexto através das categorias horizonte social, campo discursivo, ação figural e impacto cumulativo, e Martín-Barbero, com as mediações.

A investigação apresenta duas premissas de trabalho: no primeiro nível, o do contexto de produção do texto, parte-se do pressuposto de que o JA concebe o MST como uma ameaça à ordem, justificando, assim, uma intervenção mais dura por parte da polícia e da justiça.

Já no segundo nível, o da recepção, supõe-se que a tendência mais forte dos membros do MST é a de resistir<sup>10</sup> às notícias do JA, justamente porque o histórico da relação entre o Movimento e o grupo Globo – e, mais em particular, a RBS – é marcado por sérias divergências, o que será visto no decorrer desta pesquisa. Salienta-se, aqui, que o estudo de recepção proposto não pretende generalizar os resultados a partir de um número limitado de pessoas. Tem como objetivo apenas detectar posicionamentos no in-

---

<sup>10</sup> Esta pesquisa sustenta tal ideia não sem antes admitir que existem autores como, por exemplo, Kellner, que vêem na fetichização da resistência uma das deficiências dos estudos culturais no âmbito da recepção.

terior de uma identidade cultural particular, conforme colocado anteriormente.

Serão estabelecidos cenários contextualizados tanto com relação à produção do texto midiático quanto também no que se refere à recepção e sua produção de sentido. Nessa última, as técnicas utilizadas consistirão no grupo de discussão<sup>11</sup> e as entrevistas por pautas<sup>12</sup>. Estas serão aplicadas junto às pessoas mais motivadas no processo anterior (grupos de discussão).

Inerente a esse trabalho, a preocupação em descer ao social será realizada mediante uma tentativa de compreensão das relações entre a mídia e os movimentos sociais. Nesse sentido, entendendo que os estudos de recepção não se dão isoladamente, acredita-se que a articulação entre as esferas produtivas e receptoras poderá promover uma investigação mais completa. Tal perspectiva possibilita ir além das simples constatações de uso comum, e projeta, como fator indispensável, uma postura crítica do pesquisador.

---

<sup>11</sup> Nessa modalidade, os assentados assistirão uma seleção das edições do JA, que contemplaram o MST, e tecerão seus comentários.

<sup>12</sup> Segundo Gil (1995, p.117), “a entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo do seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo”.



# Capítulo 1

## Os estudos em telejornalismo no Brasil

A bibliografia sobre telejornalismo no Brasil possui, em geral, duas linhas de investigação: a primeira está ligada aos aspectos técnicos e/ou normativos da prática jornalística; a segunda apresenta nuances: ora alia técnica e história, incluindo não raramente depoimentos e relatos de profissionais da área, ora denota um viés mais crítico.

Exemplificando, fazem parte do primeiro tipo de investigação as produções de Barbeiro (2002), Barbeiro e Lima (2002), Bittencourt (1993), Cunha (1990), Curado (2002), Esteves (1990), Machado (1988), Maciel (1995), Smolka (1971), Squirra (1990) e Teodoro (1980). Estas obras constituem-se em referência didática a respeito do telejornalismo em nível de pauta, redação, entrevista, produção, edição e apresentação. Todavia, vale sublinhar que esses quesitos não serão abordados neste trabalho, justamente por não ser esse o foco desejado.

Dentro da segunda linha de investigação, em relação ao histórico dos telejornais, “Imagens do Dia” surgiu junto com a PRF-3 de São Paulo<sup>1</sup>, em 1950, e manteve-se no ar por pouco mais de

---

<sup>1</sup> Logo em seguida, passaria a se chamar TV Tupi de São Paulo, considerada a primeira emissora de televisão da América do Sul. Nos primeiros seis

dois anos, sendo substituído pelo “Telenotícias Panair” que, por sua vez, cede lugar, em junho de 1953, ao “Repórter Esso”, considerado o primeiro noticiário televisivo de sucesso. Como sinaliza Gomes (2002, p.180), “as dificuldades técnicas encontradas no início da televisão obrigavam os telejornais a adotar o formato de transmissão direto do estúdio de gravação, quase sem coberturas externas e com uma linguagem próxima do radiojornalismo”<sup>2</sup>.

No ano seguinte, o Rio de Janeiro teve sua versão do Repórter Esso, que permaneceu no ar por quase 20 anos, ao contrário da versão paulista que durou pouco mais de um ano. Segundo Squirra<sup>3</sup> (1993, p.105), de estilo norte-americano, o “Repórter Esso”

veio impor o primeiro padrão para a apresentação de noticiário no jornalismo eletrônico brasileiro e também para os demais fatos ligados à imagem do programa e de seus apresentadores, que, via de regra, eram locutores com experiência no veículo, mas que não eram jornalistas profissionais.

“Jornal de Vanguarda”<sup>4</sup> e “Show de Notícias”, ambos da TV Excelsior, Rio de Janeiro e São Paulo respectivamente, foram ao

---

meses de vida, a TV Tupi de São Paulo tinha apenas três horas de programação diária, indo das 19h às 22h. Intercalava filmes, espetáculos de auditório e noticiários. Essa fase foi marcada pela improvisação associada a uma linguagem radiofônica aliada à imagem (PATERNOSTRO, 1994).

<sup>2</sup> Sublinha-se que, nesse período, o *video tape* ainda não era uma realidade na TV brasileira. Dados oficiais afirmam que a TV Tupi de São Paulo foi a primeira emissora a utilizar o *video tape*. O fato ocorreu na festa de inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960.

<sup>3</sup> Cabe observar que este autor oscila entre a primeira e a segunda linha de investigação sobre o telejornalismo no Brasil: ora tende a questões ligadas à técnica, ora aborda aspectos históricos.

<sup>4</sup> Segundo Gomes (2002, p.181), esse noticiário “provocou uma reviravolta na concepção de telejornalismo que se tinha no País, ao introduzir a participação de jornalistas como produtores e a participação de cronistas especializados como apresentadores das notícias”. Interessante também o depoimento de Rezende (2000, p.107) sobre a projeção desse telejornal no exterior: “[O Jornal



ar de 1962 a 1965, e apresentavam vários locutores (incluindo, entre eles, o futuro apresentador do Jornal Nacional, Cid Moreira) e comentaristas, abandonando o estilo radiofônico dos outros telejornais da época.

Já sob o regime militar<sup>5</sup>, a televisão brasileira dá um salto de qualidade. A criação da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) torna possível a programação em rede, por microondas ou satélite<sup>6</sup>. No entanto, esse desenvolvimento tecnológico implicaria uma contradição: a castração do direito de informar devido ao período de censura pelo qual passava o País.

Com a intervenção militar recrudescida a partir de 1968, vai ao ar, precisamente no dia 1º de setembro de 1969, o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão<sup>7</sup>, inaugurando o conceito de telejornal em rede e promovendo, assim, uma verdadeira “integração nacional”.

---

de Vanguarda] recebeu, na Espanha, em 1963, o prêmio Ondas, como o melhor telejornal do mundo e foi utilizado por McLuhan – um dos teóricos da comunicação de maior projeção – em suas aulas sobre comunicação”.

<sup>5</sup> Nesse período, mais precisamente em 1965, surge a Rede Globo de Televisão, do empresário Roberto Marinho, após uma série de escândalos, que mencionavam a injeção de capital estrangeiro, através de acordos entre a emissora e o grupo norte-americano *Time-Life*, o que, diga-se de passagem, era proibido na época. Sobre esse assunto vale destacar o pioneiro trabalho de Herz (1987). Neste sentido, também Capparelli e Lima (2004, p.73) destacam que “os próprios Diários Associados, de Assis Chateaubriand, incumbiram-se do ataque à associação Globo/Time-Life. O motivo alegado foi a defesa dos valores nacionais e a divulgação de um plano da Globo de criar tanto uma rede nacional de televisão como uma de rádio. Prontamente, após exame sumário da matéria, o Consultor Geral da República concluiu pela não existência de infringência legal no contrato entre a Globo e a Time/Life”.

<sup>6</sup> Com a expansão da televisão por todo o território brasileiro, a TV Globo começa a investir no crescimento e a adotar o sistema de redes afiliadas. O momento era propício e ela possuía o capital necessário para tal. Na verdade, os Diários e Emissoras Associados também adotaram o novo sistema, mas não com tanto êxito.

<sup>7</sup> Vários autores como, por exemplo, Mattelart (1989) e Wolton (1996), mencionam que a televisão brasileira pode ser dividida em duas grandes fases: antes e depois da criação da Rede Globo, sem falar das etapas tecnológicas, derivadas do desenvolvimento de equipamentos.

Para ilustrar o controle dos militares sobre a mídia nesse período, em sua primeira edição, o *Jornal Nacional* – considerado até hoje o principal telejornal brasileiro – colocava no ar uma entrevista do então ministro da Fazenda Delfim Neto, que, em pleno auge da repressão, deu uma palavra de tranquilidade aos brasileiros. Assim, durante os 21 anos do regime militar no Brasil (1964-1985), manifestações, como greves, agitações, conflitos e atentados, não faziam parte da pauta jornalística. “Essa distorção era viabilizada pelos telejornais das emissoras, estabelecidas em redes nacionais” (Pereira Junior, 1997, p.59)<sup>8</sup>.

Apresentando um formato ao estilo norte-americano, o *Jornal Nacional* foi exibido entre duas novelas<sup>9</sup>, a das “7 da noite” e a das “8 da noite”, idéia oriunda do ex-diretor de programação da Rede Globo, Walter Clark, o que acabou gerando um hábito entre os telespectadores que, após assistirem a novela das 19h, mantinham os televisores ligados na emissora, para assistirem à novela das 20h, o que resultava em uma espécie de preenchimento da audiência em todo o horário nobre.

De linguagem simples, o *Jornal Nacional* atingia todas as classes da população brasileira solidificando, cada vez mais, o regime militar. Desta forma, a televisão se tornava um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, pois impunha aos telespectadores a ideologia vigente da época.

Portanto, desde meados da década de 1970, milhões de telespectadores, distribuídos por todas as camadas da sociedade, garantem a liderança de audiência à Rede Globo. O Brasil se conecta pela televisão. O Brasil se conecta pela Rede Globo<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Sobre o papel da Rede Globo durante o regime militar, ver, por exemplo, Lins da Silva (1985), Mattelart (1989) e Simões (in BUCCI, 2000).

<sup>9</sup> Vale sublinhar que as telenovelas da Rede Globo são exportadas para várias partes do mundo. Sobre isso, ver Mattelart (1989) e Marques de Melo (1988).

<sup>10</sup> Conforme Lopes (2001, p.20), “(...) é a Rede Globo que escolhe e determina, hoje, o que a nação deve assistir ou não”. Apesar de, às vezes, ter sua audiência ameaçada; embora, vez por outra, possa apresentar prejuízos ao invés de lucro, a centralidade da emissora permanece intacta entre as TVs generalistas.

Assim, a emissora, hoje, não é somente superior técnica e economicamente às outras, mas, sim, consiste em um lugar de identificação e embasamento cultural dos brasileiros. Lugar no qual as pessoas se unem no plano do imaginário, numa realidade recheada por “contrastes, conflitos e contradições violentas” (BUCCI, 2004, p.222).

Ainda sobre o papel da Rede Globo na vida dos brasileiros, da mesma maneira que ela e suas afiliadas contribuíram para a solidificação do regime militar, apoiando o golpe e colhendo os frutos da política protecionista que veio a seguir, com a volta da democracia, a emissora adere aos interesses da Nova República, de forma oportunista – após anos de silêncio e conivência ininterruptos, falou em “ditadura militar” quando Tancredo Neves foi eleito presidente no Colégio Eleitoral, em 1985. Com a opinião pública favorável à democracia, era necessário adaptar-se aos novos tempos. Com esse exemplo, pode-se perceber que a TV e, particularmente, a Rede Globo sempre se fez presente na vida política do Brasil, sendo o Jornal Nacional um dos braços mais importantes desse processo.

Em pouco mais de meio século de história do telejornalismo brasileiro, cabe ressaltar o surgimento dos noticiários matutinos, como o “Bom Dia Brasil” e o “Bom Dia São Paulo”, e dos vespertinos, como o “Hoje”, ambos da Rede Globo (PATERNOSTRO, 1994). Merecem destaque também “Titulares da Notícia” (TV Bandeirantes, 1970), “Rede Nacional de Notícias” (TV Tupi, 1970) e “A Hora da Notícia” (TV Cultura de São Paulo, 1970) (REZENDE, 2000).

Além desses, aparecem na lista noticiários policiais com tom sensacionalista, como os extintos “Aqui, Agora” (SBT, Sistema Brasileiro de Televisão), “Cidade Alerta” (Rede Record), Brasil Urgente (Rede Bandeirantes) e o “Linha Direta” (Rede Globo). Por fim, salientam-se o finado TJ Brasil e o atual “Jornal do SBT” (SBT), o jornalístico de reportagem especial “Globo Repórter” e o “Jornal da Globo” (Rede Globo), além do “Jornal da Band” (Rede Bandeirantes). O telejornalismo 24 horas no ar também ga-

nha destaque com a implantação das TVs a cabo no Brasil, através dos canais Globo News (Rede Globo) e Band News (Rede Bandeirantes).

De acordo com Marcondes Filho, no princípio, o telejornalismo consistiu em “uma variante do jornalismo impresso”. As notícias, nesse sentido, eram lidas, relatadas na TV, contando com o auxílio das imagens. Entretanto, a partir dos anos de 1960, os noticiários televisivos ganham linguagem própria, “advinda do desenvolvimento técnico (reportagens, videoteipes, criação de vinhetas, do cenário específico)”. Assim, o telejornalismo criava a sua “roupagem própria, transformando a simples leitura de notícias num show televisivo” (2000, p.79-80).

Bahia (1990, p.146) salienta que há, na televisão, um salto do jornalismo “da letra para a imagem”. Se, no início, o telejornalismo apresentava influência direta do rádio e da imprensa, contrário ao que diz Marcondes Filho, Bahia afirma que foi somente a partir dos anos de 1980, que esse gênero televisivo se consolidou como uma nova linguagem. Nesta realidade, dois tópicos são apontados pelo autor como partes integrantes de sua natureza: a objetividade e a credibilidade.

Na primeira, ocorre ligação direta com a ética, ao mesmo tempo em que há uma autocensura imposta, mesmo quando não há qualquer pressão. A credibilidade, segundo item, é ameaçada “quando a câmera deixa de mostrar os fatos como na realidade estão acontecendo ou quando, por mero recurso de linguagem, o guerrilheiro é chamado de terrorista e revolucionário” (BAHIA, 1990, p.155-156). Neste sentido, Souza (in RITO ET AL., 1989, p. 259) reconhece a existência de dois tipos de edições: “a positiva e a negativa. (...) A primeira é quando se mostra algo, editando; e a segunda, quando se nega algo, omitindo”. Inegavelmente, isto é uma realidade possível no cenário telejornalístico.

Os telejornais ocupam um espaço relevante na vida das pessoas, conquistando uma posição cada vez mais central numa cultura eletronicamente mediada. De modo geral, cabe ao jornalismo, portanto, a tarefa de priorizar o dever e a verdade, como

produção histórica. A imprensa deve ser a “vista da nação”. Abramo (1997, p.284) realça que, assumindo sua posição de classe, o jornalista deve ter junto à sociedade “o compromisso de contribuir de todas as formas para a intensificação da comunicação social, também de forma crítica”.

Por atingir os mais diversos tipos de telespectadores, o telejornalismo possui uma função social principalmente frente às camadas menos favorecidas da sociedade, as quais, em muitos casos, têm nos noticiários televisivos a sua única fonte de informação do dia. Segundo Resende (2000, p.23), são inúmeras as razões do importante papel que a televisão (e os telejornais) ocupam no Brasil: “a má distribuição da renda, a concentração da propriedade das emissoras, o baixo nível educacional, o regime totalitário nas décadas de 1960 e 70, a imposição de uma homogeneidade cultural e até mesmo a alta qualidade da nossa dramaturgia”.

No entanto, apegadas a interesses políticos e econômicos, muitas emissoras acabam optando por uma linguagem factual, carente de informação, mais popular, por vezes chula, visando, assim, atingir um maior público e, simultaneamente, a manutenção da ordem vigente estabelecida<sup>11</sup>.

Em seu estudo sobre os principais telejornais brasileiros do final da década de 1990, Resende (2000, p.275) sustenta que, para se manter bem informado, o telespectador necessita assistir a três noticiários<sup>12</sup>. Conclui o autor que, dessa forma, os programas oferecem um material limitado. Para ele, o mais correto seria uma mescla de “jornalismo de serviço, com as matérias especiais, as entrevistas e o jornalismo opinativo. Mas não é assim que acontece”, afirma.

Ao que tudo indica, hoje, além dos interesses mencionados

---

<sup>11</sup> Sobre este ponto, Szpacenkopf afirma que “o poder exercido pelas pessoas responsáveis pela produção e edição do telejornal obedece a regras e contratos que vão desde os de leitura até os que envolvem interesses políticos, econômicos e mesmo os das emissoras” (2003, p.16).

<sup>12</sup> Referindo-se ao Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, ao Jornal da Cultura, da TV Cultura e ao TJ Brasil, do SBT.

anteriormente, a busca pelo lucro vem comprometendo o nível de qualidade dos noticiários brasileiros. Numa realidade onde “o quintal interessa muito mais do que o universo” (GHIVELDER in REZENDE E KAPLAN, 1994, p.156), o *fait divers* se faz presente na rotina dos telejornais. A combinação entre texto condensado e a promoção da emoção gratuita, através de imagens rápidas e espetaculares, fomenta uma espécie de “showrnalismo” (ARBEX JR, 2001).

Nesse processo, ocorre também a banalização da violência através de programas de cunho jornalístico, que expõem os dramas vividos por cidadãos comuns com o propósito de ajudar vidas. Esta mistura de entretenimento com jornalismo cria uma nova evidência, uma espécie de “entretalismo midiático”, que reflete o momento atual. Fazendo as vezes do Estado, a mídia apresenta, agora, um duplo papel: colaborar com a manutenção da ordem ao mesmo tempo em que conquista, cada vez mais, índices elevados de audiência através da vulgarização dos fatos.

Sob essa mesma perspectiva crítica do telejornalismo brasileiro, Serva (2000, p.133) aponta para o processo de descontextualização dos fatos: segundo o autor, a “árvore genealógica” das notícias é retirada. Assim, são apresentadas informações sem causas e sem origens<sup>13</sup>. Descontextualizar, portanto, é a forma – proposital ou não – encontrada para desinformar o telespectador. Tem-se, então, um cenário contraditório: ao mesmo tempo em que se vivencia um grande desenvolvimento tecnológico, apresenta-se, cada vez mais, uma realidade desprovida de substancialidade informativa e, conseqüentemente, de reflexão<sup>14</sup>.

Nesse cenário, Priolli e Borelli (2000) realizaram um estudo sobre os índices de audiência da Rede Globo, a partir do final da

<sup>13</sup> Em seu pioneiro estudo sobre as rotinas de produção de telejornais, Pereira Jr. (2000) aponta a ditadura do tempo, a pressão da hora do fechamento das matérias, também como uma das possíveis causas da omissão dos “comos” e dos “porquês”.

<sup>14</sup> De acordo com Marcondes Filho (2000, p.90), hoje em dia, pensar é uma tarefa “que atrapalha, [é] proibida [e] subversiva”.

década de 1960 até a década de 1990. Nesse, os autores comprovaram a importância dispensada pela emissora à inserção da política brasileira e à promoção da identidade brasileira no *Jornal Nacional*. Além disso, destacam também o nível de comprometimento com a tecnologia, objetivando uma maior qualidade e confiabilidade da programação. Nesse sentido, com o passar dos anos, o *Jornal Nacional* foi dando prioridade, em suas edições, às coberturas ao vivo, externas.

Já a partir da década de 1990, a Rede Globo vem oscilando em termos de audiência devido ao surgimento de outros telejornais<sup>15</sup>. Alguns destes noticiários passam, inclusive, a praticar um jornalismo de TV mais popular, misturando “informação, drama e diversão” (PRIOLLI E BORELLI, 2000, p.64).

O perfil de adesão eterna ao poder também é outro tema que começa a por em cheque a credibilidade da Rede Globo perante determinados setores da sociedade. Vale destacar também a implantação da TV a cabo no Brasil e a internet, como fatores que ocasionam mudanças nos hábitos dos telespectadores e, conseqüentemente, também colaboram para a perda de audiência da emissora.

Apesar dos problemas apresentados anteriormente, hoje, a TV Globo é a mais importante empresa das Organizações Globo. Dados do site da empresa<sup>16</sup> informam que, por intermédio das suas 113 emissoras (“entre geradoras e afiliadas”), atinge 99,84% dos 5043 municípios do País. Assim, em uma realidade na qual boa parte da mídia brasileira é controlada por elites políticas, igrejas e grupos familiares (CAPPARELLI e LIMA, 2004), a Globo segue à frente das demais concorrentes, traduzindo o seu caráter hegemônico na comunicação brasileira. No Rio Grande do Sul,

---

<sup>15</sup> Nesse sentido, o investimento no papel do âncora, que opina, é outro fator que ganha destaque através desses telejornais, como é o caso do jornalista Boris Casoy, ex-apresentador dos televisivos “TJ Brasil” (SBT) e “Jornal da Record” (TV Record).

<sup>16</sup> Disponível em <[www.redeglobo.com](http://www.redeglobo.com)> Acesso em: 28 set. 2005.

onde se encontra a RBS, esse cenário também se mantém intacto há mais de três décadas.

## 1.1 A Centralidade da RBS TV no Rio Grande do Sul

Primeira afiliada da Rede Globo no País, a RBS é um conglomerado de comunicação pertencente à família Sirotsky. Apresenta, em seus marcos iniciais, a filiação de Maurício Sirotsky Sobrinho<sup>17</sup> à Rádio Gaúcha, na condição de sócio, em 1957. Cinco anos depois, a TV Gaúcha é criada em Porto Alegre. Depois, em 1967, a emissora televisiva associa-se à Rede Globo (CRUZ, 1996; SCHIRMER, 2002; ISER, 2005) e, mais tarde, passa a se chamar RBS TV<sup>18</sup>.

Desde então, a RBS TV distribui a sua programação intercalando as produções que vêm da matriz com material da própria emissora. Segundo dados do site da empresa<sup>19</sup>, ela detém 15% da grade, consistindo-se na filial da Rede Globo que mais produz, em nível local, em todo o Brasil. Prioriza noticiários, esporte, cultura, saúde e entretenimento. Além disso, apresenta uma marcada identidade gaúcha, ilustrada em documentários, programas jornalísticos e musicais.

Além da emissora de Porto Alegre, a RBS TV conta com onze sucursais espalhadas pelo interior do Rio Grande do Sul<sup>20</sup>, além

<sup>17</sup> Falecido em 1986 (GUARESCHI; RAMOS, 1988, p.68).

<sup>18</sup> Segundo Guareschi e Ramos (1988, p.68), “ele [Maurício Sirotsky] não parou nas investidas nos mercados publicitário e eletrônico. Comprou, em 1970, o jornal Zero Hora. Decorridos mais seis anos, se dedicou à formação de uma rede de rádios FM. Em 1983, foi a vez de se voltar para as operações em Santa Catarina, onde implantou o Diário Catarinense, quatro emissoras de televisão e sete de rádio”.

<sup>19</sup> Disponível em <[www.clicrbs.com.br](http://www.clicrbs.com.br)> Acesso em: 9 maio 2005.

<sup>20</sup> RBS TV Bagé, RBS TV Uruguaiana, RBS TV Passo Fundo, RBS TV Pelotas, RBS TV Cruz Alta, RBS TV Santa Maria, RBS TV Caxias, RBS TV Erechim, RBS TV Rio Grande, RBS TV Santa Rosa e RBS TV Santa Cruz



de cinco distribuídas pelo vizinho Santa Catarina. Dando espaço à cultura regional dos dois estados, abrange 99,7% das casas que possuem televisão.

Ilustrando a postura da RBS TV, Cruz (1996, p.23) sublinha:

O crescimento da Rede Brasil Sul está vinculado a determinados fatores que também foram fundamentais ao desenvolvimento da Rede Globo como a principal emissora do País. A televisão vista como um negócio, como um empreendimento comercial que deve dar lucro e ser administrado em termos profissionais, a racionalização dos processos de produção e participação ativa no momento político podem ser apontados como os principais pontos em comum que agiram como elementos impulsionadores da expansão dos dois grupos. Além disso, a criação do conceito de rede como uma forma de barateamento da programação, através da centralização da produção possibilitou a concentração de capital necessário à constante renovação tecnológica e crescente eficácia do produto representada pelo “padrão global de qualidade” e seguido à risca pela afiliada gaúcha.

De olho na audiência, a RBS TV tem, nos seus noticiários televisivos, a sua principal produção. Já na década de 1970, o gênero telejornalismo ultrapassava as telenovelas em número de telespectadores. Desta forma, a emissora demonstra a preocupação de veicular informações de interesse de cada região. Assim, intercala seus noticiários, com programação para todo o estado, com blocos locais, compostos por notícias específicas das áreas de abrangência da emissora. Além do matutino “Bom Dia Rio

---

(JACKS, 2003). Sobre a expansão da RBS via TV a cabo, rádios e jornais, dentre outros investimentos, ver Jacks (2003) e Capparelli e Lima (2004).

Grande”<sup>21</sup> e do noturno “RBS Notícias”<sup>22</sup>, apresenta, ao meio-dia, o “Jornal do Almoço”<sup>23</sup>.

### 1.1.1 A Hegemonia do telejornalismo ao meio-dia: o Jornal do Almoço

Mais precisamente a partir do dia seis de março de 1972, o JA foi ao ar pela então TV Gaúcha, alterando a rotina dos gaúchos quanto ao horário de apresentação. Fato inédito no Brasil, o programa atraiu audiência e patrocinadores em um espaço da grade de programação que não costumava ter grande público. Segundo dados do site “TV Memória”<sup>24</sup>, “para se impor como opção, um dos trunfos do JA sempre foi a linguagem bem humorada dos comentaristas e apresentadores”. A experiência pioneira viria a estabelecer um conceito que, posteriormente, espalhou-se pelo País.

Outro momento importante do JA se deu em 1979, com o surgimento da Rede Regional de Notícias, que uniu todas as sucursais da RBS TV no Rio Grande do Sul. A partir dos anos de 1980, o telejornal teve seu prestígio consolidado, colocando-se como o noticiário que possui o maior alcance dentre as regiões do estado, constituindo-se, assim, em um lugar de produção regional.

Indo ao ar de segunda-feira a sábado, o JA apresenta, em suas edições, notícias vinculadas às áreas econômica, política, policial, de entretenimento e cultura. Segundo Hinerasky (2004, p.34), o

---

<sup>21</sup> Conforme coloca Hinerasky (2004, p.33), o Bom Dia Rio Grande é um “telejornal apresentado de Porto Alegre, entre 6h30min e 7h15min. Mostra os principais fatos da noite anterior e as principais notícias da manhã. Também dá a previsão do tempo”.

<sup>22</sup> Consiste no telejornal “mais curto (...) e é dividido em três blocos. O local, com três minutos, é o do meio. O *RBS Notícias* dá um resumo das principais notícias do dia no estado, além da previsão do tempo” (HINERASKY, 2004, p.33).

<sup>23</sup> De acordo com Hinerasky, o JA “é um dos programas mais tradicionais da RBS TV” (2004, p.34).

<sup>24</sup> Disponível em <<http://www.tvmemoria.hpg.ig.com.br>> Acesso em: 14 out. 2005.

noticiário “também apresenta quadros e séries de reportagens especiais, entrevistas e comentaristas de política, economia e esporte”. Considerando isso, informa ainda a previsão do tempo e mostra entrevistas ao vivo (no estúdio e externas). Possui dois apresentadores em sua bancada, além de comentaristas.

O telejornal tem, atualmente, cerca de 45 minutos, “com exceção dos sábados, quando o tempo pode sofrer variações em virtude da programação da Rede Globo”. Intercala blocos de interesse geral, transmitidos, na maioria das vezes, pela principal emissora (Porto Alegre), com blocos específicos para cada região, “apresentados pelas emissoras do interior do estado, cada qual na sua região de cobertura”. O JA tem aproximadamente 34 minutos de produção jornalística e “o restante do tempo é preenchido com publicidade” (ISER, 2005, p.49).

O JA apresenta uma vinheta sonora de abertura, o que vem a fortalecer a sua identidade junto ao seu cativo público-telespectador. Além das apresentadoras Cristina Ranzolin e Rosane Marchetti, o telejornal possui, atualmente, um profissional responsável pela previsão do tempo, Paulo Borges, e três comentaristas: os jornalistas Lasier Martins e Paulo Sant’ana, de Porto Alegre, e Ana Amélia Lemos, de Brasília, os quais vêm reforçar uma das marcas do noticiário, o jornalismo de cunho opinativo.

No geral, o programa apresenta cerca de quatro a seis manchetes diárias. Transmite informações de sua bancada e também através de reportagens. Dependendo do assunto, faz coberturas ao vivo, tanto do estúdio quanto das externas. Mais raramente, o telejornal lança mão de boletins via telefone.

O cenário do estúdio apresenta, ao fundo, imagens da cidade de Porto Alegre<sup>25</sup>. Também há a utilização do *croma*key<sup>26</sup> durante

<sup>25</sup> As sucursais da emissora também apresentam, ao fundo, imagens das suas cidades.

<sup>26</sup> Conforme Maciel (1995, p.105), *croma*key é uma técnica de televisão que significa “chave de cor, que permite um recorte, projetando as imagens apenas sobre uma cor pré-determinada. Em geral, o cromaqui usa a cor azul e, na prática, permite a inserção de imagens, fixas ou em movimento, atrás do apresentador”.

o telejornal. No JA, as apresentadoras questionam os repórteres e os comentaristas, mas raramente tecem algum parecer sobre as notícias.

Quanto aos enquadramentos, geralmente os apresentadores e os comentaristas aparecem em *plano americano* e *primeiro plano*<sup>27</sup>. Além dos estáticos, os movimentos de câmara utilizam os *travellings* e o *zoom*<sup>28</sup>. Não obstante às entrevistas e reportagens – citadas anteriormente –, o JA trabalha com as notas *simples* e *cobertas*<sup>29</sup>.

Na tabela nº1, pode ser conferido um exemplo do formato do JA<sup>30</sup>:

Blocos	Apresentadores e comentaristas	Tempo total
1º – (bloco local) Vinheta de abertura / quatro a seis manchetes de abertura (bloco local) / quatro matérias: duas sobre assuntos gerais, uma sobre polícia e uma sobre entretenimento + previsão do tempo / manchete do próximo bloco / vinheta	Cristina Ranzolin (apresentadora – estúdio), Rosane Marchetti (apresentadora – estúdio) e Paulo Borges (previsão do tempo – externa)	30 segundos (manchetes) e 5 minutos (matérias)

<sup>27</sup> Nesse sentido, o *primeiro plano* foca as pessoas da altura do peito até a cabeça. Para Maciel (1995, p.111), plano é a “abertura da lente da câmara, para mostrar um determinado objeto ou pessoa. O plano pode ser mais fechado (*close* ou *close up*) ou mais aberto (*plano geral*, *plano médio americano*)”.

<sup>28</sup> *Travelling* significa “câmera em movimento para acompanhar uma cena, um objeto ou pessoas que se deslocam”. Já o *zoom* é um “movimento de câmara, para aproximar ou afastar a imagem de pessoas, objetos ou cenários. Quando o movimento é de afastamento, diz-se que é um *zoom out*; quando é de aproximação, diz-se que é um *zoom in*” (MACIEL, 1995, p.114).

<sup>29</sup> Falas dos apresentadores cobertas com imagens (*nota coberta*) ou não (*nota simples*).

<sup>30</sup> Observando a constituição do programa, foi elaborada a descrição de uma edição do JA.

<b>Intervalo</b>		2 minutos e 30 segundos
<b>2º</b> – (bloco local) Vinheta / uma matéria sobre assuntos gerais e uma sobre cultura / manchete do próximo bloco / vinheta	Cristina Ranzolin (apresentadora – estúdio) e Rosane Marchetti (apresentadora – estúdio)	5 minutos
<b>Intervalo</b>		2 minutos
<b>3º</b> – (bloco local) Vinheta / duas matérias: uma sobre cultura e uma sobre esporte / manchete do próximo bloco / vinheta	Cristina Ranzolin (apresentadora – estúdio), Rosane Marchetti (apresentadora – estúdio) e Paulo Brito (esporte – estúdio)	5 minutos
<b>Intervalo</b>		1 minuto
<b>4º</b> – (bloco local) Vinheta / duas matérias: uma sobre polícia e uma sobre economia / comentário (economia / política) / manchete do próximo bloco / vinheta	Cristina Ranzolin (apresentadora – estúdio), Rosane Marchetti (apresentadora – estúdio) e Ana Amélia Lemos (comentarista – redação – Brasília)	5 minutos
<b>Intervalo</b>		2 minutos
<b>5º</b> – (bloco estadual) Vinheta / uma matéria sobre assuntos gerais / comentário (assuntos gerais e/ou esporte) / manchete do próximo bloco / vinheta	Cristina Ranzolin (apresentadora – estúdio), Rosane Marchetti (apresentadora – estúdio) e Paulo Sant’ana (comentarista – estúdio – Porto Alegre)	6 minutos
<b>Intervalo</b>		2 minutos
<b>6º</b> – (bloco estadual) Vinheta / uma matéria sobre política / comentário (economia e/ou política) / manchete do próximo bloco / vinheta	Cristina Ranzolin (apresentadora – estúdio), Rosane Marchetti (apresentadora – estúdio) e Lasier Martins (comentarista – estúdio – Porto Alegre)	4 minutos
<b>Intervalo</b>		2 minutos
<b>7º</b> – (bloco estadual) Vinheta / duas matérias sobre variedades + previsão do tempo / encerramento / vinheta de encerramento	Cristina Ranzolin (apresentadora – estúdio), Rosane Marchetti (apresentadora – estúdio) e Paulo Borges (previsão do tempo – externa)	3 minutos

Embora a tabela tenha sido constituída com base em uma edição do JA, vale ressaltar que, no geral, observa-se que Paulo Sant'ana se remete a assuntos gerais e esporte. Já Ana Amélia Lemos aborda temas relacionados à economia e à política, com mais ênfase na primeira. Entretanto, Lasier Martins faz o caminho inverso: ao tecer comentários sobre as mesmas áreas de Ana Amélia Lemos, dispensa atenção maior às questões da política.

Detentor de grande audiência entre os telejornais produzidos no Rio Grande do Sul<sup>31</sup>, o JA constitui-se, desta forma, num espaço de tematização da cultura gaúcha. Justamente por possuir interesse em reforçá-la, o âmbito rural é também abordado pelo JA. Inserem-se, nesta perspectiva, os movimentos sociais ligados à questão do campo. Deste cenário, portanto, faz parte o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

## 1.2 O MST e a Trajetória de Luta pela Terra

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) foi gestado a partir de 1979, motivado por inúmeros acontecimentos, dentre eles “o aspecto sócio-econômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970” (FERNANDES E STEDILE, 2001, p.151). O que acontece, então, é um processo de modernização das tecnologias no campo, ao mesmo tempo em que se mantém a concentração de terras. A implementação das novidades acarreta, conseqüentemente, a exclusão social, pois diminui a mão-de-obra humana (GRAZIANO DA SILVA, 1982; MENDONÇA E THOMAZ JÚNIOR, 2005; GÓMEZ E THOMAS JÚNIOR, 2005; FIGUEIRA, 2005).

<sup>31</sup> Segundo dados obtidos junto à empresa gaúcha, pesquisa feita pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), em setembro de 2005, constata que 47% dos telespectadores gaúchos preferem assistir ao JA. Por outro lado, 45% dos entrevistados compuseram o grupo que optou pelos telejornais das outras emissoras concorrentes somadas.

Com isso, aumentam também os cinturões de miséria nas áreas urbanas, pois, desiludidos com a vida no campo, os camponeses acabam partindo para a cidade em busca de melhores condições de vida, impulsionados principalmente pelo processo de industrialização que o País passava<sup>32</sup>.

A resistência a toda essa situação consiste numa das principais lutas do MST<sup>33</sup>. E, justamente pela vasta concentração de agricultores no sul do País, Cascavel, no estado do Paraná, foi a cidade escolhida para o primeiro encontro de um grupo de camponeses interessados em mudar as perspectivas de vida para o homem do campo.

A origem do MST se deu principalmente nas lutas que aconteceram nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. O Movimento também deve muito de sua

---

<sup>32</sup> Um ponto interessante relativo ao MST consiste no fato de que o Movimento é composto também por pessoas oriundas do meio urbano, desde que estejam em sintonia com os interesses do MST. Assim, este não pode ser considerado um movimento social que só abriga trabalhadores do setor rural.

<sup>33</sup> Neste ponto, o MST se aproxima da concepção de Downing (2002, p.56), de movimentos sociais como atores racionais. Segundo ele, “como [os movimentos sociais] não têm propriedades e geralmente são pobres, os membros do público em geral precisam criar recursos alternativos para exercer influência sobre o processo político e de alocação. Esses recursos alternativos consistem em ações coletivas como greves, ocupações, passeatas, operações tartaruga, bloqueios de tráfego. Longe de ser explosões irracionais de turbas ensandecidas, essas ações são táticas cuidadosamente refletidas e levadas a cabo por aqueles que não têm riqueza nem poder estatal”. Para Berger (1998, p.85), “os movimentos sociais existem em razão da distribuição desigual dos bens produzidos socialmente, que demanda um tipo de organização cujo objetivo é reivindicar. No seu interior, configura-se a expressão cultural da desigualdade social. A cultura dos movimentos sociais é do conflito e da solidariedade; da carência, da escassez e da falta, e é ela quem subsidia a possibilidade da reunião e a capacidade da rebelião”.

força à Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>34</sup>, que surge em 1975, em Goiânia, capital do estado de Goiás.

Em termos ideológicos, a CPT trouxe consigo a aplicação da Teoria da Libertação<sup>35</sup>. Houve, assim, o início de um exercício de conscientização de que os problemas, para serem enfrentados, necessitavam da organização e da disciplina dos camponeses. O processo começa em 1975, na região centro-oeste e, a partir de 1976, toma o resto do País.

Outro fator importante referente ao surgimento do MST diz respeito ao contexto sócio-político da época. Ao mesmo tempo em que se lutava pela reforma agrária no Brasil, no final da década de 1970, aconteciam as greves operárias do ABC paulista e a luta pela volta da democracia ao País.

Nesse período, em 1979, durante o 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, organizado pela CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), é reafirmada a luta pela reforma agrária no Brasil. O que se segue são pressões contra o Estado e ocupações de terras ociosas (GÖRGEN, 1987).

Já em 1983, na cidade de Chapecó, Santa Catarina, durante um dos vários encontros que precederam o surgimento do MST, chega-se à conclusão de que todo e qualquer esforço pela reforma agrária somente poderá obter sucesso se for articulado por uma ampla massa. Assim, objetiva-se o apoio não só da igreja, mas, também, de sindicatos de trabalhadores do meio rural.

<sup>34</sup> Segundo Fernandes e Stedile (2001, p.19), a CPT é um “organismo pastoral da igreja católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (...) [Surgiu] a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do País. (...) Embora iniciada no Norte e no Centro-Oeste, estendeu suas atividades para quase todos os estados do Brasil. Atua em todas as dioceses em que há problemas de terra”.

<sup>35</sup> Consiste em uma “corrente pastoral das igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque, do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da igreja a partir do Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo incorporou metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo” (FERNANDES E STEDILE, 2001, p.20).



Nessa época, eram cinco os estados brasileiros envolvidos no processo de formação de um movimento em nível nacional: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Assim, precisamente entre os dias 21 e 24 de janeiro de 1984<sup>36</sup>, em Cascavel, no Paraná, o MST é criado durante o I Encontro Nacional do MTRST<sup>37</sup>, “com 80 representantes de 13 estados” (FERNANDES E STEDILE, 2001, p.45). Surgem as seguintes palavras de ordem: “Terra para quem nela trabalha” e “Terra não se ganha, terra se conquista”<sup>38</sup> (2001, p.45).

Assim, aos poucos, o MST se organiza em outros estados. Além disso, impacientes com a demora dos governos em implantar a reforma agrária no Brasil, a ocupação de terras surge como uma das principais táticas dos membros do MST, com o intuito de pressionar o poder e chamar a atenção da sociedade para as questões do campo<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> Conforme Morrisawa (2001, p.138), o evento se deu nos dias 20, 21 e 22 de janeiro. De acordo com o autor, “participaram também representantes da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da CIMI (Comissão Indigenista Missionária) e da Pastoral Operária de São Paulo. Esses apoios representavam a união de intelectuais, operários, indígenas e trabalhadores rurais em torno da formação de um movimento voltado à unificação das lutas dos sem-terra em âmbito nacional. As atividades iniciais do Encontro foram voltadas a apresentar as principais lutas desenvolvidas pelos sem-terra e as políticas dos governos estaduais e federal quanto à questão. Isso possibilitou a análise das diferentes realidades dos camponeses. As lições aprendidas até então no processo foram fundamentais para o encaminhamento de novas lutas”.

<sup>37</sup> Significa Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Mais tarde, a sigla foi modificada para a atual MST.

<sup>38</sup> Görden (1997, p.26) afirma que o evento “foi de uma importância fundamental para a definição da direção política das lutas, das formas de luta, dos métodos de organização e da estrutura básica do movimento”.

<sup>39</sup> Segundo Gohn (1997, p.144), “a estratégia básica dos sem-terra é a ocupação de terras improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político que leva a pressionar os órgãos públicos a negociarem com o Movimento e a promoverem seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse. Alguns grupos tiveram sucesso nesta estratégia, outros permaneceram acampados vários anos sem nada obter, e muitos ainda enfrentam

Com a frase “Ocupação é a única solução” (FERNANDES E STEDILE, 2001, p.52), o MST foi oficializado no mesmo período em que o País voltava à democracia, em 1985, durante o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, em Curitiba (Paraná). Clamando novamente por uma reforma agrária urgente, o Movimento vai além: critica o Estatuto da Terra<sup>40</sup> e sugere a criação de leis novas. Segundo Görden (1987, p.27),

[os Sem-Terra] exigem desapropriação imediata das terras das multinacionais, dos latifúndios e das empresas rurais que ultrapassem 500 hectares, propondo assim o módulo máximo para as propriedades rurais; exigem que o governo ponha fim à violência contra os trabalhadores; exigem o controle dos trabalhadores no processo de planejamento e execução da reforma agrária bem como as devidas condições de vida e produção nas terras distribuídas. Reafirmam as ações de massa, as ocupações e os acampamentos como formas concretas de luta.

Em seu primeiro discurso, na madrugada de 22 de abril de 1985, logo após o falecimento de Tancredo Neves, dentre outras medidas, José Sarney (1985-1989) promete implantar a reforma agrária no País, o que não ocorre. Além disso, o que se viu ao longo do seu mandato foi uma inflação exorbitante e o aumento do custo de vida e do desemprego (DUARTE, 1996). Esse governo marca um período de ocupações de sedes do INCRA<sup>41</sup>, além de uma série de desapropriações e assentamentos<sup>42</sup>.

---

a repressão violenta dos despejos judiciais ou as ações de grupos contratados pelos reais donos das terras, no sentido de expulsá-los. Disso resulta que temos a presença do MST em acampamentos e em assentamentos (nesses últimos a questão da posse da terra está resolvida ou em negociação para tal)”.

<sup>40</sup> Lei “(...) que possibilita a desapropriação por interesse social, sem pagamento prévio em dinheiro (...)” (GÖRGEN, 1997, p. 19).

<sup>41</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>42</sup> Segundo Fernandes e Stedile (2001), foi durante a segunda metade das

Mais tarde, em 1989, durante o período das eleições presidenciais no País, “Ocupar, resistir e produzir” é definida como a nova palavra de ordem do Movimento (FERNANDES E STEDILE, 2001, p.53)<sup>43</sup>. Com a vitória de Fernando Collor de Melo (PRN<sup>44</sup>) sobre Luiz Inácio Lula da Silva (PT<sup>45</sup>), o que se seguiu a partir de sua posse, em 15 de março de 1991, foi um governo marcado pela corrupção, o que resultaria no processo de *impeachment* do presidente<sup>46</sup>.

A eleição de Collor indicaria um futuro difícil para o MST. O presidente eleito entra para a história como o que menos assentou famílias. Pelo contrário, foi quem mais reprimiu o Movimento, com invasões da polícia federal a secretarias estaduais do MST, acarretando roubo de documentos, além de processos judiciais e pedidos de prisão contra membros do Movimento. Com o *impeachment*, assume, então, o vice, o mineiro Itamar Franco<sup>47</sup> (1992-

---

décadas de 1980 e 1990, que o MST obteve o maior número de assentamentos. No entanto, de acordo com Morrisawa (2001, p.108), “em 1989, fim do mandato de José Sarney, haviam sido assentadas apenas 82690 famílias (...)”. Também disponível em <<http://www.mst.org.br/historico/sumario.html>> Acesso em: 3 ago. 2005.

<sup>43</sup> Em novo congresso, em 1995, seriam criadas novas palavras de ordem: “Reforma agrária é uma luta de todos” (FERNANDES E STEDILE, 2001, p.54-55).

<sup>44</sup> Partido da Reconstrução Nacional.

<sup>45</sup> Partido dos Trabalhadores.

<sup>46</sup> De acordo com Morrisawa (2001, p.109), “milhões de pessoas em todo o Brasil saíram às ruas, os jovens de cara pintada de verde e amarelo, para exigir ‘Fora Collor!’ e ‘ética na política’. Ele renunciou antes de ser julgado seu impedimento. Mesmo assim, o Senado cassou seus direitos políticos por oito anos”.

<sup>47</sup> Franco, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), viria a governar o País por exatos dois anos, 2 meses e 29 dias (DUARTE, 1996, p.465). Conforme afirma Morrisawa (2001, p.110), “com as mudanças havidas na Constituição de 1988, foi aprovada, quatro anos depois, durante o governo Itamar Franco, a chamada Lei Agrária (Lei 8629), pela qual as propriedades rurais no Brasil foram reclassificadas da seguinte maneira: minifúndio – dimensão menor que o módulo rural fixado para o município; pequena propriedade – dimensão entre 1 e 4 módulos rurais; médias propriedades – dimensão entre

1994), que, dentre os presidentes da república, foi o primeiro a receber o MST.

Como presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do PSDB<sup>48</sup> assentou milhares de famílias, mas, no entanto, a política neoliberal de seu governo promoveu a pobreza no campo o que, entre outros fatores, acabou engrossando os chamados cinturões de miséria no meio urbano<sup>49</sup>.

A esperança de novos rumos para o MST surge através da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2002. Apesar dos esforços do governo do novo presidente brasileiro, o que se seguiu foi uma política agrária que, comparada ao momento ante-

---

5 e 15 módulos rurais; grandes propriedades – dimensão superior a 15 módulos rurais. O tamanho de um módulo rural varia, de acordo com a região ou área do território brasileiro, entre 5 e 110 hectares. Nas proximidades de uma capital, ele equivale a 5 hectares. Já no Pantanal Mato-Grossense, sobe para 110 hectares. As grandes propriedades produtivas passaram a ser as que produzem acima da média regional e as grandes propriedades improdutivas são as que produzem abaixo da média regional e, portanto, não aproveitam seu potencial produtivo natural. Todas as grandes propriedades improdutivas passaram a estar sujeitas à desapropriação para fins de reforma agrária. A Lei Agrária representou pelo menos a regulamentação da questão posta na Constituição. Com ela não há mais vieses jurídicos que impossibilitem as desapropriações. Inclui, por outro lado, um mecanismo chamado rito sumário, que acelera o processo, exigindo do Poder Judiciário um prazo de 120 dias para decidir se a propriedade é ou não passível de desapropriação. Assim como o Estatuto da Terra, a Lei Agrária foi criada para controlar, pelo menos momentaneamente, as lutas pela reforma agrária”. Com relação ao fato de ter sido o primeiro presidente a receber o MST, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso se reuniu com o Movimento em três ocasiões. Já Lula foi quem mais manteve contato com os Sem-Terra, encontrando-se com eles inúmeras vezes.

<sup>48</sup> Partido da Social Democracia Brasileira

<sup>49</sup> No seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso fixou uma meta de 280 mil famílias assentadas. Entretanto, de acordo com Morrisawa, “contra as ocupações de latifúndios pelos sem-terra do MST e outras organizações congêneres, FHC bradava ter feito a maior reforma agrária do Brasil. De fato, foram assentadas 264.625 famílias, 70% delas no Norte e no Nordeste. Ele só não contou para os brasileiros que, em somente dois anos de seu primeiro mandato (1995-1996), 450 mil famílias de pequenos proprietários rurais perderam suas terras para os bancos” (2001, p. 112).

rior, teve poucas mudanças significativas, o que gerou frustração por parte dos Sem-Terra.

### **1.2.1 O MST e as questões de Cultura, Identidade e Mídia**

O MST apresenta “laços imaginários” (SILVA, 2000, p.85) como “a bandeira, o hino, as palavras de ordem, as ferramentas de trabalho (...) [e o] uso do boné (...)” (FERNANDES E STEDILE, 2001, p.132)<sup>50</sup>. Essas “marcações simbólicas” e identitárias são, para Woodward, os meios pelos quais se dá “sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são ‘vivas’ nas relações sociais” (2000, p.10).

No que se refere à bandeira, esta se torna símbolo do Movimento a partir de 1987. Conforme dados do *site* do MST, cada cor e figura possui um significado:

cor vermelha: representa o sangue que corre em  
nossas veias e a disposição de lutar pela Reforma  
Agrária e pela transformação da sociedade; cor branca:

---

<sup>50</sup> Como relata Morrisawa (2001, p.209-210), “na Encruzilhada Natalino, a cruz simbolizava em si mesma a fé cristã que unia os Sem-Terra num momento crucial de sua luta. As escoras que lhe foram sendo postas representavam os apoios recebidos de instituições, entidades e pessoas de fora do movimento. Os lenços usados pelas crianças mortas pela fome e pelo sofrimento no acampamento eram um protesto contra as autoridades. Fé, esperança, dor e ânimo político estavam reunidos naquela cruz. A bandeira, que aparece com grande destaque em todas as manifestações do Movimento, formando, muitas vezes, um lago ou um rio vermelho nas praças, avenidas e estradas, é um elemento permanente da mística. Os hinos e músicas também fazem parte dos momentos de mística. (...) Outros símbolos, como o facão, a foice, a enxada e os frutos do trabalho tornaram-se presentes no cotidiano da luta, representando a resistência e a identidade dos Sem-Terra. Os pés descalços ou em sandálias, o chapéu de palha do camponês, a panela no fogo são também representações presentes em esculturas e pinturas de grandes artistas apoiadores do Movimento”.

representa a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos; cor verde: representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos; cor preta: representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade; mapa do Brasil: representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país; trabalhador e trabalhadora: representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras; facão: representa as nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência<sup>51</sup>.

Entretanto, a principal marca dos Sem-Terra é criada a partir de uma ausência, a de não possuir terra. O MST batalha pelo direito à terra, o trabalho e a sobrevivência. Sem isso, o agricultor perde a sua dignidade, dando-se por vencido. Em sua luta histórica para reafirmar a sua identidade, por vezes, ocorrem conflitos<sup>52</sup>. Nessa árdua caminhada, o Movimento “propõe ser um ‘igual’ numa sociedade marcada por clivagens da desigualdade sócio-econômica e político-cultural” (GOHN, 2000, p.154), as quais implicam exclusão.

Já em termos fonográficos, no ano de 1998, o Movimento gravou o seu primeiro CD, cuja temática das músicas reflete as alegrias e tristezas do MST, assim como também narram a sua história de luta pela terra. Os músicos participantes são mesclados entre Sem-Terra e nomes da música popular brasileira. A música é um fator que sempre esteve inserido na história do Mo-

<sup>51</sup> Disponível em <<http://www.mst.org.br/historico/bandeira.html>> Acesso em: 03 ago. 2005.

<sup>52</sup> Nesse sentido, um dos mais violentos conflitos da história do MST deu-se no ano de 1996, num episódio que ficou conhecido como o “massacre de Eldorado dos Carajás”. O embate, que ocorreu na cidade paraense de Carajás, resultou na morte de 19 trabalhadores rurais e 81 feridos, dos quais 69 eram do Movimento e 12 eram policiais militares.

vimento. Sejam nas ocupações, comemorações de conquistas de terras, marchas, manifestações de outros tipos e, até mesmo, nas prisões, cantadores, poetas, animadores e músicos se fazem presentes.

Destaca-se também a exposição sobre o MST, organizada pelo fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, na década de 1990, intitulada “Terra”, a qual percorreu o mundo num total de 800 cidades. No material do evento, havia também um CD, com quatro músicas, interpretadas pelo cantor e compositor Chico Buarque de Holanda, além de alguns cartazes e um livro de fotografias.

Com relação ao setor de comunicação, o MST produz mensalmente o jornal “Sem-Terra” e uma revista, a “Sem-Terra”. O primeiro possui 24 anos de existência e se destina a “ser um veículo de informação e formação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra”<sup>53</sup>. Além disso, tem como objetivo também divulgar ao público em geral as causas do Movimento e seus desdobramentos.

A revista “Sem-Terra” existe há oito anos. Com tiragem de 10 mil exemplares, possui cerca de 60 páginas e apresenta periodicidade bimestral. A publicação tem como público alvo a sociedade como um todo e objetiva a discussão das questões do campo, além de outros tópicos de abrangência nacional e internacional<sup>54</sup>.

Considerando isso, são desempenhadas atividades de assessoria de imprensa do próprio Movimento e, além disso, o MST detém rádios comunitárias e programas em emissoras radiofônicas locais, espalhadas por boa parte do País. Veiculam notícias, recados e informações. Não obstante, os Sem-Terra também possuem um *site*, cujo endereço é o <http://www.mst.org.br>.

Concernente ao relacionamento do MST com as empresas de comunicação, vale ressaltar que um dos pontos altos de exposição do Movimento na mídia tradicional brasileira ocorreu em 1997, quando a Rede Globo de Televisão exibiu no seu principal horário, 20h30min, a questão dos Sem-Terra para todo o País, através

<sup>53</sup> Disponível em <<http://www.mst.org.br/informativos/indice.html>> Acesso em: 28 nov. 2005d.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

da novela “O Rei do Gado”. Nela, a reforma agrária era o pano de fundo da história.

O Movimento era representado por um grupo ficcional de camponeses que lutavam pela reforma agrária no Brasil. Algumas diferenças eram claras: ao invés da bandeira vermelha do Movimento, “a da violência”, o “MST da novela” tinha, como símbolo, a bandeira branca, “da paz”. Nessa história, o principal líder do grupo, Regino, “era uma tradução ao latim do nome do líder do MST mais em evidência naquele momento (José Rainha)”. Não obstante, “até os senadores reais do PT (Eduardo Suplicy e Benedita da Silva) compareceram pessoalmente ao enterro do Senador ficcional Caxias, num capítulo da novela” (ALMEIDA, 1999, p.7).

Mas conforme afirma o “Sem Terra” (2003), no geral, a mídia tradicional brasileira age com o objetivo de desqualificar o MST. Uma das evidências para tal entendimento, segundo o jornal, está ligada ao fato dos meios de comunicação utilizarem o termo “invasão” ao invés de “ocupação”, o que, de acordo com o Movimento, não seria o mais correto.

Contudo, a relação mídia/MST é marcada por fases de sintonia e também por momentos de divergências. Tudo parece depender do nível de proximidade das empresas de comunicação com o poder. No entanto, parte do que é veiculado parece desfavorecer o Movimento, conforme constata Morrisawa (2001, p.220): “as manchetes resumem a questão, atribuindo os crimes a conflitos, tiroteios, desocupação, vingança, ordem superior”.

Nesse cenário, o autor observa também a ligação da imagem dos Sem-Terra à violência, à guerrilha. Tais práticas justificam as ações da polícia sobre o MST com o objetivo de pacificar o campo. Além do mais, em trezentas matérias de jornais impressos pesquisadas pela jornalista Maria Luísa Mendonça, somente oito retrataram uma boa imagem do Movimento (MORRISAWA, 2001)<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> O trabalho foi realizado com os jornais “Folha de São Paulo”, “O Globo”, “O Estado de São Paulo” e “Jornal do Brasil”. O *corpus* da pesquisa compre-



Na visão de alguns autores como, por exemplo, Gohn (1997; 2000), se, no início, a mídia não adotava um posicionamento contrário ao MST, hoje em dia, percebe-se uma nova realidade, de expurgo ao Movimento, por intermédio de informações cujo enfoque nem sempre é o mais adequado<sup>56</sup>. Para a autora, os meios de comunicação veiculam notícias sobre a presença do Movimento em acampamentos “porque nesses os conflitos são freqüentes” (GOHN, 1997, p.145)<sup>57</sup>. Sob este prisma, o MST pode ser visto com certa freqüência como uma organização radical no sentido extremista do termo<sup>58</sup>. Gohn (2000, p.147) sublinha a questão:

Resulta que, a partir de maio de 97, a mídia das grandes empresas, ávidas por manchetes acirradas, voltou à posição anterior, de combate às ações do MST. As representações e as imagens boas foram se alterando segundo a conjuntura das relações do MST com o governo, e de problemas internos do próprio MST, que passaram a ser noticiados sistematicamente (...) Com isto, a posição dos principais órgãos da mídia deixou a ‘simpatia’ dos dias da marcha para o combate sistemático das ações do MST, divulgando apenas os problemas. Nunca as conquistas e os bons resultados dos assentamentos agrícolas já consolidados foram divulgados como manchetes. Todos os destaques passaram a ser para os acampados dos “recém-

---

ende as manchetes veiculadas entre os dias 20 de abril e 20 de agosto de 1999 (MORRISAWA, 2001, p.220).

<sup>56</sup> Em sua análise do discurso da imprensa sobre o MST, Voese (1998, p.95) ressalta que uma das técnicas utilizadas pela mídia é a da desfocalização: desloca-se o cerne do problema, a questão dos sem-terra, para a situação vivida por fazendeiros e governo.

<sup>57</sup> Se o tema reforma agrária não interessa à mídia e ao poder, “os modos de reivindicá-la podem vir a ser” (BERGER, 1998, p.109).

<sup>58</sup> Voese (1998, p.95) percebe que o MST é visto de duas maneiras: como um movimento marginalizado pela sociedade ou como “marginais da sociedade”. Este exemplo, por si só, demonstra certa contradição entre as diversas empresas de mídia.

invasores”. Os espaços de todas as ordens foram se fechando.

Assim, a autora conclui:

(...) A relação MST-Mídia tem sido confusa e contraditória. Num primeiro momento, ela foi estratégica. Por isto, as grandes ocupações de terra eram “avisadas” à imprensa, para que fossem noticiadas. Mas, à medida que elas passaram a ocupar as manchetes diárias, a exposição excessiva passou a ter efeitos negativos. E o MST passou a ser utilizado, pela mídia, como elemento de geração do medo e da insegurança junto à opinião pública. As manchetes dos jornais passaram a destacar apenas atos violentos ou de vandalismo, sempre atribuídos ao MST. O clima de caos social passou a ser associado, na mídia, ao MST (...) (2000, p.158-159).

Voltando a questão para o cenário gaúcho, merece destaque a obra de Guareschi (2000), que retrata, dentre outros temas, o tratamento da mídia do Rio Grande do Sul para com o MST. No caso específico desse livro, é feita uma análise das falas do radialista Rogério Mendelski, na época na rádio Gaúcha, da RBS, sobre o Movimento.

As “representações simbólicas” de Rogério Mendelski sobre o MST tiveram, como *corpus*, programas colhidos nos anos de 1995, 1997 e 1998. O resultado da investigação traduz uma postura que legitima as chamadas forças hegemônicas, contrárias aos Sem-Terra: pinta-se um cenário de total contrariedade ao Movimento, que é acusado pelo radialista de ser primitivo, violento, delinqüente e desafiador das leis.

Apesar da conturbada relação entre a mídia e o MST, percebe-se, por outro lado, uma certa dose de cumplicidade a partir do momento em que o Movimento também se utiliza dos meios de comunicação pautando, dessa forma, as suas agendas. Conforme

abordado antes, as principais estratégias, nesse sentido, são as ocupações de terras e prédios públicos, assim como as marchas e caminhadas.

Não obstante a essa discussão, Kellner (2005a) sustenta que movimentos sociais como, por exemplo, os feministas e gays, ou seja, focos de resistência assim como o MST, levam ao desenvolvimento de novas perspectivas críticas sobre os estudos de televisão, produzindo outros olhares. Cabe salientar novamente que tal perspectiva será trabalhada no decorrer desta investigação.

### **1.2.2 O MST Hoje e Amanhã**

Atuando em 23 estados e envolvendo mais de 1,5 milhões de pessoas, o Movimento possui 300 mil famílias assentadas e 80 mil em acampamentos. Sua atual direção nacional<sup>59</sup> é formada por

---

<sup>59</sup> Sobre as instâncias de representação do MST, Morrisawa (2001, p.208) assim as apresenta: “Congresso Nacional – realizado a cada cinco anos, define as linhas conjunturais e estratégicas de Movimento e promove a confraternização entre os Sem-Terra e entre estes e a sociedade; Encontro Nacional – realizado a cada dois anos, avalia, formula e aprova linhas políticas e planos de trabalho dos setores de atividades; Coordenação Nacional – composta por dois membros de cada estado, eleitos no Encontro Nacional – um do SCA de cada estado e dois dos setores de atividades –, reúne-se de acordo com um cronograma anual e é responsável pelo cumprimento das deliberações do Congresso e do Encontro Nacional, e das decisões tomadas pelos setores de atividades; Direção Nacional – composta por um número variável de membros indicados pela Coordenação Nacional, deve acompanhar e representar os estados, bem como trabalhar pela organicidade do Movimento por meio dos setores de atividades; Encontros Estaduais – realizados anualmente para avaliar as linhas políticas, as atividades e as ações do MST, programam atividades e elegem os membros das coordenações Estaduais e Nacional; Coordenações Estaduais – compostas por membros eleitos nos encontros estaduais, são responsáveis pela execução das linhas políticas do MST, pelos setores de atividades e pelas ações programadas nos Encontros Estaduais; Direções Estaduais – compostas por um número variável de membros indicados pelas coordenações estaduais, também são responsáveis pelo acompanhamento e representação das regiões do MST nos estados, bem como pela organicidade e desenvolvimento dos setores de atividades; Coordenações Regionais – compostas por membros eleitos nos encon-

21 membros. Assim, o MST pode ser considerado um exemplo de participação e ação coletivas. Conta com cerca de “400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 cooperativas de produção agropecuária, (...) 32 cooperativas de prestação de serviços, (...) duas cooperativas regionais de comercialização e duas cooperativas de crédito”. Neste sentido, tem “96 pequenas e médias agroindústrias, que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces”. Tais empreendimentos geram “emprego, renda e impostos, beneficiando indiretamente cerca de 700 pequenos municípios do interior do País” (MORIS-SAWA, 2001, p.167).

Aliada à produção está a educação. Aproximadamente 150 mil crianças estudam, da primeira à quarta série do ensino médio, nas 1500 escolas públicas dos assentamentos. Além disso, cerca de 30 mil jovens e adultos assentados frequentam o curso de alfabetização através de programa desenvolvido em conjunto com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Também são mantidos cursos de formação de professores e técnicos em administração de assentamentos e cooperativas, para colaborar com o trabalho desenvolvido nos próprios assentamentos. Para Gohn (2000, p.106), o Movimento é provavelmente o maior da América Latina e, a exemplo de Fernandes e Stedile (2001), a autora ressalta, ainda, que o MST é também formado por pessoas do meio urbano, que habitavam as zonas periféricas das metrópoles brasileiras. No entanto, “a base de sua atuação é no meio rural, junto aos trabalhadores rurais de origens diversas. Muitos já foram pequenos proprietários, outros eram assalariados segundo várias modalidades de relação de trabalho”.

---

tros dos assentados, contribuem com a organização das atividades referentes às instâncias e aos setores; Coordenações de Assentamentos e Acampamentos – compostas por membros eleitos dos assentados e acampados do Movimento, são responsáveis pela organicidade e desenvolvimento das atividades dos setores; Grupos de Base – compostos por famílias, jovens ou grupos de trabalhos específicos (educação, formação, frente de massa, cooperação agrícola, comunicação e outros), que compõem a coordenação do assentamento”.

Depois de passar por várias fases no que se refere à sua organização e construção, o MST chega aos dias de hoje tendo a reforma agrária<sup>60</sup> como uma de suas principais bandeiras de luta. No entanto, essa não é mais a sua única preocupação. Agora também apresentam novas frentes reivindicatórias de crédito, escola, saúde e moradia. O Movimento busca, portanto, o exercício da democracia, da cidadania e da participação dos trabalhadores enquanto construtores de suas próprias histórias e da sociedade em que estão inseridos. Essa atividade responde à decisão de que a batalha dos Sem-Terra não termina com a conquista da terra<sup>61</sup>. Tal perspectiva espalha-se por todos os 23 estados que o MST abrange. Nessa realidade, os gaúchos se fazem, conseqüentemente, incluídos.

---

<sup>60</sup> Conforme frisa Görgen (1997, p.44-45), a reforma agrária apresenta inúmeras vantagens no setor econômico como o aumento da produção agrícola, a resolução do problema de alimentação do povo que não possui terra, o aumento da oferta de alimentos básicos para a cidade e maior justiça na distribuição da renda nacional. No campo social, a reforma diminuiria o êxodo rural e o desemprego, melhoraria os salários dos operários, tenderia a diminuir a marginalidade urbana e a criminalidade, e traria maior bem-estar social e melhoria da qualidade de vida. No campo político, haveria um processo de conscientização do povo, maior liberdade e maior participação nos vários níveis, como “sindicatos, partidos, cooperativas, entidades de defesa de seus direitos, bem como em outros órgãos intermediários e de decisão na sociedade”. Também em um estudo realizado com 15113 famílias em seis regiões do País, entre os anos de 2000 e 2001, e divulgados pela revista Carta Capital, em abril de 2004, podem ser comprovados os benefícios sociais e econômicos de uma reforma agrária.

<sup>61</sup> Segundo dados do Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC), “o Rio Grande do Sul conta com 131 projetos de assentamentos (PAs) de responsabilidade do governo do Estado, beneficiando 4.206 famílias, atingindo 57 municípios. Os PAS, criados em convênios entre o Estado e a União - compartilhados -, assentaram 940 famílias, em 29 assentamentos. O Incra conta com 126 projetos no Rio Grande do Sul, abrangendo 6.057 famílias. No período de 1979 a 2002, foram implantados um total de 286 PAs no Estado, com 11.622 famílias assentadas, em uma área total de 255.246 hectares com 75 municípios”. Disponível em <<http://www.ra.rs.gov.br>> Acesso em: 9 maio 2005.

### 1.3 O MST no cenário do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a gestação do MST remete ao ano de 1962, quando mais de cinco mil colonos, coordenados pelo MASTER<sup>62</sup>, acamparam nas imediações da fazenda Sarandi, com área de 24 mil hectares, no município homônimo (MORRISAWA, 2001). Devido à pressão das famílias acampadas, o então governador gaúcho Leonel Brizola desapropriou a propriedade, a qual “foi dividida em lotes, mas não foi possível distribuir todos, porque o mandato de Brizola terminou e seu candidato ao governo não foi eleito. Além disso, logo em seguida veio o golpe militar” (MORRISAWA, 2001, p.123)<sup>63</sup>.

<sup>62</sup> Conforme dados de Morrisawa (2001, p.94), “o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) surgiu no final da década de 1950, no Rio Grande do Sul, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros no município de Encruzilhada do Sul. Nos anos seguintes, disseminou-se por todo o estado gaúcho. Para o movimento, eram considerados agricultores sem terra o assalariado rural, o parceiro, o peão e também os pequenos proprietários e seus filhos. Em 1962, o MASTER iniciou os acampamentos, uma forma particular de organizar suas ações. (...) Diferentemente dos foreiros de Pernambuco, que resistiam para não serem expulsos da terra, a luta dos integrantes do MASTER era para entrar na terra. O movimento cresceu com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual pertencia o então governador Leonel Brizola. Mas, com a derrota do partido nas eleições de 1962, ele passou a sofrer ataques do novo governo estadual, de instituições e entidades, o que o enfraqueceu”.

<sup>63</sup> De acordo com Morrisawa (2001, p.123), “muitas das famílias que não receberam lote foram mais para o norte, onde fica o município de Nonoai. Ali existe uma reserva indígena Caingangue, com mais de 15 mil hectares, reconhecida pelo governo desde 1847. Durante a década de 1960, muitos sem-terra entraram nela como posseiros ou até como arrendatários da FUNAI, que estranhamente estimulava a ocupação. No final dos anos 70, já havia mais de 1200 famílias ali. Em maio de 1978, com o apoio do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), os caingangues expulsaram essas famílias de suas terras. Afinal, elas lhe pertenciam e delas tiravam seu sustento. Diante disso o governo gaúcho iniciou, junto com o governo federal, um processo de transferência desses sem-terra para o Mato Grosso. Grande parte das famílias aceitou, mas cerca de 500 não quiseram sair do estado. Parte destas últimas ficou acampada nas pro-

Um ponto importante desse período foi a realização de assembléias, que objetivavam a discussão da situação dos colonos. Como resultado, estes formaram comissões e fizeram um abaixo-assinado, que reivindicava assentamentos, mais precisamente nas glebas Macali e Brilhante, que tinham sido griladas e faziam parte da fazenda Sarandi (MORRISAWA, 2001). Como não tiveram seus pedidos atendidos, os agricultores ocuparam os locais. No final, parte das famílias foi assentada.

Por outro lado, próximo às fazendas Macali e Brilhante, famílias de colonos acamparam em Encruzilhada Natalino, em dezembro de 1980. Com o passar do tempo, mais pessoas foram juntando-se aos demais já acampados. Com o apoio de diversos setores da sociedade como trabalhadores, paróquias, prefeituras, agricultores e estudantes, os colonos seguiam no local. Nesse sentido,

Em junho de 1981, D. Pedro Casaldáliga veio trazer sua solidariedade aos acampados, rezando uma missa para eles em que reuniu 6 mil pessoas, contando as que foram prestar solidariedade. Esse acontecimento foi divulgado para todo o território nacional. Outra grande comemoração foi realizada no Dia dos Trabalhadores Rurais, 25 de julho, com a participação de mais de 10 mil pessoas (MORRISAWA, 2001, p. 126).

Como contraproposta à situação dos colonos, o governo federal sinalizou com a possibilidade de transferi-los para os estados do Acre, Bahia, Mato Grosso e Roraima, proposta essa também entoada pelo governo estadual. Mais tarde, ao comprovarem que as áreas eram insustentáveis, parte das pessoas que haviam aceitado a idéia acabou desistindo. Tais reivindicações não foram em

---

ximidades da reserva, no próprio município de Nonoai, em Planalto e em Três Palmeiras. Outras foram deslocadas para o Parque de Exposições de Esteio e, em alguns meses, conseguiram ser assentadas em Bagé”.

vão. Por volta de 1985, o governo desapropria vários locais, para o assentamento das famílias.

É justamente no ano de 1985 que o recém-criado MST realiza a primeira ocupação no Rio Grande do Sul. O município escolhido foi Santo Augusto. Lá, 75 famílias entraram em “uma área da Estação Experimental Fitotécnica da Secretaria da Agricultura”. Após conflito com a Brigada Militar, os agricultores acamparam em Erval Seco e, “depois de nove meses de reuniões e manifestações em Porto Alegre, os Sem-Terra conseguiram ser assentados em duas áreas adquiridas pelo governo estadual, no município de Erval Seco e em Tupanciretã, na região ocidental rio-grandense” (FERNANDES, 2001, p.62).

Novamente em Sarandi, a fazenda Anoni, com área de 9500 hectares, foi ocupada por cerca de 6500 pessoas de 33 municípios, em 29 de outubro de 1985<sup>64</sup>. Tal processo iria arrastar-se até ser decidido em 1992, com a conquista do local pelo MST. Nesse período de sete anos, o MST promoveu ocupações na sede do INCRA, em Porto Alegre, articulou-se com deputados e entidades que apóiam o Movimento e negociou a questão nas capitais gaúcha e federal. Como essas ações não geraram o resultado esperado, o Movimento também realizou uma caminhada, denominada “Romaria Conquistadora da Terra Prometida”, da fazenda até Porto Alegre, num total de cerca de 400 quilômetros (FERNANDES, 2001).

Com o passar dos anos, o MST gaúcho intensifica a sua luta

---

<sup>64</sup> Nessa situação, “os donos estavam em litígio judicial com o governo, que pretendia desapropriá-la para assentar famílias atingidas pela construção da Hidrelétrica do Passo real. A Polícia Federal interveio, despejando os ocupantes e prendendo doze lideranças” (MORRISAWA, 2001, p. 125). Segundo Fernandes (2001, p.163-164), “com o acampamento na Anoni, os Sem-Terra procuravam desentranhar um processo de desapropriação que se arrastava há onze anos. No contexto desse impasse criado pelo Poder Judiciário, as famílias não foram despejadas e o juiz permitiu a permanência do acampamento, mas proibiu o cultivo da área até a consumação da desapropriação. (...) Em outubro de 1986, um ano depois de ocupada, a Anoni foi liberada para o plantio”. Tal questão consiste em um dos marcos da história do MST no Rio Grande do Sul.



por terras, havendo, assim, um recrudescimento das ocupações, acampamentos e marchas, além de outros tipos de manifestações como greves de fome. Nesse sentido, os episódios das fazendas Buriti, de 11000 hectares, em São Miguel das Missões, Ramada, de 2300 hectares, em Júlio de Castilhos, Bom Retiro, de 1049 hectares, em Palmeira das Missões, e Santa Elmira, de 3860 hectares, em Salto do Jacuí, marcariam novo período de conflitos<sup>65</sup> com a brigada militar e a UDR<sup>66</sup>.

De acordo com Gohn, “o MST atua no conjunto da sociedade brasileira como um sujeito histórico coletivo que desvela as desigualdades sociais e revela o conflito existente entre as classes sociais (...) do País”. Nesse sentido, ao passo em que o Movimento vai de encontro à ordem estabelecida, gera conflitos. “O Movimento carrega também a possibilidade de promover rupturas nas políticas e articulações que estruturam a dominação do país”, ressalta a autora (2000, p.154).

Nessa realidade, as tecnologias de comunicação e informação e o cada vez mais crescente poder da mídia, a privatização das empresas estatais de comunicação e o alerta de que o Estado não consiste mais em um eficiente gestor da coisa pública levam à seguinte pergunta: teria o MST futuro na atual conjuntura? Esta questão levaria a dois caminhos: se o Estado seguir no rumo neoliberal de governar, dificilmente o Movimento obterá sucesso; por outro lado, para lograr êxito, é necessária uma guinada de visão, dando vez à reforma agrária ou, na pior das hipóteses, a uma po-

<sup>65</sup> Dentre essas tensões, Morrisawa (2001, p.174) aborda uma, em especial, ocorrida em Porto Alegre: “No início de 1990, as 2 mil famílias acampadas em Cruz Alta fizeram passeata e ato público na cidade, junto com organizações populares, o PT e o PC do B. Em seguida, uma parte saiu em marcha até Porto Alegre, onde acampou na praça da Matriz, para expor o movimento à população de todo o Brasil. Houve confronto com a Brigada, resultando em um policial morto e vários Sem-Terra feridos. Em apoio à luta e aos Sem-Terra que se refugiaram na prefeitura durante o conflito, centenas de pessoas formaram um cordão para impedir que os policiais entrassem no edifício”.

<sup>66</sup> União Democrática Ruralista.

lítica eficiente de assentamentos<sup>67</sup>. Este cenário de lutas do MST não pode, entretanto, ser desvinculado do fenômeno que perpassa todas as formas de relação na atualidade: a globalização<sup>68</sup>.

## 1.4 O Processo de Globalização: um novo tempo de batalhas para o MST

A globalização traduz uma atmosfera comandada por empresas transnacionais – os chamados conglomerados econômicos –, pelo livre comércio e as privatizações. Com o declínio do Estado em detrimento do mercado, o que gerou descrença nas instituições, outras formas de participação acabaram fortalecendo-se. O consumo privado de bens e os meios de comunicação começam a superar parte das realidades democráticas e a conseqüente participação do homem público<sup>69</sup>.

Pelo menos simbolicamente – e a mídia possui papel decisivo neste sentido – convive-se, hoje, com traços marcantes de uma cultura global. Exemplos não faltam: da Disney aos *fast foods*, de Hollywood às novas tecnologias mais avançadas, entre outros fatores, as sociedades são penetradas por uma cultura de consumo jamais vista<sup>70</sup> (ORTIZ, 1998).

<sup>67</sup> Em entrevista à revista *Veja*, em 2003, o então ministro do desenvolvimento agrário, Miguel Rossetto, afirma que a estrutura fundiária no Brasil é comparada ao sistema feudal. Resultado: em 88% dos assentamentos não há luz, 92% não dispõem de água e 81% não possuem estradas.

<sup>68</sup> Sobre essa questão do impacto da globalização no meio rural, Morrisawa (2001, p. 113) sintetiza: “Não há dúvida de que a solução do problema agrário não está simplesmente na distribuição de terras para a massa crescente de trabalhadores rurais sem terra no mundo. Ela exige mudanças profundas nas economias nacionais e o rompimento dos laços de dependência a que os países pobres estão atados”.

<sup>69</sup> Sobre essa questão, Martín-Barbero (1997b) vê na televisão o principal agente de mediação, o qual é responsável pela fragmentação da cidadania em detrimento do mercado.

<sup>70</sup> Esta evidência implica uma questão mais profunda, ligada ao poder. Por serem mais poderosos, os Estados Unidos impõem seus hábitos, sua visão po-

Assim, conforme colocado antes, a mídia serve como reforço essencial no sentido de colaborar com a idéia de dissolução das fronteiras existentes<sup>71</sup>, fortalecendo a noção de sociedade global<sup>72</sup>. Solidificam-se, portanto, as linguagens e valores globais, que devem – ou pelo menos deveriam – ser comuns a todos. Nesse processo de globalização, o inglês é a língua padrão. Ocupa a maioria dos lugares e serve de elo para todo e qualquer tipo de relação. Junto aos meios de comunicação, as novas tecnologias são também responsáveis por grande parte do processo de modernização do planeta, tornando-se, assim, peças importantes na questão da ocidentalização do mundo.

Na atual conjuntura da globalização, Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental (principalmente a Alemanha) despontam como os principais nomes de força do processo, juntamente com as corporações transnacionais e organizações multilaterais. No entanto, o capitalismo global – ou neoliberalismo – agrava as contradições sociais em todos os setores e isso se dá mais fortemente “nos países dependentes, periféricos, atrasados, do terceiro mundo” (IANNI, 1995, p.144). Sob esta perspectiva, uma das conseqüências e, ao mesmo tempo, uma defesa frente ao atual quadro, é a formação dos blocos econômicos como o Mercosul, por exemplo.

Com a globalização, os produtos se desterritorializam. Há uma descentralização da mão-de-obra humana. Um carro, por

---

lítica, econômica e cultural ao resto do mundo. No entanto, isso não significa dizer que o planeta se americanizou. Entretanto, a influência norte-americana é forte em relação a vários outros países.

<sup>71</sup> Martín-Barbero (2003, p.64) afirma, nesse sentido, que “a comunicação midiática aparece, portanto, como parte das desterritorializações e realocalizações que acarretam as migrações sociais e as fragmentações culturais da vida urbana; do campo de tensões entre tradição e inovação, entre a grande arte e as culturas do povo; do espaço em que se redefine o alcance do público e o sentido da democracia”.

<sup>72</sup> Como fator de integração, em primeiro lugar, veio o transporte. Depois, o cinema, a música e os meios de comunicação aceleraram o processo de modernização. A publicidade e, mais tarde, as novas tecnologias de informação e comunicação, despontam também como estimuladores da expansão transnacional, objetivando a integração entre os povos (ORTIZ, 1998).

exemplo, é constituído em vários países onde a mão-de-obra é mais barata. Assim, nessa realidade, há uma redução do emprego regular: os trabalhadores “perpétuos” são substituídos pelos temporários, informais, subcontratados, o que acaba ocasionando também o enfraquecimento dos sindicatos (HARVEY, 1992; MARTÍN-BARBERO, 2002a; 2002b).

Esse cenário, em que a mão-de-obra também se encontra des-territorializada, sugere uma imensa fábrica, a “fábrica global” de Ianni (1995, 1997a). Nesta “fábrica”, marcada pela flexibilidade, “a vida de trabalho está saturada de incertezas” (BAUMAN, 2001, p.169), ou seja, ao contrário dos tempos de outrora, agora, a estabilidade dos empregados não é mais assegurada.

“Ambígua e até mesmo contraditória” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p.57), a globalização origina descontentamento sobretudo de duas maneiras: em primeiro lugar, existe a cultura do efêmero (o que é consumido torna-se, em seguida, obsoleto, descartável, fugaz). Há pouco interesse com o passado; e também com o futuro. O que importa é o presente, o imediato (GARCÍA CANCLINI, 1995; 1998; 2004).

Em segundo lugar, há uma redução dos empregos com vistas à diminuição de custos. Neste cenário, mais de 40% da população latino-americana não possui trabalho estável, o que implica o aumento das atividades informais e temporárias, conforme abordado antes. Além disso, outros fatores se agravam com esse processo, tais como a falta de habitação, saúde e educação, a miséria, o narcotráfico e a violência em todas as suas formas (GARCÍA CANCLINI, 1995; 1998).

Em tal contexto, a arquitetura consiste em mais um reflexo da globalização: ora “livre” e “solta”, cede lugar a uma nova realidade: a da “máxima” segurança, através das grades, alarmes e condomínios fechados. Este cenário acaba desembocando em outro: o ferimento das relações pessoais como as de vizinhança, por exemplo: quanto mais distante do seu vizinho, melhor.

O aprofundamento das desigualdades sociais gerado pelo regime neoliberal também fortalece uma crescente imigração para

os aparentes “pólos de prosperidade do planeta”: os Estados Unidos e a Europa Ocidental (RAMONET, 1998, p.30). Tal cenário acarreta outro resultado da globalização: as reações, por vezes extremistas, de movimentos nacionalistas, separatistas, xenófobos e neonazistas (KELLNER, 2005k; MARTÍN-BARBERO, 1994; 1995; VIZENTINI, 1996).

Devido às crises geradas pela globalização, há também uma tendência à fuga para o irracional com o intuito de exorcizar os pavores de determinadas situações. As demonstrações são as mais diversas: álcool e drogas em geral, ocultismo, a fé exacerbada das religiões, as quais não cessam de competir entre si etc.

Para Bauman (1999), com a globalização, o “tripé da soberania” (a auto-suficiência militar, econômica e cultural) é afetado de maneira irreversível. A insuficiência militar é agravada frente às dificuldades sociais, como o desemprego, por exemplo, que acarretam, entre outros fatores, a violência e a insegurança, conforme tratado antes. Na área econômica, devido à pujança dos mercados financeiros globais, o Estado perde sua força, ficando reduzido ao âmbito político. Com relação ao aspecto cultural, a avalanche da indústria cultural, em todos os seus níveis e estilos, fomenta uma sociedade do consumo, que é alimentada constantemente por produtos feitos sob medida e com curto tempo de duração e apreciação, conforme salienta García Canclini (1995).

O aspecto efêmero dessa cultura leva, portanto, ao pensamento de que nada é para sempre. Na modernidade líquida descrita por Bauman, o cenário é a curto prazo: instantâneo e cheio de oportunidades e escolhas. Segundo o autor (2001, p.74),

para que as possibilidades continuem infinitas, nenhuma deve ser capaz de petrificar-se em realidade para sempre. Melhor que permaneçam líquidas e fluidas e tenham “data de validade”, caso contrário poderiam excluir as oportunidades remanescentes e abortar o embrião da própria aventura.

O fenômeno da globalização também implica alterações na identidade das pessoas, apresentando os mais variados desdobramentos. Existem aquelas que aderem totalmente ao processo, engajando-se “de corpo e alma”. São os cidadãos globalizados de fato. Há uma corrente à parte, que está à margem do processo, ficando cada vez mais isolada e enfraquecida. São os excluídos da situação. Ocorrem também movimentos de negociação, híbridos, que absorvem determinadas influências e outras não.

Mas, por outro lado, há também a existência de forças de resistência à nova ordem mundial como, por exemplo, determinados movimentos sociais da América Latina o que “(...) está levando a uma redefinição do que se entende por cidadão não apenas em relação aos direitos à igualdade, mas, também, em relação aos direitos à diferença” (GARCÍA CANCLINI, 1995: p.22). Tal realidade implicaria, portanto, a legitimação dos mais variados interesses, valores e reivindicações. Através de uma perspectiva multicultural, García Canclini (1995) vê numa reforma do Estado (o que implica também uma maior participação da sociedade civil), a possibilidade de avanços tanto no que se refere à aceitação do desenvolvimento de grupos diversos, minorias, quanto à garantia de acesso igualitário aos bens da era globalizante.

Afetado direta ou indiretamente por todas as transformações em voga, o MST sobrevive frente à nova ordem mundial. Com o advento da globalização e da nova divisão do trabalho, em nível global, o meio rural é “industrializado e urbanizado” (IANNI, 1997b, p.12). Concomitantemente, percebe-se o fluxo cada vez mais crescente de migrações campo-cidade. Assim, o agrário é enfraquecido. Para Ianni (1997b, p.40), “o mundo agrário já está tecido e emaranhado pela atuação das empresas, corporações e conglomerados agroindustriais”. Agora, parece só haver espaço para o capital.

Outro fator decorrente dessa nova realidade no campo são as técnicas utilizadas, tais como a aplicação de hormônios em animais e o plantio de transgênicos, o que acaba por provocar alterações “no uso do solo e na orientação das atividades agríco-

las” (IANNI, 1997b, p.40). Assim, parte dos pequenos produtores, como os assentados do MST, por exemplo, ainda que possa manter-se em atividade, corre o risco de cair no esquecimento, a menos que se adapte às modernizações do campo.

Com novas máquinas e utilizando procedimentos oriundos do setor químico, o setor rural se modifica. Acrescenta-se neste cenário as novas tecnologias de informação e comunicação, que já são uma realidade em boa parte do mundo do campo e, entre outros aspectos, mudam as noções de tempo e espaço. Assim, o meio agrário se urbaniza, se industrializa. Acaba subordinado ao capital e submetido às exigências deste.

Diante desse cenário de exclusão, o MST oscila entre dois pólos: ao mesmo tempo em que resiste às influências da globalização e clama pelo direito de ser diferente – ou tradicional –, o Movimento admite flertar com algumas transformações pelas quais atravessa o meio rural, como a questão do agronegócio, por exemplo. Tal contexto acaba conferindo, portanto, um caráter híbrido aos Sem-Terra na atualidade.

A construção que a mídia faz a respeito da atual realidade está baseada em determinados aspectos político-econômicos. Servindo, muitas vezes, como elemento de mediação entre o poder e os movimentos sociais<sup>73</sup>, ela (a mídia) tece representações ancoradas em interesses particulares. As condições de produção variam, nesse sentido, de acordo com a visão de mundo de cada empresa. Estudar tal cenário, de forma crítica, implica lançar mão de um aporte teórico que leve em conta essas questões.

---

<sup>73</sup> Assim como a terra é o elemento de mediação entre o colono excluído e o possuidor de terra, aquele com identidade recuperada.





# Capítulo 2

## Delineamentos teóricos da pesquisa

Segundo Rüdiger (2001), os estudos críticos de comunicação encontram-se, atualmente, divididos em três correntes de pensamento: na economia política, nos estudos culturais e nos estudos culturais críticos. Fortemente influenciado pela teoria crítica da sociedade, que abriga a Escola de Frankfurt<sup>1</sup> e os estudos culturais britânicos<sup>2</sup>, Kellner se situa entre os teóricos que compõem a perspectiva dos estudos culturais críticos.

Conforme diagnóstica Leite (2005b, p.123),

---

<sup>1</sup> Kellner (2005b; 2005h) afirma que os frankfurtianos foram os primeiros a desenvolverem estudos sobre a comunicação de massa e a cultura com uma abordagem crítica.

<sup>2</sup> A corrente interdisciplinar, transdisciplinar e “algumas vezes contradisciplinar”, de acordo com Grossberg et. al., (1995, p.13), surge no final dos anos de 1950. Influenciados pelo estruturalismo e a semiologia materialista, os estudos culturais nasceram ligados à Universidade de Birmingham, na Inglaterra, através do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS), fundado oficialmente em 1964, por Richard Hoggart, seu primeiro diretor. Junto a Hoggart, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson completam o trio que formou os Estudos Culturais. Vale salientar também o papel do jamaicano Stuart Hall, considerado um dos principais nomes da corrente.

o interesse de Douglas Kellner sobre os efeitos dos meios de comunicação de massa na sociedade foi despertado pela Filosofia (...) as suas preocupações mais abstratas sobre as relações entre os indivíduos e o sistema social tiveram como ponto de partida as aulas ministradas pelos professores do colégio secundário. Os mestres recomendaram livros escritos por autores como: Eric From e Martin Buber. A leitura desses pensadores funcionou como porta de entrada para os textos dos intelectuais filiados à Escola de Frankfurt. O contato mais profundo com a Filosofia estimulou o interesse pelos autores que mais tarde ele definiu como fundamentais para a compreensão da sociedade contemporânea, em especial: Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud. As leituras reforçaram não apenas a sua disposição em estudar a Filosofia, mas o desejo de se dedicar às atividades de docência e de pesquisa.

De origem norte-americana, Kellner tem seu lugar de fala nos movimentos de contracultura dos anos de 1960<sup>3</sup>, na recessão da primeira metade da década de 1970 e na implosão da Rússia a partir de 1980. Articulador de teorias, o autor afirma que não há justificativa para estudar em separado a cultura e os estudos da mídia, pois crê que em tal processo as produções oriundas dos meios de comunicação são englobadas por aquela.

Influência reconhecida por Kellner, conforme colocado anteriormente, os estudos culturais foram, no princípio, segundo Agger (1998), afetados pela teoria cultural marxista, a Escola de Frankfurt e a Teoria Estética. Mais tarde, Gramsci e o estruturalismo

<sup>3</sup> De acordo com Leite (2005b, p.124), “(...) as teorias de Marcuse e os episódios de 1968 exerceram grande influência sobre as posições políticas de Kellner e contribuíram decisivamente para o seu engajamento no movimento estudantil. O jovem estudante de Filosofia tornou-se militante ativo da *New Left*”.

althusseriano também serviram de inspiração para a corrente interdisciplinar.

Johnson (1999, p.19) sublinha que “os estudos culturais podem ser definidos como uma tradição intelectual e política; ou em suas relações com as disciplinas acadêmicas; ou em termos de paradigmas teóricos; ou, ainda, por seus objetos característicos de estudo”. Em sintonia com esse autor, Hall (1997, p.31) sustenta que os estudos culturais embasaram-se em inúmeros discursos teóricos ligados

(...) às tradições de análise textual (visual e verbal), à crítica literária, à história da arte e aos estudos de gênero, à história social, bem como à lingüística e às teorias da linguagem, na área das humanidades. Nas ciências sociais, aos aspectos mais interacionistas e culturalistas da sociologia tradicional, aos estudos dos desvios e à antropologia; à teoria crítica (por exemplo, à semiótica francesa e aos teóricos pós-estruturalistas; Foucault; a ‘Escola de Frankfurt’; os autores e autoras feministas e à psicanálise); aos estudos do cinema, da mídia e das comunicações, aos estudos da cultura popular. Também foram importantes as formas não-reducionistas do marxismo (especialmente as ligadas à obra de Antonio Gramsci e à escola estruturalista francesa liderada por Althusser), e a preocupação destas com questões de poder, ideologia e hegemonia cultural.

Tamanha influência acabou resultando no estudo de muitos objetos. Dentre outros tópicos, no cerne interdisciplinar da corrente dos estudos culturais encontram-se investigações que versam sobre as questões de raça, sexo, etnia, gerações, a pedagogia popular, a política alternativa, a situação das subculturas, a resistência das forças populares, as migrações, o papel do Estado e as alterações de identidade ocasionadas pela globalização, os meios

de comunicação na sociedade e a figura do receptor nos processos midiáticos.

Oriundas do final da década de 1950, há duas condições históricas dos britânicos, que fomentaram o surgimento dos estudos culturais, de acordo com Schwarz (2000): a aceleração da organização capitalista da cultura, ancorada sobretudo pelo avanço dos meios de comunicação, e também o colapso do império britânico, em 1956, logo após a guerra contra o Egito. Sendo assim, no centro de interesse dos estudos culturais estão as conexões entre cultura, história e sociedade. Segundo Agger (1992), dois pontos ficam evidentes com relação àquela: é heterogênea, varia conforme aspectos sócio-históricos e não se resume aos intertextos dos seres humanos, às suas experiências e informações adquiridas. Vai além: está relacionada às práticas sociais; diz respeito às intervenções dos indivíduos, principalmente através do discurso e da representação, podendo inclusive modificar a história e também o passado.

Além dos principais autores e dos textos inaugurais, a *New Left* foi fundamental, ainda nos anos 50, para o surgimento dos estudos culturais. Tratava-se de uma tendência política de cunho socialista, “antiimperialista e anti-racista, favorável à nacionalização das principais indústrias e da abolição do privilégio econômico e social” (SCHULMAN, 1999, p.186-187). Pregava também o desarmamento nuclear, assim como a melhoria da classe operária no que tange aos aspectos sociais e culturais.

Dentro de uma linhagem norte-americana, Kellner é considerado um dos maiores representantes da perspectiva dos estudos culturais, o que ressalta, também, o caráter descentralizador da corrente interdisciplinar: ultrapassando a barreira da Europa e da América do Norte, hoje, os estudos culturais espraiam-se para outros continentes, tais como a Oceania, a Ásia, a África e a América do Sul.

Em suas investigações, o autor contempla os mais diversos textos provenientes da cultura da mídia. Tem como objetivo elucidar tendências dominantes e de resistência, vislumbrar perspec-

tivas históricas e também analisar a forma como os meios de comunicação agem com vistas a influenciar a identidade dos indivíduos receptores. Nesse sentido, investiga produtos tão diversos quanto o filme “Rambo”, *terror movies*, as produções cinematográficas do diretor negro Spike Lee, as estratégias políticas dos ex-presidentes norte-americanos Ronald Reagan e George Bush, celebridades como a cantora Madonna, a série de televisão “Beavis and Butt-Head”, desenho produzido pelo canal norte-americano MTV (*Music Television*), a cobertura jornalística da Guerra do Golfo etc.

Para Kellner, a leitura dos estudos culturais críticos sobre os meios de comunicação deve ser feita de forma política. Conforme Rüdiger (2001, p.63), a cultura veiculada através da mídia “transcodifica esteticamente as experiências e práticas sociais e, só assim, é que obtém ressonância na sociedade. A crítica cultural precisa analisar a mídia em relação às forças de dominação e as forças contra-hegemônicas de resistência”. Então, os *media* reproduzem as ações sociais, estabelecendo, neste sentido, os embates que se dão na sociedade entre os mais variados setores que constituem esse campo. Conseqüentemente, olhar a mídia requer fazê-lo pelo viés político.

Desse ponto origina-se o objetivo principal de Kellner: averiguar quais são as questões que versam contra a dominação, como também investigar as relações que tratam sobre a desigualdade e a opressão, tópicos esses que são enfocados tanto pelos frankfurtianos quanto pela perspectiva dos estudos culturais, o que denota, assim, a influência dessas correntes sobre o autor. Nessa realidade, portanto, torna-se imprescindível e, ao mesmo tempo, enriquecedor investigar os sentidos que a cultura da mídia produz e, ainda, perceber os movimentos contra-hegemônicos que podem ser detectados a partir dessa cultura.

Adepto do método crítico histórico dialético, que consiste no método por excelência da ciência social crítica<sup>4</sup>, Kellner é um

---

<sup>4</sup> Essa parte será desenvolvida na metodologia desta pesquisa.

investigador que prima pela interdisciplinaridade em suas pesquisas, tendo sua atenção voltada para os estudos da mídia. Para ele,

a teoria social dialética estabelece nexos entre partes isoladas da sociedade mostrando, por exemplo, de que modo a economia se insere nos processos da cultura da mídia e estrutura o tipo de texto que é produzido nas indústrias culturais (...) a dialética é a arte de estabelecer nexos e relações das partes do sistema entre si e com o sistema como um todo. Portanto, uma teoria crítica da sociedade contém mapeamentos do modo como a sociedade se organiza como um todo, delineando suas estruturas, instituições, práticas e discursos fundamentais, e o modo como eles se combinam formando um sistema social (2001, p.38-39).

Essa prática de estabelecer ligações entre as partes envolvidas no campo social, bem como a verificação dessas relações, recebe o nome de articulação<sup>5</sup>. Este conceito traduz, portanto, um ponto importante, ligado ao estudo do processo de organização e produção do discurso dos meios de comunicação em um determinado contexto. Conseqüentemente, permite visualizar as formas pelas quais as pessoas produzem cultura e, por outro lado, mostra como esta cultura pode ser decodificada pelos indivíduos<sup>6</sup>.

Baseado em afirmações de Kellner (1992), Adorno e Horkheimer cunharam o termo “indústria cultural” em oposição a conceitos como cultura popular ou cultura de massa, devido a uma

---

<sup>5</sup> O pensar crítico resulta em investigar a cultura moderna considerando os aspectos históricos, “suas estruturas constitutivas e principais formas de conduta, sublinhando criticamente as conexões entre relações de poder e discursos com pretensão de verdade” (RÜDIGER, 2001, p.13).

<sup>6</sup> Ainda sobre o interesse de Kellner pelos estudos culturais britânicos, Leite (2004, p.12) afirma: “De fato, o aspecto que parece exercer interesse especial de Kellner nos estudos culturais é a sua ênfase na atividade humana, na produção ativa, ao invés de seu consumo passivo”.

resistência à idéia de que os produtos da cultura de massa eram oriundos das massas ou do povo. Para eles, a indústria cultural era um instrumento de dominação ideológica que vinha de cima e provocava padronização, homogeneização e conformidade<sup>7</sup>.

Kellner (1992) afirma que a partir do surgimento da indústria cultural a cultura da mídia vem tomando a frente de boa parte das relações sociais, o que significa dizer que, hoje, constitui-se em uma realidade indiscutível e praticamente irreversível. Em outros momentos, o autor (1997; 2005a) reforça essas premissas da crítica à indústria cultural atentando para a necessidade de lançar mão de aportes interdisciplinares estabelecendo, portanto, uma investigação que privilegie não só uma análise da produção e da economia política da cultura, mas também um estudo do texto propriamente dito, sua recepção e usos. Segundo o norte-americano, tal concepção deve ser baseada em uma contextualização em nível sócio-histórico.

Rüdiger (2002, p.216) salienta que essa proposta de Kellner implica refletir historicamente sobre a cultura de mercado em um contexto amplo (global) de sociedade, tendo como premissa o fato de que “essa cultura produz e reproduz em termos econômicos, técnicos e espirituais as categorias e contradições sociais dominantes”, aspectos estes que foram colocados anteriormente. Somente assim, através de um minucioso exercício de reconstrução

---

<sup>7</sup> Segundo Leite (2005b, p.124-125), “em 1969, quando terminou a graduação em Columbia, [Kellner] começou a escrever uma dissertação sobre as concepções de autenticidade no pensamento de Martin Heidegger. Para levar a cabo tal empreitada recebeu uma bolsa de estudos do governo alemão e foi concluir as suas pesquisas na Europa. Na Alemanha, teve oportunidade de conhecer as idéias de George Lukács, por intermédio da leitura de História e Consciência de Classe, de Max Horkheimer e de T.W. Adorno com a leitura da Dialética do Iluminismo e outros textos produzidos pelos autores filados à Escola de Frankfurt. Assim, pôde ampliar os seus estudos de Teoria Crítica, participando de grupos de estudos e freqüentando disciplinas sobre a Escola de Frankfurt, oferecidas pelas universidades da Alemanha. Após dois anos, concluiu a dissertação sobre Martin Heidegger e adquiriu uma boa formação filosófica. Essa base, juntamente com os Estudos Culturais, constitui o seu principal referencial teórico”.

histórica dos fatores em jogo, incluindo, aqui, as mais variadas forças sociais, será possível refletir, interpretar e explicar criticamente as questões relativas à cultura e, em especial, à cultura da mídia, seus desenvolvimentos e relações com o todo social.

É justamente nessa mídia que, atualmente, encontra-se a forma dominante de cultura (mercantilizada)<sup>8</sup>, a qual promove a socialização ao mesmo tempo em que fornece elementos de homogeneização da identidade dos atores sociais. Por intermédio de um véu sedutor, que combina o verbal com o visual, a cultura da mídia, que é a cultura da sociedade<sup>9</sup>, traduz, portanto, uma ampla dependência entre comunicação e cultura<sup>10</sup>.

Através dessa inter-relação, os meios de comunicação divulgam determinados padrões, normas e regras, ensinam o que é bom e o que é ruim, o que é certo e o que é errado; fornecem símbolos, mitos e estereótipos através de representações que modelam uma visão de mundo (imaginário social) de acordo com a ideologia vigente. Sob esta perspectiva, a cultura midiática – sobretudo a televisão – passa à frente de outras instituições como a família, a escola e a igreja. De acordo com Orozco Gómez (1990, p.9),

na medida em que a televisão propõe uma série de significações e sentidos, legitima discursos, propaga informação, inclui e exclui a seu parecer sujeitos e acontecimentos, estimula emoções, provoca reações

<sup>8</sup> Posição esta que é compartilhada por vários autores, entre eles Thompson (1995), o qual atenta para o processo de “mediação da cultura moderna”.

<sup>9</sup> De acordo com Thompson (1995, p.10-11), “em muitas sociedades industriais do Ocidente de hoje pessoas adultas gastam entre 25 a 30 horas por semana olhando televisão – e isso sem contar o tempo que eles empregam escutando rádio ou música estereofônica, lendo jornais, livros e revistas e consumindo outros produtos do que são hoje as indústrias de comunicação transnacionais de grande porte. Ainda mais: há poucas sociedades, hoje, que não foram atingidas pelas instituições e mecanismos da comunicação de massa, e, como consequência, que não estejam abertas à circulação de formas simbólicas mediadas pelos meios de comunicação de massa”.

<sup>10</sup> Para Kellner (2001, p.53), “não há comunicação sem cultura e não há cultura sem comunicação”.



afetivas, induz ao consumo, motiva a tomar determinadas posições intelectuais, dissemina opiniões e serve em geral como fonte de aprendizagem e objeto de polêmica e de juízo, uma vez que desafia e compete com as tradicionais instituições sociais, como a escola e a família; a televisão se instaura no umbral do novo milênio como a grande indústria cultural do futuro.

Atuando como um “meio aliado dos poderes estabelecidos” (OROZCO GÓMEZ, 1996a, p. 21), nota-se que, hoje, na televisão (e nos meios de comunicação em geral), a ideologia transmitida “é [geralmente] a do branco masculino, ocidental, de classe média ou superior; são as posições que vêem raças, classes, grupos e sexos diferentes dos seus como secundários, derivativos, inferiores e subservientes”. Nesse sentido, portanto, a mídia torna-se o aparelho responsável pela promoção de uma nítida separação entre atores “dominantes/dominados e superiores/inferiores, produzindo hierarquias e classificações que servem aos interesses das forças e das elites do poder” (KELLNER, 2001, p.83).

Inerente a essa discussão, Thompson (1995) faz menção ao conceito de ideologia<sup>11</sup>, articulando-a às formas como o sentido (significado) serve para estabelecer e sustentar relações (assimétricas) de poder em contextos específicos. Cabe salientar, então, que a posição ocupada por um indivíduo dentro de uma instituição ou de um campo, sejam esses quais forem, está diretamente ligada ao poder que esse ser possui, ou seja, à capacidade de agir visando atingir os seus interesses particulares (Thompson, 1998).

Intrinsecamente ligadas aos estudos que versam sobre as questões de ideologia, portanto, as relações de poder priorizam, além dos aspectos relacionados à dominação de classe, “(...) outros

---

<sup>11</sup> Thompson (1995) examina diversas visões a respeito do conceito de ideologia (o mesmo pode ser dito com relação ao conceito de cultura). O autor apresenta as concepções de Destutt de Tracy, Lênin, Lukács, Manheim, Napoleão e Marx. É pertinente ressaltar que essa reconstituição de conceitos sobre a ideologia não faz parte do foco de interesse do presente trabalho.

tipos de dominação, tais como as relações sociais estruturadas entre homens e mulheres, entre um grupo étnico e outro, ou entre estados-nação hegemônicos e outros estados-nação localizados à margem do sistema global” (THOMPSON, 1995, p.78).

Esses diferentes tipos de poder são classificados por Thompson em quatro tipos: “econômico”, o qual “provém da atividade humana produtiva, isto é, atividade relacionada com a provisão dos meios de subsistência através da extração da matéria-prima e de sua transformação em bens que podem ser consumidos ou trocados no mercado”; “político”, que é oriundo “da atividade de coordenação dos indivíduos e da regulamentação dos padrões de sua interação”; “coercitivo”, ou seja, aquele que faz uso da força física; e “simbólico”, o qual “nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas [e procura] cultivar e sustentar a crença na legitimidade do poder político” (1998, p.22-24).

Assim, a ideologia dominante, principalmente através do poder simbólico, insere-se também na cultura da mídia, com vistas a manter o pensamento da classe que está no poder<sup>12</sup>. Não obstante, nesse cenário marcado por inúmeras articulações dos mais diversos tipos, constata-se a ação de uma abstração, exclusão e silêncio (forma de “mascaramento”, que legitima essa dita superi-

---

<sup>12</sup> É através de Hall que os estudos culturais voltam suas atenções para a relação entre o campo midiático e a estrutura de classes, sob o viés ideológico, tendência esta que se consolida durante os anos de 1970. Reforçando a proposta, Agger (1992) afirma ser pertinente estudar a produção, a distribuição e a recepção culturais fazendo uso de articulações com os aspectos econômicos, inerentes à produção de sentido da cultura. Não obstante, percebe-se uma tendência ao condicionamento da atividade criativa, o que não significa dizer que a cultura sofre de uma dependência dos fatores econômicos, como pressupunha a perspectiva marxista. No entanto, não se descarta a influência dos aspectos político-econômicos (ESCOSTEGUY, 1999; 2001b). Ainda sobre Marx, seu olhar sofre críticas justamente pelo reducionismo aos fatores econômicos, baseados no modelo de base-superestrutura. Assim, abrem-se as portas para Gramsci e o seu conceito de hegemonia, o que acarreta perceber também outras práticas como, por exemplo, as culturais e políticas. Por sua vez, Hall sugere uma “articulação” entre os diferentes níveis.

oridade), que fortalece um processo de manutenção das fronteiras entre os chamados superiores e inferiores, além de fomentar uma homogeneização da identidade cultural.

Voltando à questão da cultura<sup>13</sup>, em nível teórico, essa categoria apresenta aspectos substantivos e epistemológicos. De acordo com Hall<sup>14</sup> (1997, p.16), “por substantivo, entendemos o lugar da cultura na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na sociedade, em qualquer momento histórico particular”. Isso significa dizer que a cultura permeia todo e qualquer tipo de relação, seja em qual período esse cenário estiver estabelecido. O autor constata, portanto, um caráter de onipresença dessa categoria na estrutura social, independentemente do seu contexto.

---

<sup>13</sup> Enquanto Hoggart dá subsídios para os estudos de audiência através da obra *The Uses of Literacy* (1957), Williams, através das obras *Culture and Society* (1958) e *The Long Revolution* (1961), e E. P. Thompson, com *The Making of the English Working-class* (1963), compartilham o conceito de cultura como “uma rede vivida de práticas e relações que constituíam a vida cotidiana, dentro da qual o papel do indivíduo estava em primeiro plano” (ESCOSTEGUY, 2001b, p.153), embora E. P. Thompson resistisse um pouco “ao entendimento de cultura enquanto uma forma de vida global (...) preferia entendê-la enquanto um enfrentamento entre modos de vida diferentes” (ESCOSTEGUY, 2001a, p.22-23). Um ponto importante dessa definição consiste na reivindicação de uma concepção ampla de cultura, ou seja, é questionada a divisão hierárquica entre cultura elitista (superior) e cultura de massa (inferior) defendida por alguns frankfurtianos (Kellner, 1992). No cerne da cultura, transitam a troca de informações, experiências e conhecimentos do cotidiano. Aqui, os mais variados modos de vida são perpassados por relações de poder. Existem distinções decorrentes de classe, raça, poder etc., e isso está expresso no campo da cultura, que reflete, assim, as diferenças sociais, e não só as distinções entre classes sociais.

<sup>14</sup> Devido à sua inegável importância, existem autores como, por exemplo, Mattelart e Neveu (1997), que o consideram o quarto pai-fundador dos estudos culturais britânicos. Segundo Escosteguy (2001b, p.154), Hall “incentivou o desenvolvimento da investigação de práticas de resistência de subculturas e de análises dos meios massivos, identificando seu papel central na direção da sociedade; exerceu uma função de ‘aglutinador’ em momentos de intensas distinções teóricas e, sobretudo, destravou debates teórico-políticos, tornando-se um ‘catalisador’ de inúmeros projetos coletivos”.

Em nível epistemológico, “nos referimos à posição da cultura em relação às questões de conhecimento e conceitualização, em como a ‘cultura’ é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo” (1997, p.16). Ou seja, para Hall, a cultura também pode ser vista como uma espécie de bagagem de conhecimentos que cada indivíduo possui, a qual lhe serve de subsídio para entender o mundo que o rodeia.

Com relação ao aspecto substantivo da cultura, Hall (1997) afirma que a sociedade global vivencia, atualmente, a “centralidade da cultura”, o que traduz a sua onipresença: ela está em todos os campos – e cantos – da vida moderna. Ancorada pelas novas tecnologias da informação, permeia e serve de mediadora a questões ligadas ao social, ao econômico, ao industrial, ao político, ao meio ambiente, ao lazer e à própria cultura. Indo nessa direção, a compressão espaço-tempo, por exemplo, provoca uma inclinação à “homogeneização cultural”, cuja tendência é a de unificação do mundo, não somente nos níveis espacial e temporal, mas também no que tange aos aspectos culturais (HALL, 1997)<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> De acordo com a perspectiva iluminista do século XVIII, o termo cultura surge ligado ao cultivo do espírito, das artes, letras e ciências. Demarca diferenças, criando, ao mesmo tempo, hierarquias. Já na passagem do século XIX para o século XX, surge outro conceito – de cunho antropológico – o qual concebe a cultura como sendo o estudo do modo de vida de uma determinada comunidade. Este conceito vê a cultura como o “estudo do outro; estudo do conjunto de crenças, costumes e valores, bem como dos artefatos, que são adquiridos/produzidos pelos indivíduos como membros de um grupo ou sociedade”. Marx afirma que a cultura depende dos fatores históricos e dos modos pelos quais foi produzida, sendo, portanto, constituída por forças econômicas e relações de produção. Neste sentido, cabe à classe dominante controlar os modos de produção intelectuais. Williams (1983, p.87) apresenta outra definição de cultura como sendo “uma das duas ou três palavras mais complicadas da língua inglesa. Isso é assim, em parte, devido à intrincada evolução histórica por que passou a palavra em várias línguas européias, mas principalmente porque agora passou a ser usada para designar importantes conceitos em várias e distintas disciplinas intelectuais e em vários, distintos e incompatíveis sistemas de pensamento”. Mais tarde, o autor apresenta três formas de definição da cultura: “uma idealista, que implica um estado ou processo de perfeição humana, em termos de valores universais e absolutos. O essencial, aqui, é a

Sobre essa reflexão, Hall também atenta para o papel dos grandes conglomerados de comunicação<sup>16</sup>. Originadas pelo processo competitivo das empresas, as mega-fusões, que acarretam as concentrações de propriedade, surgem visando a maximização dos lucros e tendem a deixar o universo comunicacional na mão de poucos grupos. No Brasil, megaempresas atuam nos mais diversos setores de comunicação: da telefonia à internet, passando pelas TVs aberta e por assinatura (CAPPARELLI e LIMA, 2004).

Levando em consideração a presente realidade, Bucci (2004, p.138-139) acrescenta:

depois da confusão (entre jornalismo e entretenimento) vem a fusão. Fusão de capital. De vinte anos para cá, as empresas jornalísticas foram engolidas ou se fundiram com as empresas dedicadas até então ao entretenimento. A tendência global se realizou com tal velocidade que não pode mais ser vista como um

---

descoberta desses valores que compõem uma ordem atemporal ou têm uma referência permanente à condição humana universal. Uma segunda, denominada documental, que implica um corpo de trabalhos imaginativos e intelectuais, ou seja, como o pensamento e a experiência humana são, de forma variada, armazenados para a posteridade; e uma última, a definição social em que cultura é a descrição de um modo particular de vida” (ESCOSTEGUY, 2003a, p.58). No contexto inglês da década de 1950, Williams trabalha simultaneamente com várias noções de cultura sem aderir exclusivamente a nenhuma perspectiva antropológica. Em “Cultura e Sociedade” (1958), apresenta quatro sentidos de cultura: “como hábito mental individual; como estado de desenvolvimento mental de toda uma sociedade; como conjunto das artes [tradição]; como forma de vida global de um grupo ou de um povo”. Mais tarde, em “The Long Revolution” (1961), concebe a cultura “como estrutura de sentimento”, articulando o objetivo (estrutura) com o subjetivo (sentimento). Por fim, o autor classifica a cultura como ordinária. Todas as pessoas são capazes de produzir sentido. Há uma “produção coletiva de significados”; cultura não é somente o conjunto de textos, mas também as práticas, experiências e ações dos sujeitos (ESCOSTEGUY, 2001b). Para um estudo sobre as várias definições de cultura, ver Cevasco (2003), capítulo 1.

<sup>16</sup> Uma referência sobre o surgimento dos conglomerados de mídia através de fusões e alianças cada vez maiores pode ser obtida em Moraes (1998).

deslocamento isolado de algumas corporações, mas constitui, claramente, uma alteração estrutural do capitalismo: o negócio do jornalismo fundiu-se com o negócio do entretenimento; o capital jornalístico diluiu-se num outro.

Em tempos de globalização, esses conglomerados de mídia tendem a fornecer ao mundo uma cultura padronizada, homogênea, que pode provocar o enfraquecimento das identidades culturais locais e/ou nacionais. Ao mesmo tempo em que isso ocorre, abrem-se oportunidades para uma “renovação do velho”, do local, num processo em que as identidades locais fariam uma intersecção com as globais, consistindo, assim, em uma mistura de elementos do próprio e do alheio, fenômeno este que corroboraria para um hibridismo cultural.

Já em nível epistemológico, a cultura está diretamente ligada à “virada cultural”<sup>17</sup>, que teve origem através de “uma relação de atitudes em relação à linguagem”. Neste sentido, quando se fala em linguagem, a discussão transcende o âmbito dos estudiosos seja da literatura ou da lingüística: aborda-se, aqui, a linguagem ligada às “práticas de representação, sendo dada à linguagem uma posição privilegiada na construção e circulação do significado”. Significa dizer que a linguagem permeia a realidade, seus elementos e relações, e não apenas faz parte desses. Em suma, “toda prática social tem condições culturais ou discursivas de existência”, o que quer dizer que as práticas sociais “são discursivas” (HALL, 1997, p.27-34).

Encarando a cultura como “a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas” (HALL, 1997, p.29), enxerga-se uma estreita relação entre cultura e linguagem. Assim, a “virada cultural”, cuja linguagem é inerente, pressupõe que

<sup>17</sup> Segundo Hall (1997), essa “virada cultural” começou a ter maior impacto em âmbito intelectual e acadêmico a partir do surgimento da corrente dos estudos culturais, abordada anteriormente.

todos os processos, sejam estes econômicos, políticos etc., dependem do significado e refletem na forma de viver e agir das pessoas e, conseqüentemente, na construção das suas identidades, sendo também assimilados como processos culturais e discursivos.

Levando-se em conta que, cada vez mais, a mídia torna-se um dos principais fatores responsáveis pela formação cultural das pessoas<sup>18</sup>, é mister salientar que boa parte da informação transmitida pelos meios de comunicação visa o lucro, a grande audiência e a manutenção do *status quo*. Avançando em seus estudos, Kellner afirma que, de uma cultura da mídia, a sociedade passa a vivenciar o espetáculo da mídia. Como exemplo constituinte desse novo cenário, atenta para as propagandas – maliciosas ou não –, as celebridades, lugares e eventos esportivos, o cinema, a televisão, as eleições e escândalos na política, o teatro, a moda, a música etc. Todos estes fatores compõem uma “sociedade do infotimento” (2003, 2005g; 2005j)<sup>19</sup>.

Lembrando Debord e o clássico “A Sociedade do Espetáculo”, Kellner (2005g; 2005j) sustenta que todo esse cenário reflete o capitalismo contemporâneo que, através dos seus significados e métodos, relega os indivíduos à passividade e à manipulação ao mesmo tempo em que obscurece a natureza e os efeitos do poder vigente. Nessa realidade, portanto, o espetáculo cumpre com a

---

<sup>18</sup> Para Thompson, hoje em dia, a mídia – tanto a impressa quanto a eletrônica – é a grande responsável pela formação do Eu (*self*). Segundo ele, “ao mesmo tempo, contudo, os indivíduos se tornam cada vez mais dependentes de um leque de instituições e sistemas sociais que lhes proporcionam os meios – tanto materiais quanto simbólicos – de construção de seus projetos de vida” (1998, p.187).

<sup>19</sup> Em outro aspecto, ancorada nessa realidade, constitui-se a “concepção estrutural da cultura” de Thompson. Para este, a constituição significativa das formas simbólicas e a contextualização social são duas características inerentes à concepção estrutural de cultura. Segundo ele (1995, p.166), “de acordo com essa concepção, os fenômenos culturais podem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural pode ser pensada como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas”.

sua função de ser “uma ferramenta de pacificação e despolitização”.

Num cenário em que a qualidade da informação é, muitas vezes, inversamente proporcional ao índice de audiência, o racional é superado, com certa frequência, pelo espetáculo, pelo conflito, pelo medo e a fantasia das imagens. Através da mídia, vislumbra-se uma realidade na qual o discurso noticioso é substituído por um tipo de “discurso publicitário”, homogeneizador de identidades<sup>20</sup>, estereotipado e mercadológico, a-histórico e sem aprofundamento, portanto, desprovido de reflexão – onde os meios ficam impossibilitados de justificar os fins<sup>21</sup>. Ocorre, portanto, a primazia do “o que” sobre o “como” e o “por que”, o que traduz um “discurso carente” e, muitas, vezes, “unilateral”, que não ouve todos os lados envolvidos em determinada questão.

A respeito dessa afirmação, Orozco Gómez (1996a, p.25) é enfático ao salientar que

(...) o reducionismo informativo da TV não está só na inclusão de cada vez menos notícias e fontes noticiosas, mas na crescente exclusão da maioria dos contextos das notícias, que em todo caso poderiam permitir obter uma melhor apreciação da informação transmitida. O imediatismo e a instantaneidade próprios do meio televisivo, além de veicular a descontextualização das notícias, possibilitam sua desistorização. Para a imagem do que acontece no mundo só parece haver um tempo, o presente. Isto se manifesta especialmente no gênero noticioso, dado que os tem-

<sup>20</sup> Para Hall (2000b, p.109), “é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”.

<sup>21</sup> Este tópico remete à uma frase de Habermas, quando este aborda a questão do declínio da esfera pública burguesa afirmando que “o jornalismo crítico é suprimido pelo manipulativo” (1984, p.210).



pos definem em grande medida o que é e o que não é notícia. Incluindo, o que já não é presente deixa de ser notícia ainda que siga sendo relevante para entender o futuro.

Em tempos de globalização, a mídia respira sob a égide do consumo. Portanto, com o objetivo de manter o *status quo*, detectam-se, no dia-a-dia, várias formas de “violência midiática”, que acarretam um pensar fragmentado, volátil, em perfeita sintonia com os ditames da indústria cultural. Vivencia-se, atualmente, a cultura do efêmero; o triunfo do descartável. São veiculadas informações superficiais, com carência de substancialidade nos noticiários televisivos; nas notícias de variedades e nos *talk shows*; nas peças de publicidade; nas atrações de auditório; nos programas de cunho investigativo, que buscam única e exclusivamente a audiência sob o véu falacioso da justiça, do ajudar pessoas. É nesse cenário, portanto, que os meios de comunicação fomentam o pensamento rápido e miserável; pobre e acrítico.

Muitas vezes, a cultura midiática divulga determinado fato, mas, no entanto, direciona o enfoque segundo interesses particulares. Quando essa ação ocorre, estabelece a ideologia das classes dominantes através do poder simbólico. Por mais paradoxal que possa parecer, ao noticiar conflitos sociais entre grupos divergentes, pode vir a promover a aparição de movimentos de resistência à ordem vigente<sup>22</sup>.

Observa-se também que todos os embates da atualidade são perpassados pela mídia, que resulta, assim, no braço mais poderoso da cultura. Inerente ao poder, ela (a mídia) consiste, portanto,

---

<sup>22</sup> Em “A Cultura da Mídia”, Kellner destaca os filmes “Rambo” e “Top Gun”, entre outros, como agentes de promoção da ordem vigente; por outro lado, há produções que estimulam a resistência, tais como os filmes do diretor negro Spike Lee, o *Rap* e o *movie* “Platoon”, de Oliver Stone. O autor atenta também para o fato de que os EUA são mostrados, em várias produções, como os bons e, no sentido contrário, os comunistas ou os iraquianos, por exemplo, representam o mal. Segundo Kellner, isso inclusive levaria a uma legitimação da violência em prol do bem-estar dos norte-americanos.

no centro dos acontecimentos do mundo contemporâneo. Nessa realidade, diversos grupos sociais procuram utilizá-la a fim de divulgar suas ideologias à sociedade<sup>23</sup>.

Constata-se, assim, que os meios de comunicação constituem-se em verdadeiros campos de interação ao promoverem uma verdadeira guerra entre dominantes e oprimidos, estes os chamados “forças populares”, contestatórias. Na cultura da mídia, inserem-se as lutas e práticas entre lados hegemônicos e contra-hegemônicos. Entretanto, ainda prevalece, na maioria das vezes, o pensamento das camadas ditas superiores.

Conforme abordado anteriormente, a cultura da mídia age em dois sentidos: estimula a dominação social lançando mão, por vezes, de técnicas que visam a banalização de certos setores da sociedade, enfraquecendo-os, ao mesmo tempo em que pode incentivar a resistência e a luta contra as classes dominantes ao utilizar uma linguagem mais isenta, menos comprometida com o poder.

A cultura da mídia pode constituir um entrave para a democracia quando reproduz discursos reacionários, promovendo o racismo, o preconceito de sexo, idade, classe e outros, mas também pode propiciar o avanço dos interesses dos grupos oprimidos quando ataca coisas como as formas de segregação racial ou sexual, ou quando, pelo menos, as enfraquece com representações mais positivas de raça e sexo (KELLNER, 2001, p.13).

Ora conservadora, ora progressista, a mídia consiste, assim, em um amontoado de contradições. No Brasil, por exemplo, a maior emissora de comunicação do País – a Rede Globo – não foge à regra:

---

<sup>23</sup> Cabe reconhecer também a existência da mídia radical alternativa, no sentido empregado por Downing (2002), mas é evidente que os meios convencionais de comunicação possuem maior inserção na maioria das camadas da sociedade.

A Globo organiza a democracia no Brasil? Sim, sem dúvida. Em oposição a isso, ela corrompe a democracia, ao deformar com seu espetáculo a natureza dos processos decisórios? A resposta também é sim. Ela combate os esquemas de coronelismos regionais? Sim. De outro lado, ela pode concorrer para bloquear o debate democrático? A resposta, de novo, é sim (BUCCI, 2004, p.237-238).

Nessa discussão sobre a qualidade da informação que é veiculada pela mídia, faz-se imprescindível, portanto, a participação efetiva dos indivíduos nas tomadas de decisões do Estado, o que implica um autêntico exercício da cidadania. Segundo García Canclini (1995), uma reinvenção da sociedade passa pelo acesso de todos aos bens e mensagens; pelo direito de receber referenciais coerentes sobre o mundo que os cerca; e também pela ação democrática em todos os setores a que se tem direito, sejam eles jurídicos, sociais, políticos, midiáticos, de consumo etc.

Beirando ou não o utópico, o autor (1995) conclui o seu pensamento sustentando que reinventar a sociedade requer, portanto, uma maior participação dos cidadãos e um conseqüente ajuste do mercado com o objetivo de promover a inclusão social gerando, inclusive, emprego à sociedade civil, entre outros fatores. Ser cidadão do século XXI passa obrigatoriamente por esse processo.

Como foi visto antes, a cultura da mídia foi, há muito, englobada pelo mercado. Mas, por outro lado, a informação é um direito humano fundamental. É preciso democratizá-la e não tratá-la como simples mercadoria. Sobre essa discussão, cabe salientar, aqui, que não se trata de subestimar a inteligência do receptor, muito menos afirmar que as notícias transmitidas são consumidas uniforme e passivamente.

É evidente que o modo de absorção varia de pessoa para pessoa. Cada indivíduo dispensa um valor simbólico específico, individual e particular, ao que recebe. A ideologia dominante tida como uma espécie de “cimento social”, produzida também pelos meios de comunicação (THOMPSON, 1995), não é comparti-

lhada aqui. O objeto, por si só, não mobiliza sentido. No entanto, não se deve superestimar a noção de receptor ativo. Tudo depende do contexto sócio-cultural de cada um.

Levando em conta a realidade exposta até aqui, nos estudos da mídia propostos por Kellner (2001), em uma determinada circunstância histórica, são investigadas a produção da cultura, sua distribuição, através de um meio técnico ou canal, a análise do texto e a recepção desse pelos públicos, também dentro de um contexto (lugar de enunciação)<sup>24</sup>, sem perder de vista – é importante salientar – os aspectos críticos e políticos.

A presente proposta significa privilegiar vários momentos de construção da cultura. Lançando mão de uma contextualização em nível sócio-histórico, conforme colocado anteriormente, propõe investigar de que forma a mídia produz a informação, o que pressupõe articulações de cunho interno e externo, regras, aspectos técnicos e visões de mundo.

Respeitando determinadas regras, portanto, um texto será constituído dentro de um gênero como o telejornalístico, por exemplo, o que implica a noção do gênero jornalismo de televisão<sup>25</sup>. Assim, esse produto chegará depois ao âmbito da recepção<sup>26</sup>, e terá, por

---

<sup>24</sup> Tal proposta pode ser conferida também em Kellner (2005e).

<sup>25</sup> Os gêneros serão desenvolvidos na metodologia.

<sup>26</sup> Voltando um pouco na história, vale ressaltar que essa perspectiva dos estudos de recepção torna-se realidade a partir de “Encoding and Decoding in the Television Discourse”, lançado por Hall em 1973, texto que rompe definitivamente com a noção de consumo passivo. David Morley é outro autor que merece destaque no que se refere às pesquisas de audiência com “The Nationwide Audience”, de 1980, escrito juntamente com Brunson. De acordo com a abordagem de Rüdiger (2001, p.46), “os culturalistas chegaram à conclusão de que a mídia é formadora de um processo que deve ser entendido a partir da recepção. A procura de um ponto de equilíbrio entre o estudo da mensagem e a análise da recepção foi abandonada. As mensagens, passou-se a admitir, só adquirem sentido na subjetividade dos diversos grupos sociais e, portanto, para decidir seu impacto é preciso recorrer a uma etnografia das audiências”. Posteriores a esse período, destacam-se, entre outras, as obras de Janice Radway (1984) e Ien Ang (1985), “Reading the Romance” e “Watching Dallas”, respectivamente. Enquanto o primeiro trabalho faz um estudo sobre

consequente, os mais diversos desdobramentos (usos), levando em conta também um contexto particular.

Essa questão, na qual, em um estudo de recepção, também se deve levar em conta os outros movimentos de cultura, ganha sustentação nas palavras de Martín-Barbero, que afirma:

Eu não poderia compreender o que faz o receptor, sem levar em conta a economia de produção, a maneira como a produção se organiza e se programa, como e por que pesquisar as expectativas do receptor (...) eu não tenho nenhuma receita, mas ao menos sei o que não quero. E não gostaria que o estudo de recepção viesse a nos afastar dos problemas nucleares que ligam a recepção com as estruturas e as condições de produção (1995a, p.55).

No processo de produção e recepção, portanto, deve-se atentar para as relações de poder envolvidas tanto em nível micro (mais restrito, ligado aos ambientes de produção e recepção) quanto em nível macro (referente à própria estrutura social) em um contexto histórico (LOPES et al., 2002).

Nesse sentido, Martín-Barbero (1997a) atenta para os contextos de fala dos receptores. Portanto, torna-se importante averiguar em que condições as produções de sentido estão sendo constituídas. Essas “posições de enunciação” (HALL, 1996, p.68) são individuais e baseiam-se em um contexto particular e, ao mesmo

---

os textos e os hábitos de leitura, além de uma avaliação do mercado editorial, o segundo apresenta uma análise de 42 cartas recebidas pela autora sobre o seriado norte-americano. Por fim, o próprio Morley reapareceria com “Family Television”, de 1986. Mascarello (2001; 2004) afirma que as referidas obras mostram leituras coincidentes entre diferentes tipos de receptores. Apresentam também marcos contextuais dessas leituras, além do notório deleite com as produções e a constatação da figura do receptor ativo. A partir desse momento, ocorrerá a internacionalização e a consolidação da proposta, além de uma nova fase, marcada pelo estudo das articulações entre texto, receptor e contexto.

tempo, público, ou seja, referem-se à identidade cultural de cada um, a qual, cabe ressaltar, consiste em um processo histórico, sempre em construção, pois interage o tempo todo com o campo social<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Nesse sentido, dos estudos culturais, têm-se uma constatação: a importância dada à realidade e história locais, ou seja, todo e qualquer estudo deve levar em conta o contexto de um determinado local, seja este uma cidade, região, estado, país ou continente. Em um cenário diferente do britânico, marcado pelo processo de redemocratização de muitos países e também pelas lutas de movimentos sociais dos mais variados tipos, o âmbito latino-americano compreende inúmeras diferenças em vários níveis, dentre eles o social, cultural, econômico, político e étnico. Por conseguinte, mesmo mantendo características típicas da corrente de Birmingham como, por exemplo, o aspecto multidisciplinar de investigação, a presente realidade latino-americana também implica mudanças em nível teórico. Do ponto de vista institucional, na América latina, os estudos culturais não possuem reconhecimento semelhante ao da Inglaterra ou dos Estados Unidos, por exemplo. Segundo Escosteguy, “(...) eles sobrevivem como uma tendência dentro de um departamento acadêmico através de posicionamentos isolados ou de um coletivo de pesquisadores, outras vezes como linhas de pesquisa de programas de pós-graduação ou mesmo como projetos de investigação interdisciplinar” (2001a, p. 44). A chegada dos estudos culturais no Brasil é marcada por três momentos: em primeiro lugar, na virada de 1969 para 1970, quando “Cultura e sociedade” é traduzido para o português. Justamente no momento em que os pesquisadores brasileiros debruçavam-se sob a sociologia norte-americana com a teoria da dependência, surgia a obra de Williams, questionando as relações diretas entre infra-estrutura e superestrutura. Num segundo momento, “Dos Meios às Mediações”, de Martín-Barbero, é lançado, constituindo-se no texto central de muitos pesquisadores da área dos estudos de recepção. Antes disso, Lins da Silva (1985) e Leal (1986) podem ser considerados os precursores dos estudos de recepção midiática no Brasil, embora, na época, não houvesse necessariamente um compromisso em assumir uma aproximação com os estudos culturais tampouco estabelecer uma ligação firmada com a área da comunicação social (JACKS, 2004). Esses primeiros estudos da década de 1980 são questionados por Lopes et al. (2002, p.30), a qual afirma que esses trabalhos consistiam em “(...) teorizações ‘atrasadas’ porque marcadas por um forte esquema dualista: ou se privilegiava exclusivamente os modos de reelaboração/resistência/refuncionalização dos conteúdos culturais das classes populares ou se tomava esses conteúdos como completamente moldados pela ação ideológica das classes dominantes, via meios de comunicação de massa”. Realmente, foi somente na década de 1990, mais precisamente a partir de 1995, com a difusão das idéias de Martín-Barbero e também de auto-

Sobre essas questões que remetem às identidades culturais, para fins de sistematização, a apresentação de Hall assinala três concepções de indivíduo, a saber: “sujeito do iluminismo”, “sujeito sociológico” e “sujeito pós-moderno”. Segundo o autor, o primeiro baseava-se no ser humano “como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior”, que se manifestava a partir do seu nascimento, sendo que “o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa”; o segundo forma-se na interação sujeito/sociedade. De sujeito único, centrado, o indivíduo passa a interagir com a sociedade, “com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (2000a, p.10-11). Agora, interagindo com os mais diversos tipos de identidade, esse indivíduo se transforma em um “sujeito pós-moderno”, o qual apresenta uma identidade fragmentada e, conseqüentemente, volúvel, efêmera. Portanto, os atores sociais se tornam multifacetados, consistindo em um amontoado incontável de identidades que, por estarem em constante movimento, nunca chegarão a um estado definitivo.

Esse contexto das condições de produção de sentido, apresentado anteriormente, consiste nas mediações, que significam as mais variadas formas culturais através das quais os públicos produtores e receptores<sup>28</sup> apropriam-se das mensagens e constituem sentido<sup>29</sup>. Portanto, o deslocamento dos meios para os atores

---

res como García Canclini, por intermédio de pesquisadores brasileiros, inclusive da área da comunicação social, que houve um crescimento considerável em estudos de recepção no País dentro da perspectiva dos estudos culturais (LOPES et al., 2004). Em um terceiro momento, atualmente, pode-se afirmar que há muita referência aos estudos culturais, no entanto, se conhece pouco a respeito desta corrente. Existe escassa bibliografia em português e, até mesmo, em espanhol, o que significa dizer que a maioria das publicações dessa área é de língua inglesa.

<sup>28</sup> Nesta pesquisa, as mediações serão dirigidas somente ao estudo da recepção. Por uma questão de opção do autor, o contexto de produção terá, como base, as premissas teórico-metodológicas de Kellner.

<sup>29</sup> Estudando texto e recepção com base em entrevistas, Hermes (1995) investiga os usos diários de leitores de revistas femininas. Sofrendo influência

sociais dentro de cenários específicos estabelecidos, constitui a complexa questão das mediações. Resumindo, estudar a cultura da mídia também implica a realização de uma investigação que desloque a ênfase dos meios para as mediações, promovendo uma integração entre produção, texto e recepção.

Se as mediações denotam um ponto que articula produção e recepção, logo a cultura da mídia se situa também em um contexto sócio-histórico, que é englobado pelas mediações. Assim sendo, além dos meios, está a cultura destes; mais além têm-se as mediações. Portanto, pensar a cultura da mídia, tal qual desenvolve Kellner, requer pensar as mediações, como faz Martín-Barbero.

Sob essa realidade, Kellner propõe a “pedagogia crítica da mídia”<sup>30</sup>, uma nova forma de ver e criticar a mídia, o que acarreta resistência à manipulação e, ao mesmo tempo, promove uma tonificação do receptor com relação à cultura midiática (dominante). Isso significa dizer que os indivíduos (receptores) estabeleceriam significados e usos próprios através da sua bagagem cultural, tendo, assim, plenas condições de discernir o conteúdo proveniente dos meios de comunicação, produzindo, conseqüentemente, novas formas de cultura<sup>31</sup>.

O autor ainda salienta que

(...) esses estudos explorarão algumas das maneiras como a cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder, ao mesmo tempo em que fornece instrumental para a construção de identidades e fortalecimento, resistência e luta. Afirmamos que a

---

de Hall e Morley, reconhece a importância do contexto particular de cada indivíduo no processo de produção de sentido.

<sup>30</sup> Em outro momento, Kellner fala em “alfabetismo crítico” (1995, p. 107).

<sup>31</sup> A respeito dessa idéia, García Canclini (1997, p.36) enfatiza que “um mesmo objeto pode transformar-se em seu uso social (...) com todo direito cada grupo social muda a significação e os usos”. Tal cenário lembra Leite (2005a, p.119), quando este afirma “que a recepção é capaz de criar seus próprios significados e interpretações, isto é, de dizer não”.



cultura da mídia é um terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas através de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia (2001, p.10-11)<sup>32</sup>.

Baseado nessas premissas, Kellner atenta para a importância de uma leitura política da cultura produzida pelos meios de comunicação, conforme foi colocado no início deste capítulo. Leitura política, aqui,

significa não só ler essa cultura no seu contexto sócio-político e econômico, mas também ver de que modo os componentes internos de seus textos codificam relações de poder e dominação, servindo para promover os interesses dos grupos dominantes à custa de outros, para opor-se às ideologias, instituições e práticas hegemônicas, ou para conter uma mistura contraditória de formas que promovem dominação e resistência (2001, p.76)<sup>33</sup>.

A mídia não obriga ninguém a nada; pode fornecer recursos tanto para aderir quanto para resistir aos seus textos. Porém seduz e induz. Nesse sentido, Kellner adota a teoria gramsciana da

---

<sup>32</sup> Neste sentido, é visível a semelhança existente entre a pedagogia crítica da mídia, de Kellner (2001) e a “transformação interpretativa da doxa”, de Thompson. Esta, através da interpretação da ideologia, que leva em conta as relações de poder e dominação, possibilita que as pessoas vejam as formas simbólicas diferentemente, sob uma nova luz e, por isso, que se vejam a si mesmas de modo diferente. Pode capacitá-las a reinterpretar uma forma simbólica em relação às condições de sua produção e recepção, em relação às suas características estruturais e organização. Pode capacitá-las a questionar ou revisar sua compreensão anterior da forma simbólica e, com isso, alterar os horizontes da compreensão de si mesmas e dos outros (1995, p.38).

<sup>33</sup> É importante não confundir leitura política da mídia com ativismo político. Cabe ressaltar que a contextualização histórica não implica uma abertura para trabalhos panfletários.

hegemonia<sup>34</sup>, que prega ser a cultura um autêntico campo de lutas entre diferentes forças. Esta abordagem pressupõe dominação e resistência dos sujeitos sociais em um mesmo sistema. Segundo Souza (1995, p.26),

a teoria da hegemonia não elimina a prioridade da análise dos conflitos sociais e psicossociais, mas destaca os interlocutores do processo de negociação política no interior das classes sociais, identifica os espaços dessa negociação e, dessa forma, atualiza a análise das modernas interações entre infra-estrutura econômica e superestrutura política, redirecionando a relação entre ideologia e cultura.

Kellner atenta também para a dominação exercida por determinadas instituições e/ou grupos, que, muitas vezes, funcionam como aparelhos do Estado, utilizando-se, inclusive, da força para manter o poder e a visão de mundo hegemônica (2005d; 2005f)<sup>35</sup>. Assim, investigar a cultura da mídia com um olhar político implica, também, detectar de que maneira suas produções restabelecem os conflitos sociais através de imagens e discursos. Re-

<sup>34</sup> Vale ressaltar que, influenciados de início pela teoria gramsciana da hegemonia, autores como, por exemplo, Martín-Barbero e García Canclini fugiram das definições reducionistas de cultura, relacionando produção, distribuição e consumo de produções simbólicas em contextos sociais específicos.

<sup>35</sup> Para uma discussão aprofundada sobre aparelhos de Estado, ver Althusser (1985). Importante também é a observação de Thompson com relação ao aspecto reducionista de conceber a mídia apenas como mero aparelho reprodutor do Estado, o que, segundo ele, “não faz justiça à mediação da cultura moderna e, de modo geral, à centralidade dos meios de comunicação na vida social e política moderna” (1995, p. 128). Sobre isso, Lima (2001, p.190) afirma: “Quando Gramsci, na Itália das décadas de 1920-1930, aponta os organismos de participação política da sociedade civil aos quais se adere voluntariamente – escola, igreja, partidos políticos, sindicatos, organizações profissionais, organizações da cultura (jornais, cinema, rádio, folhetins) – como portadores materiais da *hegemonia* e tendo a tarefa de conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, ele não poderia antecipar a importância central que a mídia viria a ter, meio século mais tarde, na organização material da cultura”.

forçando esta afirmação, Martín-Barbero (1999, p.9-10) complementa:

Incluso em sentido estético, [a imagem] está com frequência impregnada de resíduos mágicos ou armazenada de travestismos do poder político ou mercantil, [os quais] seqüestram as possibilidades democratizadoras da informação e as possibilidades de criatividade e de enriquecimento cultural.

Nessa realidade, podem surgir, portanto, forças antagônicas, de resistência, que contestam a ordem vigente. E é exatamente aqui que se situa a proposta de Martín-Barbero (1997a): deslocar o ponto central de análise dos meios de comunicação para a cultura, ou, mais precisamente, para as mediações. Isto significa enxergar o receptor não só como decodificador, mas também como um ser que produz sentido, o que denota uma “explosão do modelo mecânico [através do qual] a iniciativa da atividade comunicativa está toda colocada no lado do emissor” (1995, p.40-41). E ainda: implica não mais reconhecer a dominação como algo impositivo, muito pelo contrário, requer estabelecer o lado oposto – o dos sujeitos dominados – como uma parte que é conivente a essa dominação justamente porque os interesses dos dominantes são também os interesses dos dominados.

Sob essa realidade, Kellner desenvolve um conceito de diagnóstico crítico com o objetivo de detectar as tendências, sonhos, medos e anseios incitados pela política cultural da mídia, investigando “o que está por trás” dessa cultura, através de uma análise de suas mensagens, valores e ideologias.

O seu conceito de diagnóstico crítico consiste, portanto, em detectar as forças sociais que estão em conflito, lançando mão dos estudos culturais, para analisar os lados dominantes e de resistência presentes nos discursos da cultura dos meios de comunicação. Nesse sentido, a crítica ideológica é inerente ao tipo de investigação (2005i).

Qual é o enfoque dado pela mídia a determinado fato ou objeto? Embate real ou ilusório? Qual é o discurso utilizado para promover a formação de determinados tipos de identidade? Com o objetivo de responder a essas questões, dentre outras, Kellner (2001) estabelece uma perspectiva multicultural crítica, que presuppõe uma interpretação da cultura e da sociedade que leve em conta as relações entre o poder, as forças hegemônicas e de resistência.

Tal perspectiva mostraria as articulações<sup>36</sup> existentes entre as diversas maneiras de opressão em uma realidade social específica, através de perspectivas multiculturais, para que, desta forma, os textos culturais possam ser analisados de forma crítica, possibilitando encontrar posicionamentos dos mais variados, ligados a classes, raças e preferências sexuais, por exemplo.

São adotados, para isso, normas e valores que possibilitam fazer um estudo crítico dos “textos, produções e condições que promovam opressão e dominação”. Neste sentido, são reconhecidos “positivamente fenômenos que promovam a liberdade humana, a democracia, a individualidade e outros valores que, por ele adotados, são defendidos e valorizados em estudos e situações concretas” (KELLNER, 2001, p.125).

Na visão de Kellner, conforme visto anteriormente, a forma mais adequada de investigar a cultura produzida pela mídia (e suas repercussões na sociedade) dá-se através de uma contextualização sócio-histórica dos fenômenos envolvidos. Aliada a um estudo cultural crítico e multiperspectívico, portanto, adota-se uma abordagem interdisciplinar (multiperspectívica), encarada como uma reconstrução das teorias sociais, que possibilite a interpretação, a crítica e a desconstrução da produção cultural.

Um texto é constituído por suas relações internas  
e pelas relações que mantém com sua situação social

<sup>36</sup> De acordo com Kellner e Best (1991, p. 266), articulação significa “a mediação de diferentes perspectivas em análises concretas ou desenvolvimentos de posições teóricas”.

e histórica, e quanto mais relações estiverem expressas numa leitura crítica, melhor poderá ser a compreensão do texto. O método multiperspectívico deve necessariamente ser histórico e ler seus textos em termos de contexto social e histórico e pode também optar por ler a história à luz do texto (KELLNER, 2001, p.130-131)<sup>37</sup>.

O próprio autor (2005a) salienta que a Escola de Frankfurt vê a cultura da mídia como um fenômeno complexo e multidimensional, que requer um trabalho sério e multidisciplinar, portanto multiperspectívico. Entretanto, Kellner salienta que os textos produzidos pelos meios de comunicação não devem ser encarados simplesmente como divulgadores da ideologia dominante, tampouco entretenimento puro e inofensivo. Muito pelo contrário, consistem em produções complexas, que envolvem “discursos sociais e políticos cuja análise e interpretação exigem métodos de leitura e crítica capazes de articular sua inserção na economia política, nas relações sociais e no meio político em que são criados, veiculados e recebidos” (2001, p.13).

Sob essa perspectiva, constata-se que a abordagem multiperspectívica, trazida por Kellner, é dialética e não reducionista, pois trabalha articulando diversos campos: do social ao econômico, passando pelo político e o cultural etc. Conclui-se, portanto, que o autor vê, na sociedade, um lugar de inúmeras perspectivas e pontos de vista<sup>38</sup>.

O pesquisador norte-americano (2001, p.130) sugere, dentro desse espectro, as contribuições “marxista, feminista, estruturalista, pós-estruturalista, psicanalítica e outras”, que possibilitam “uma leitura mais completa e potencialmente mais sólida”.

<sup>37</sup> A abordagem multiperspectívica também pode ser vista anteriormente em Kellner e Best (1991), capítulo 8.

<sup>38</sup> Afirma o autor (2005c) que essa teia de contribuições disciplinares constitui uma totalidade mediada. Segundo Kellner estudar a sociedade fazendo uso de uma abordagem multiperspectívica traduz uma superação frente aos aportes reducionistas como, por exemplo, as dinâmicas econômicas.

Quanto mais elementos forem utilizados em uma pesquisa – desde que pertinentes ao estudo – provavelmente melhor será o entendimento de “todo o espectro de dimensões e ramificações ideológicas de um texto”. Em cada caso, portanto, as mediações e as orientações teóricas e políticas determinarão quais perspectivas serão mais relevantes. Tal método não significa um total rompimento com as teorias moderna e pós-moderna. Muito pelo contrário. Kellner (1991) afirma ser incoerente rejeitar totalmente esses olhares devido aos seus métodos, perspectivas e conceitos serem, ainda, usuais na atualidade.

A abordagem crítica, multicultural e multiperspectívica dos estudos culturais faz menção à teoria da Hegemonia gramsciana, “que apresenta a cultura, a sociedade e a política como terrenos de disputa entre vários grupos e classes”. No seu entender, Kellner vê a cultura da mídia como um lugar de lutas, “que reproduz em nível cultural os conflitos fundamentais da sociedade, e não como um instrumento de dominação” (2001, p.134). Sob este prisma, “a crítica cultural deve especificar que disputas estão em andamento, entre que grupos e que posições, havendo uma intervenção do analista cultural para explicitar o que é visto como o lado mais progressista” (KELLNER, 2001, p.133).

Dessa forma, o autor propõe uma leitura da cultura da mídia que leve em conta texto e contexto, sem adotar visões unilaterais, de “satanização” da mídia, numa referência clara aos posicionamentos de Adorno e Horkheimer, entre outros. Ao invés de reduzir o processo de análise a um instrumento de dominação ideológica da classe dominante, o autor sugere também o caminho inverso, que implica investigar a cultura da mídia como uma forma de reagir contra os movimentos de resistência, preservando, desta maneira, o caráter hegemônico de uma determinada ordem.

Por mais paradoxal que possa parecer, então, deve-se procurar enxergar aspectos progressistas até mesmo em textos conservadores, o que promove, nos termos de Thompson (1995), uma “hermenêutica dupla”, que contempla em sua ação a ideologia e

a utopia. Para seguir esses pressupostos, faz-se pertinente uma metodologia engajada na presente proposta.

## 2.1 Metodologia

O processo de aliar o cabedal teórico a uma metodologia adequada, compatível, depende dos objetivos do pesquisador. Para o presente trabalho, as idéias e anseios de pesquisa ganham força nos pressupostos metodológicos de Jesús Martín-Barbero (1997a), adepto dos estudos das mediações, e do norte-americano Douglas Kellner (2001), no que se refere às questões de texto e contexto.

Tendo como meta mais geral realizar uma investigação televisiva embasada em uma abordagem qualitativa<sup>39</sup>, a escolha dos autores não implica necessariamente a exclusão de outros. Exemplo disso é a incorporação, nesta pesquisa, de Guillermo Orozco Gómez, no sentido de articular uma sistematização do objeto empírico.

Responsável pela obra “Dos Meios às Mediações”, originalmente lançada em 1987 e onde se percebe o desenvolvimento da teoria das mediações, Martín-Barbero é referência indiscutível em estudos de recepção<sup>40</sup> na América Latina. Por sua vez, Orozco

---

<sup>39</sup> Segundo Ronsini, a pesquisa qualitativa exclusiva de audiência marca a descoberta dos atores sociais, de carne e osso, que antes eram entidades imaginárias deduzidas dos textos dos veículos de comunicação de massa ou podiam ser caracterizados pela linguagem matemática dos *surveys* e observados pelos experimentos behavioristas (2000, p.15).

<sup>40</sup> O próprio Kellner (2005d; 2005f) reconhece nos teóricos da corrente dos estudos culturais britânicos o pioneirismo quanto aos estudos de audiência. Nesta pesquisa, os estudos de recepção propostos referem-se “àquelas pesquisas onde a temática da recepção se vincula, mas não se resume à relação com os *media*. De um modo geral, trata-se de uma abordagem onde estão envolvidas distintas mediações sociais e culturais que associam a recepção com a vida social, assim os *media* têm distintas significações para distintas culturas e, em parte, a cultura das audiências tem peso no trabalho de apropriação dos *media*. Nessa perspectiva, a compreensão da relação que se estabelece com os *media* se dá a partir das distintas posições ocupadas na estrutura social, apoiando-se

Gómez cria a Teoria das Múltiplas Mediações, dando ênfase, em suas investigações, às mediações nos mais diferentes âmbitos, entre eles a família<sup>41</sup>.

De pouca divulgação no Brasil, Kellner tem escassa bibliografia traduzida para o português, além de colaborações em livros de outros autores<sup>42</sup>. Conforme exposto antes, nos seus estudos, observa-se uma leitura política e multiperspectívica sobre as mais variadas formas de produção oriundas dos meios de comunicação. Nesse sentido, leva em conta as articulações entre os textos da mídia e os seus contextos. Devido a essa opção teórico-metodológica, Kellner se coloca entre os pensadores da área dos estudos culturais críticos. Por essas razões, serão retomados, de forma panorâmica, alguns pressupostos da ciência social crítica.

### 2.1.1 A Proposta Metodológica da Pesquisa

Contrária ao paradigma positivista, a ciência social crítica<sup>43</sup> compõe-se de três princípios que servem de estrutura para a interpretação. Em primeiro lugar, estão os princípios organizadores, os

---

com diferentes ênfases na posição de classe social, de gênero, de raça, de idade, de contexto (rural/urbano), de diferentes identidades nacionais, regionais e étnicas, entre outras” (ESCOSTEGUY, 2003b).

<sup>41</sup> Vale ressaltar que, na proposta metodológica desta pesquisa, a família não será focada como unidade básica de recepção. Entretanto, a menção é obrigatória dada a importância que a família assume na proposição desse autor.

<sup>42</sup> Ver, por exemplo, o livro organizado por Tomaz Tadeu da Silva (1995).

<sup>43</sup> A expressão ciência social crítica nasce dentro da Escola de Frankfurt, na década de 1930. “Estava claro que positivismo e hermenêutica não eram as únicas formas possíveis, em termos mais abrangentes, de fundamentação do conhecimento histórico e sociológico” (RÜDIGER, 2001, p.17). Muito mais do que uma teoria que investiga o papel dominador dos meios de comunicação sobre receptores incautos e passivos, a ciência social crítica consiste em “um paradigma ou matriz curricular” das ciências sociais, o que traduz “um conjunto de premissas e práticas associado ao exercício de um certo tipo de pesquisa dos fenômenos humanos e que serve de fundamento ou princípio ordenador dos múltiplos elementos envolvidos num processo de investigação” (RÜDIGER, 2001, p.5). Apresenta teoria e método de análise próprios, criados para guiar a abordagem de uma determinada investigação.



quais distribuem os materiais de análise, situando-os em um determinado contexto sócio-histórico, e constroem os conceitos em compasso com a problemática de trabalho (RÜDIGER, 2001).

Em segundo lugar, os princípios explanatórios abordam os procedimentos de entendimento e explicação das questões em estudo. Enquanto os princípios organizadores consistem em um trabalho exploratório, através da leitura de dados documentais e/ou empíricos, com o objetivo de compreender as ações que se dão, a fase explanatória observa as articulações entre as partes envolvidas, “prevendo a compreensão do sentido de ação e a imputação de suas causas” (RÜDIGER, 2001, p.24).

Agindo juntamente com os momentos anteriores, os princípios orientadores apresentam leis teóricas gerais ou explicativas. Nesta trajetória, as hipóteses fornecem ferramentas de conhecimento: compreendem “esboços de análises, mas também uma certa quantidade de informações e sugerem a probabilidade de um acontecimento” (LLOYD, 1995, p.157).

Três momentos permeiam uma pesquisa social crítica, segundo Rüdiger (2001, p.131):

a heurística, responsável pela formulação das perguntas da pesquisa e procura dos caminhos e materiais para respondê-las; a análise, responsável pela leitura crítica das fontes e elaboração metódica de seu conteúdo; e a síntese, correspondente à interpretação da matéria dentro de uma perspectiva cognitiva portadora de alguma relevância epistêmica.

A citação anteriormente mencionada traduz a necessidade da ciência social crítica de percorrer determinados estágios: no primeiro momento (heurístico), onde são definidos o campo de pesquisa, seu problema e objetivos, passa-se peremptoriamente por um estágio historicista.

O aspecto histórico é investigado levando em conta os fatores econômicos, políticos e culturais envolvidos, que formam o

cenário, o contexto social (macro ou micro) do tema em questão, conferindo-lhe um caráter histórico-estrutural, que proporcionará, juntamente com o referencial teórico adotado, entender o problema de investigação. Esses momentos compreenderiam as premissas do princípio organizador, de sistematização, contextualização e conceituação do material de estudo.

No estágio hermenêutico, são realizadas as análises visando esclarecer o problema em foco, o que revela semelhança com o princípio explanatório, o qual examina as relações existentes entre texto e contexto, localizando contradições, tendências e possibilidades. Já no derradeiro estágio interpretativo, é feita uma síntese dos dados obtidos, o que significa entender o problema de pesquisa de acordo com a sua natureza histórica, tal qual prega o princípio organizador.

Cabe salientar que todos os estágios anteriormente mencionados devem ser perpassados por uma atitude crítica, inerente à pesquisa social crítica. Desta forma, o método da ciência social crítica é simultaneamente hermenêutico e analítico. Não se utiliza somente para compreender e explicar o presente, “mas também procura servir à autocompreensão prática e crítica da própria situação de partida da pesquisa, a partir de um enfoque histórico e abrangente, válido para o presente e o passado” (RÜDIGER, 2001, p.6).

Percebe-se, assim, a importância dispensada à mediação e à contextualização dos fatos em uma atividade de investigação crítica histórica dialética, o que facilita o entendimento de seus desdobramentos, pois tenta descobrir os “comos” e os “porquês” e não somente o “o que” (senso comum). Portanto, o aspecto metodológico da ciência social crítica pode ser chamado de estruturalista genético interpretativo. Consiste em um método crítico histórico dialético, que trata de tópicos que vão além das teorias, levando em conta também as relações de poder que permeiam a realidade social. Constata-se, também, a característica necessariamente interdisciplinar desse tipo de investigação. Sendo assim, a ciência social crítica é qualitativa por natureza (AGGER, 1998).

Sob esse viés, ao estudar os textos culturais midiáticos pelo prisma das relações entre ideologias, movimentos sociais e o contexto que os envolvem, inspirado pelo sociólogo Robert Wuthnow, Kellner (2001) lança mão de três categorias, a saber: horizonte social, campo discursivo e ação figural.

Embora tente demarcar essas três categorias metodológicas de análise, Kellner não deixa muito claro a diferença entre ambas as estruturas. Da maneira como estão dispostos, percebe-se que o horizonte social, o campo discursivo e a ação figural entrelaçam-se o que, por outro lado, pode vir a confundir o leitor. No entanto, dispensando a atenção merecida, reconhece-se que tais pressupostos são pertinentes ao método de investigação proposto. Sendo assim, procurou-se fazer uma delimitação das três perspectivas desenhadas pelo autor através de um esforço de adaptação à problemática deste trabalho.

O horizonte social diz respeito às múltiplas relações, às práticas e experiências que se desenvolvem dentro do campo social, e que acabam, desta forma, por contextualizar o local, a época e o cenário de lutas políticas, econômicas, culturais etc., em que é feita a produção da cultura por intermédio dos meios de comunicação.

O campo discursivo contempla as mediações, onde estão presentes todos os elementos (hegemônicos e contra-hegemônicos, superiores e inferiores) envolvidos no discurso dos meios de comunicação. É justamente nessa categoria que os gêneros midiáticos, tais como o telejornalismo, por exemplo, fazem-se presentes. Já a ação figural implica mostrar os desdobramentos sociais de acordo com o contexto do público, expondo, assim, os reflexos da cultura da mídia na sociedade<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> À título de exemplo, adotando o desenho animado “Beavis and Butt-Head”, do canal norte-americano MTV, pode-se, assim, encontrar as três categorias de análise de Kellner: o horizonte social apresenta a época atual, de prevalência da imagem e das novas tecnologias da comunicação; o campo discursivo compreende os atores (Beavis e Butt-Head), dois adolescentes norte-americanos que vêem e comentam os clipes da emissora ora rindo, ora debochando. Acham “legal” aquilo que remete à violência e ao sexo, e “um saco”

Outra categoria importante é o impacto cumulativo. De acordo com interesses particulares, determinada estrutura, seja esta uma pessoa, um partido político, um movimento social, uma empresa etc., pode ser denegrida ou favorecida pela mídia, quando ela (a mídia) promove constantemente imagens e discursos com o objetivo de afetar a concepção das pessoas. Essas “imagens ressonantes” vão ao encontro das mentes receptoras fazendo com que estas formulem concepções favoráveis, ou não, a respeito dos elementos envolvidos. Nesse caso, certos agendamentos, oriundos dos meios de comunicação, poderão correrem o risco de resultar em posicionamentos estereotipados e mecânicos por parte da sociedade.

Dentro desse desenho metodológico de Kellner, conforme sinalizam Martín-Barbero (1997a) e Hall (2003), ao estudar o jornalismo televisivo<sup>45</sup> através do gênero telejornalismo, por exemplo, deve levar-se em conta certos fatores que, diretamente ou não, têm influência no produto final, a notícia. Sendo assim, as instituições de radiodifusão respeitam determinadas regras e rotinas de produção, dimensões econômicas, ideologias e infra-estrutura técnica.

Dentre esses aspectos, o próprio Kellner (2005e) salienta que o sistema de produção abrange questões do tipo o que pode ou não ser dito e mostrado. Portanto, no processo de produção da informação, constata-se que o dizer da mídia corre o risco de estar comprometido, em maior ou menor grau, com os fatores listados anteriormente.

---

todo e qualquer aspecto complexo presente nos vídeos assistidos. A ação figural denota, com base na forma como as personagens reagem, uma solidificação “(d)as experiências e os sentimentos de alienação e desesperança produzidos por uma sociedade em desintegração, modelando essas experiências na forma de identificação com (...) roqueiros, *heavy metal* e violência niilista (...)” (KELLNER, 2001, p.202). O desenho retrata, portanto, a insatisfação de uma juventude que tem na mídia o seu pai e a sua mãe.

<sup>45</sup> Ao trabalhar a questão do gênero jornalismo televisivo, esta pesquisa se baseia nos pressupostos de Gomes (2002). Da mesma forma, Maciel (1995) é adotado nos quesitos relativos às técnicas jornalísticas de televisão.

Em alusão à obra de McLuhan, “O Meio é a Mensagem”, Orozco Gómez (1996a) atenta para o fato de que, atualmente, é o gênero jornalismo televisivo que “faz” a mensagem, ou seja, ele “passa” pela produção textual (MARTÍN-BARBERO, 1995a). Nesse sentido, Orozco Gómez ressalta que é justamente no gênero telejornalismo que se percebe mais claramente a relação da televisão com o poder.

Inerente a esse contexto de institucionalidade em que, nas palavras de Martín-Barbero (1997a), há uma regulação dos discursos, sejam estes hegemônicos ou não, o perfil de público-receptor é outro ponto a ser considerado aqui. Assim, dispensa-se determinado “corpo de significados” ao programa, objetivando a sua aceitação pela recepção.

Todos esses fatores listados ajudam a modelar um programa dentro de um determinado formato industrial. Como as produções dependem também das fontes, constata-se que o receptor pode também assumir o papel de fonte. Há, portanto, uma relação entre os dois momentos.

Nesse caso, sendo ativo e dono de uma cultura particular, durante o movimento de socialidade de Martín-Barbero (1997a), onde há interação com o âmbito social, o receptor, em seu cotidiano, estabelece uma ritualidade e interage com os meios de comunicação produzindo códigos culturais<sup>46</sup>: a reprodução, em que aceita tudo o que recebe, o que o constitui em uma espécie de cúmplice do pensar hegemônico; a negociação, quando assimila algumas partes daquilo a que está exposto e outras não; e a resistência, processo em que não há aceite de propostas de sentido oriundas da mídia, o que acarreta uma construção alternativa ou contraproposta. Para Orozco Gómez, a possibilidade reinante no cenário de recepção dos meios é a negociação<sup>47</sup>. Nessa mesma

<sup>46</sup> Segundo Gomes (2002, p.171), “à enorme variedade de contextos sociais e culturais equivale uma multiplicidade de leituras possíveis”.

<sup>47</sup> Esta categorização do sujeito receptor assemelha-se muito àquela desenvolvida por Hall (2003). No entanto, ao invés de “reprodutor”, Hall utiliza “dominante”; no lugar de resistência, o autor usa o termo “oposição”. Já o

perspectiva, a questão do gênero assume importante papel. Conforme sinaliza Martín-Barbero (1995a, p.65),

o gênero é um estratagema de comunicação, completamente enraizado nas diferentes culturas, por isso, geralmente, não podemos entender o sentido dos gêneros senão em termos de sua relação com as transformações culturais na história e com os movimentos sociais. Os gêneros têm muito a ver com os movimentos sociais.

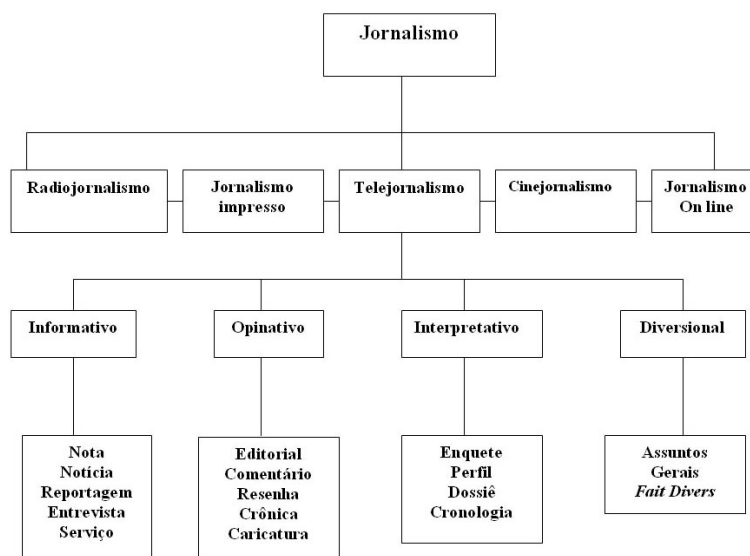
Por sua vez, Gomes (2002, p.182) afirma que, no jornalismo, existem pelo menos quatro tipos: “o jornalismo informativo, o jornalismo opinativo, o jornalismo interpretativo e o jornalismo diversional”. A autora explica que,

no telejornalismo, pertencem ao tipo informativo cinco formatos: *nota, notícia, reportagem, entrevista, serviço*. Pertenceriam ao jornalismo opinativo os formatos *editorial, comentário, resenha, crônica, caricatura*. O jornalismo diversional ficaria por conta das notícias de interesse humano e dos *fait divers*. No interpretativo estariam a *enquete, o perfil, dossiê e cronologia*.

A partir do esquema proposto por Gomes (2002), repensa-se essa visualização na figura nº1, que toma, como foco central, o gênero telejornalismo:

---

termo “negociação” é trabalhado por ambos. As informações de Orozco Gómez foram obtidas durante seminário ministrado pelo autor em Porto Alegre, no ano de 2003, intitulado “Tel-E-Vidências—Metodologias qualitativas de investigação em comunicação, audiências e meios audiovisuais”.



De acordo com Gomes (2004, p.85), os gêneros consistem em “tipos de programas reconhecidos pela audiência e que se reúnem por convenções e regras próprias de modo a se configurar como *estratégia de comunicabilidade*”. Através deles, é possível identificar o tipo de produção feita pelos meios de comunicação.

Servindo de elo entre o texto e o receptor, o gênero telejornalismo, por exemplo, é reconhecido justamente por apresentar características específicas do jornalismo televisivo. Através deste, os textos terão tipos e formatos delimitados<sup>48</sup>, os quais já são esperados pelo receptor.

Com relação a essa questão, Orozco Gómez (1996a, p.23) afirma: “É precisamente através dos diferentes gêneros televisivos, que se faz possível distintos modos de relato, e por sua vez, distintos modos de absorção da audiência”. O mesmo autor complementa dizendo que os gêneros televisivos apresentam “formatos particulares que permitem sua identificação e o ‘enganche’ de diferentes setores da audiência” (1996b, p.169).

<sup>48</sup> Vale salientar que, para Kellner (2005e), a análise solta de um texto é uma realidade impossível, uma vez que depende de uma investigação do seu contexto de produção e formatação.

Nesse sentido, as emissoras também podem despertar sentimentos idênticos nos públicos, exatamente por desenvolverem um determinado estilo de produção da notícia, que também já será aguardado. Ou seja, se um gênero aciona determinadas reações nos indivíduos, conseqüentemente, determinadas emissoras também podem ativar as competências culturais dos receptores.

Sobre esse aspecto, Lull (1992, p.162) comenta:

a televisão certamente obtém os efeitos pretendidos, de algumas maneiras, para alguns segmentos do público, algumas vezes. Entretanto, mesmo nos casos em que os produtores do programa têm clareza quanto ao que o programa deve dizer, não podem, em última instância, controlar o modo como o público reagirá à sua criação. (...) Assim, as mensagens televisivas não podem jamais impor um significado único, ou produzir apenas os efeitos visados, não importa o cuidado com que sejam construídas ou quão unilaterais pareçam. A polissemia das imagens televisivas impede qualquer possibilidade de controle autoritário da interpretação dos programas.

Fazendo coro aos pressupostos metodológicos de Kellner e, ao mesmo tempo, complementando-os, Martín-Barbero estabelece, com forte ênfase na cultura e na política, o deslocamento “dos meios para as mediações”. Essa diversidade cultural remete às posições de enunciação de cada pessoa, ou seja, aos fatores presentes durante o processo de recepção, os quais acabam por contextualizar o âmbito receptivo.

Essas posições dos sujeitos (KELLNER, 2005a) demarcam uma forma particular, individual de observar, interpretar e produzir sentido, conforme abordado anteriormente. Sobre essa questão, Kellner (2005e) salienta que

membros de distintos gêneros, classes, raças, nações, regiões, preferências sexuais e ideologias políticas lêem os textos diferentemente, e os estudos



culturais podem iluminar porque audiências variadas interpretam os textos de várias, às vezes conflitivas, formas.

Com base em Martín-Barbero, conclui-se, portanto, que “(...) na leitura – como no consumo – não existe apenas reprodução, mas também produção, uma produção que questiona a centralidade atribuída ao texto-rei e à mensagem entendida como lugar de verdade que circularia na comunicação” (1997a, p.291).

Depois de passar por uma análise crítica de alguns modelos de comunicação clássicos, do reducionismo ideológico de Lasswell às concepções limitadas – embora mais consistentes – de Shannon e Weaver, Martín-Barbero delinea uma perspectiva que pretende suprir tais cenários, a teoria das mediações.

Assim, estabelece três lugares de mediação, a saber: “a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural” (1997a, p.292). Para esse autor, com relação ao primeiro caso, na América Latina, as pessoas se reconhecem na televisão e, no Brasil, isso não é diferente. No entanto, para que tal situação possa ser entendida, faz-se necessário estudar o cotidiano dessas famílias. Há que se sublinhar que, nesse processo de interpelação do meio televisivo pelos indivíduos, existem duas pontes de ligação: o “apresentador-animador” e o tom coloquial das suas falas.

O segundo caso aborda a ligação entre os tempos de produção e as rotinas cotidianas de recepção, o que denota momentos diferentes entre uma ação e a outra. Já o último aspecto refere-se às mais variadas bagagens culturais dos componentes da esfera receptiva, o que corrobora para um modo específico de ver/ler, interpretar e usar os produtos da cultura da mídia.

Considerando isso, percebe-se que esses dois últimos tipos de mediação apresentam sintonia com os pressupostos metodológicos de Kellner. Constata-se que a temporalidade social, por contemplar a ligação entre produtor e receptor em espaços de tempo distintos, acaba englobando – ou sendo englobada – pelo horizonte social, uma vez que esta categoria estabelece as práticas

dentro do campo social, práticas essas que, no caso desta investigação, incluirão a produção do JA e a recepção de membros do MST.

Os desdobramentos sociais, ou seja, a ação figural, interpe-lam, através dos discursos da mídia, a capacidade de discernir do receptor, ou seja, a sua competência cultural. Sendo assim, a ação figural apresenta profunda ligação com a perspectiva das mediações onde, dentre outros fatores, o gênero telejornalismo, o aparelho televisivo (no caso desta investigação) e a identidade cultural dos indivíduos se fazem presentes.

Contribuindo para o desenvolvimento desta pesquisa, Orozco Gómez (2000) destaca quatro paradigmas de produção de conhecimento: o positivista, o realista, o hermenêutico e o interacionista. Enquanto os dois primeiros estão vinculados à pesquisa quantitativa de verificação da realidade, o terceiro e o quarto ligam-se à abordagem qualitativa, que prima pela interpretação e o entendimento.

É salutar afirmar, desde o início, que a proposta desta pesquisa é qualitativa. Sendo assim, não contempla os dois primeiros paradigmas expostos anteriormente. Já os aportes hermenêutico e interacionista vão ao encontro dos objetivos deste trabalho e demonstram sintonia com o referencial teórico adotado.

Enquanto o paradigma hermenêutico prima pela interpretação – o pesquisador observa o discurso do sujeito investigado e o interpreta de acordo com uma teoria –, o interacionista investiga a conexão entre os elementos de uma determinada questão, ou seja, faz ligações entre as partes envolvidas contextualizando-as. É necessário, portanto, explorar os cenários e estabelecer relações para que, desta forma, seja possível chegar a um entendimento que possibilite novos e, quem sabe, mais profundos conhecimentos da realidade.

Esses paradigmas primam por uma contextualização, em nível social e histórico, da construção das formas simbólicas, assim como dos elementos envolvidos na análise. Neste sentido, Thompson (1995) deixa claro que é na análise sócio-histórica que

se percebe as relações de dominação, as quais consistem em um tipo específico de relações de poder, sejam elas assimétricas ou não. Assim, é necessário observar as relações de dominação presentes nas instituições sociais e nos campos de interação. Desta forma, será possível identificar as forças hegemônicas e contra-hegemônicas dentro da estrutura discursiva.

Thompson (1995) constata que a produção e a transmissão das formas simbólicas devem ser observadas levando em conta as circunstâncias sociais e históricas e as características das instituições, bem como suas ações internas e as suas relações com outras instituições, o que pode ajudar no estudo do caráter ideológico das mensagens.

Abordagem semelhante pode ser feita com relação à recepção das mensagens, onde o procedimento adotado é semelhante ao da análise da produção e transmissão das formas simbólicas: deve-se observar os contextos sócio-históricos dos indivíduos, ou seja, atentar para os seus campos culturais, com vistas ao entendimento dos seus posicionamentos.

Sobre isso, conforme ilustra Kaplún (1996, p.206),

o consumo de bens simbólicos não se produz no vazio. Os receptores são sujeitos situados social e culturalmente, inscritos em um contexto que não determina, mas mediatiza e condiciona – em uma medida que a investigação empírica está chamada a estabelecer – suas maneiras de fazer recepção.

Assim, portanto, percebe-se que os critérios de análise da produção da informação, que levam em conta o contexto sócio-histórico e as características da instituição, são semelhantes às formas de investigação da recepção. Sob esse propósito, leva-se em conta a afirmação de Martín-Barbero, que enxerga na recepção uma nova produção de sentido.

Sobre esse aspecto, Jacks (1996, p.175) salienta que

o receptor, este ser que até então era visto como um consumidor passivo dos produtos culturais de mas-

sa, e alienado ao processo de produção de sentido, adquire, a partir desta perspectiva, o estado de produtor. Esta produção não chega a ser uma co-produção, no sentido de compartilhar a concepção dos produtos de massa, pois a indústria cultural continua produzindo ‘para’ as massas. Estas, entretanto, produzem em sua heterogeneidade outros e diversos sentidos dos que têm sido transmitidos.

Nos estudos sobre cultura, meios de comunicação e sociedade as mediações são fundamentais. Para tanto, Martín-Barbero (1997a) é sempre lembrado. Mediações consistem, portanto, em posições de onde se produzem as concepções (significados) relacionadas à mídia. No caso específico desta pesquisa, o autor afirma: “mediações [são os] lugares dos quais provêm as construções que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão” (1997, p.292).

Na concepção de Orozco Gómez, isso tudo significa levar em conta toda uma soma de fatores, que pode causar influência no processo de produção de sentido dos receptores, tais como a identidade particular de cada um, que se forma através de cenários (mediações) como a família, a escola, o grupo de amigos, o bairro, o trabalho, a cidade, os meios de comunicação e a disposição dos indivíduos frente a estes, o nível de instrução, sexo, idade, etnia<sup>49</sup>, religião, salário, classe social, ideologia etc.

Assim, através dessa identidade construída – e jamais acabada –, o receptor produzirá significados próprios, particulares e individuais. A total apropriação, a negociação ou até mesmo a resistência plena às mensagens midiáticas são decorrentes diretamente das diferentes mediações anteriormente citadas.

Referindo-se a Martín-Barbero, Orozco Gómez salienta que essas mediações concretizam-se em três práticas: a sociabilidade (formas de negociação, de contato com os outros; práticas coti-

<sup>49</sup> O artigo de Bonin (2002) apresenta um estudo de recepção que leva em conta a identidade étnica dos entrevistados.

dianas de interação), a ritualidade (ligada às rotinas – “repetição de certas práticas”) e a tecnicidade (cada meio possui uma singularidade que se remete ao suporte técnico) (1993; 2000). Por outro lado, os cenários desencadeiam uma antiga discussão a respeito da duração do processo de recepção. Orozco Gómez (1991; 1993) defende que se deve levar em conta a interação do indivíduo com o meio e não apenas a sua exposição, ou seja, a recepção não se inicia somente quando o aparelho televisor é ligado, tampouco acaba quando este é desligado. Conforme sinaliza o autor (1991, p.9), recepção televisiva é um processo “complexo e até contraditório. Um processo que se entretém com a vida cotidiana e no qual intervêm distintos agentes e instituições sociais. Um processo, finalmente, que se desenvolve em distintos cenários”.

Como foi colocado antes, os referenciais metodológicos desenvolvidos por Kellner e Martín-Barbero podem ser integrados na medida em que configuram muitos pontos em comum. Juntos, esses procedimentos podem originar um arcabouço mais completo no sentido de investigar as formas simbólicas construídas pelos produtores e receptores, interpretando, assim, a produção e a recepção da cultura da mídia através de outros olhares, corroborando sobremaneira para um pensar crítico. Tendo como objetivo analisar os posicionamentos de integrantes do MST sobre o telejornal JA, da RBS TV, a presente investigação pressupõe uma metodologia que priorize a relação do gênero telejornalismo e o receptor, contando com uma abordagem qualitativa.

### **2.1.2 Do corpus**

No que diz respeito ao corpus desta investigação, torna-se necessário situar o texto no seu contexto sócio-histórico, relacionando este perfil aos objetivos da pesquisa, visando, desta forma, um melhor entendimento da problemática de trabalho. Para tanto, serão analisadas as edições do JA que contemplaram o MST durante o período denominado pela mídia tradicional brasileira como o “Abril Vermelho”.

Desde que o anúncio do “Abril Vermelho” foi ao ar pela primeira vez, através do Jornal Nacional, em 27 de março de 2004, sábado, iniciaram-se, na semana seguinte, as gravações das edições do JA, da RBS TV. Cabe ressaltar, nesse sentido, que, devido ao fato do pesquisador morar no interior do Rio Grande do Sul, onde há programação local da emissora, adotou-se o seguinte procedimento: a captação do material que comporia o corpus desta investigação seria feita diariamente pela TV COM<sup>50</sup>.

De segunda à sábado, ou seja, nos dias de exibição do JA, a TV COM repete a edição do dia do telejornal às 13h. Nesse sentido, a opção por fazer as gravações do programa via TV COM possibilitaria, assim, obter as mesmas matérias da matriz de Porto Alegre, o que conferiria ao corpus um caráter em nível estadual ao invés do regional. Não obstante, observa-se também que a captação do material foi realizada através de um aparelho de vídeo cassete em fitas VHS.

Após a coleta do corpus, foram selecionados os dias que cobriram o Movimento dos Sem-Terra e a questão do “Abril Vermelho”. Nesse sentido, constatou-se que, além das duas de março, 18 edições do JA, de um total de 26, que foram ao ar durante todo o mês de abril de 2004, dispensaram, em maior ou menor grau, atenção ao MST e o tema em voga.

A cobertura, que será mais detalhada durante o capítulo das análises, oscilou entre as matérias, os comentários de Lasier Martins e Ana Amélia Lemos, e notas (simples ou cobertas), feitas do estúdio pelos apresentadores do programa. O gênero telejor-

---

<sup>50</sup> Emissora da RBS TV, que apresenta uma proposta local de programação. Em Porto Alegre e na região metropolitana da capital gaúcha, a TV COM pode ser vista via TV a cabo ou, em alguns casos, por uma antena externa de UHF. Nas regiões que compreendem as cidades de Bagé, Bento Gonçalves, Capão da Canoa, Caxias, Cruz Alta, Erechim, Farroupilha, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa e Xangrilá, a TV COM pode ser assistida pelos assinantes da Net (TV a cabo), através do canal 36. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br/tvcom/>> Acesso em: 02 dez. 2005.

nalismo apresentou nuances de tipos e formatos, o que também merecerá destaque no próximo capítulo.

Posteriormente, ao realizar a edição, para o grupo de discussão, referente aos dias de cobertura do JA sobre o “Abril Vermelho”, a qual, vale frisar, foi feita no formato DVD<sup>51</sup>, constatou-se a importância da manutenção das três edições do mês de março (uma do Jornal Nacional e duas do JA), com vistas a fortalecer a questão do contexto do “Abril Vermelho”, conforme abordado anteriormente: da veiculação das declarações de João Pedro Stedile pelo Jornal Nacional – no dia 27 – aos primeiros comentários de Ana Amélia Lemos – no dia 29 – e Lasier Martins – nos dias 29 e 31 –, é possível situar de forma mais clara e consistente o receptor.

Prosseguindo, também foram escolhidas as edições dos dias 2 e 6 de abril. A primeira demarca a primeira invasão do MST em terras gaúchas já sob o prisma do “Abril Vermelho”. A segunda destaca manifestações em várias cidades do Rio Grande do Sul, o que prenuncia os posicionamentos iniciais de Ana Amélia Lemos e Lasier Martins dentro do supracitado mês.

A edição do dia 15 de abril situa o telespectador de que o “Abril Vermelho” havia chegado à metade; já a matéria do dia 21 de abril apresenta um conflito envolvendo integrantes do MST, polícia e ruralistas na cidade de Bagé, além de comentário de Ana Amélia Lemos.

Já as edições dos dias 28 e 29 demarcam o final do “Abril Vermelho”. Na primeira, há uma matéria mostrando bloqueios de estradas e pontes, conflitos com a polícia, além dos comentários de Ana Amélia Lemos e Lasier Martins com referências, neste último, a João Pedro Stedile. No dia seguinte, novamente são mostrados protestos, que interromperam estradas, além de novos embates com os policiais e, por fim, a fala de Lasier Martins.

Portanto, esse conjunto de nove edições – nos dias 27, 29 e

---

<sup>51</sup> Para fins de esclarecimento, durante a edição do *corpus*, o pesquisador contou com a assistência especializada do editor Rodrigo Sebastian Lima da Rosa.

31 de março, e 2, 6, 15, 21, 28 e 29 de abril – demarca o corpus escolhido para ser trabalhado durante o grupo de discussão. Ressalta-se, ainda, que, com relação ao contexto de produção, serão analisadas as 21 edições (uma do Jornal Nacional e 20 do JA) que contemplaram o MST e a questão do “Abril Vermelho”.

### **2.1.3 Da recepção**

Conforme abordado anteriormente neste trabalho, a relação entre a televisão e o receptor será analisada através de um estudo dos posicionamentos dos integrantes do MST sobre as notícias veiculadas pelo JA com relação ao Movimento, levando em conta, aqui, as mediações, presentes no contexto de recepção.

O segmento escolhido – membros do MST – provém do meio rural. Para chegar até eles, este pesquisador tentou durante cerca de dois anos fazer contato com a direção nacional dos Sem-Terra. Nesse período, foram enviados e-mails ao site oficial do Movimento sem, no entanto, obter resposta.

Entretanto, foi no ano de 2004 que a situação começou a modificar-se consideravelmente. Na universidade onde leciona, o pesquisador conheceu as duas pessoas responsáveis pelo contato com o grupo de assentados desta investigação: a jornalista Ângela Vargas e o estudante de jornalismo e técnico da Emater/RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul), Vilso Santi.

Ângela Vargas, 33 anos, é formada em jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas/RS. Natural de Canguçu, onde reside, é dona de uma loja de produtos agrícolas. Foi exatamente por intermédio do seu negócio que conheceu os integrantes do Movimento – que participaram desta pesquisa – os quais se tornaram seus fregueses. Estreitando os laços de contato com os assentados, a jornalista desenvolve, desde o ano de 2003, trabalhos voluntários de assessoria de imprensa para esses membros do MST.

Com 25 anos de idade, Vilso Santi é técnico da Emater/RS



desde 2001. Neste mesmo ano, período do então governador gaúcho Olívio Dutra, do PT, a Empresa começa a colocar em prática um plano de estruturação de equipes pelo Rio Grande do Sul com o intuito de trabalhar a questão da reforma agrária. Assim, a nova perspectiva proporcionou o primeiro contato do estudante de jornalismo com os integrantes do Movimento que fizeram parte do grupo de análise da presente investigação.

Ao manifestar o interesse em obter contato com os agricultores do Movimento com vistas à realização desta pesquisa, tanto Ângela Vargas quanto Vilso Santi dispuseram-se a ajudar o pesquisador. Por acessibilidade, os dois colaboradores afirmaram que o local mais viável para a implantação do trabalho de grupo seria o assentamento Pitangueiras situado no interior da cidade de Canguçu.

Através de Ângela Vargas e Vilso Santi foram viabilizados dois encontros durante o ano de 2005<sup>52</sup>: o primeiro ocorreu no dia 13 de junho, numa segunda-feira chuvosa; já a segunda oportunidade aconteceria no dia 20 de agosto, num ensolarado sábado de inverno.

No primeiro contato, que fez parte de uma reunião do MST com os assentados das localidades de Canguçu e Encruzilhada<sup>53</sup>, foram realizadas as conversações a respeito da viabilização – ou não – da pesquisa de campo junto aos agricultores do Movimento. Após a exposição dos anseios desta investigação, o pesquisador acabou sendo questionado sobre a mesma. No final, houve a aprovação da proposta e a confirmação de um novo encontro para a efetivação do trabalho propriamente dito.

Então, exatos 68 dias após o primeiro contato, aconteceu nova reunião com os agricultores no mesmo assentamento. Munido de

---

<sup>52</sup> Os dois contatos com os agricultores assentados do Movimento serão mais detalhados durante o capítulo das análises.

<sup>53</sup> A localidade está situada a 177 Km de Porto Alegre e possui uma população de 23897. Disponível em <<http://www.cerrodalagoa.com.br/encruzilhada.htm>> Acesso em: 02 dez. 2005.

uma televisão, um aparelho de DVD, o CD com as gravações do JA e um gravador, para captar as falas dos integrantes em fita K7, o pesquisador pôde, dessa forma, colocar em prática os planos de desenvolvimento desta investigação.

Segundo Orozco Gómez (2000, p.83), a investigação qualitativa “é um processo de indagação de um objeto ao qual o investigador alcança através de interpretações sucessivas com a ajuda de instrumentos e técnicas, que lhe permitem envolver-se com o objeto para interpretá-lo da forma mais integral possível”. Sendo assim, com relação ao tamanho da amostra, por experiência própria embasada em anos de pesquisa, Orozco Gómez salienta não ser necessário entrevistar mais do que 25 pessoas, pois, além desse número, as informações novas obtidas são mínimas. Para o autor, um número entre 10 e 20 indivíduos pode ser suficiente para que se obtenha conhecimento. Não interessa a quantidade, mas sim como se desenvolve o processo crítico de recepção televisiva<sup>54</sup>.

Trabalhando sob essa perspectiva, nesta investigação, julga-se pertinente a realização da técnica dos grupos de discussão (LOPES ET AL., 2002), apresentando uma seleção do corpus colhido junto ao telejornal JA sobre o MST durante o período de análise, o “Abril Vermelho”. Seguindo as premissas de Lopes et al. (2002, p.57), grupo de discussão “vem a ser uma entrevista coletiva [não estruturada] na qual o objetivo pressupõe o pesquisador sair de cena e deixar o grupo debater e refletir sobre suas próprias interpretações”. Nesse sentido, será exatamente essa a dinâmica estabelecida no primeiro momento desta etapa da pesquisa: serão mostradas as gravações do JA e, logo após, o debate terá início.

Prevendo convergentes e divergentes opiniões dentro do mesmo grupo, embora sem nutrir a expectativa de enormes disparidades entre os diferentes posicionamentos dos assentados, a investigação tem como premissa a resistência às produções do JA sobre o

---

<sup>54</sup> Nesta investigação, é importante frisar que o grupo de discussão envolveu a participação de um total de dez assentados. Tal quantidade não interfere nos objetivos da investigação, posição que foi reforçada durante a banca de qualificação desta pesquisa.

Movimento, como foi colocado antes. Nesta pesquisa de campo, tentar-se-á, portanto, verificar quais são as semelhanças, diferenças, consensos e conflitos de opinião de um grupo de agricultores do MST a respeito do material de análise. Cabe ressaltar que a escolha deste, para a amostra de integrantes, deu-se com base nas edições julgadas pelo pesquisador como as mais significativas<sup>55</sup> daquele momento de cobertura da RBS TV, através do JA, sobre o “Abril Vermelho”.

Além disso, em um momento posterior, pretende-se utilizar a técnica das entrevistas por pautas de Gil (1995), através de um roteiro pré-estabelecido de perguntas sujeito a alterações, com o sentido de melhor averiguar os posicionamentos obtidos junto aos membros do Movimento durante a etapa anterior desta investigação, a do grupo de discussão. Sob essa perspectiva de trabalho, segundo o autor,

As entrevistas por pautas são recomendadas sobretudo nas situações em que os respondentes não se sintam à vontade para responder a indagações formuladas com maior rigidez. Esta preferência por um desenvolvimento mais flexível da entrevista pode ser determinada pelas atitudes culturais dos respondentes ou pela própria natureza do tema investigado ou por outras razões. À medida que o pesquisador conduza com habilidade a entrevista por pautas e seja dotado de boa memória, poderá, após seu término, reconstruí-la de forma estruturada, tornando possível a sua análise objetiva (1995, p.117).

Assim, é mister enfatizar novamente que a pesquisa qualitativa implica criatividade e também a noção de, caso seja necessário, alterar os rumos do presente trabalho. Sendo assim, afirma-se que este estudo consiste em uma estrutura aberta, portanto, não

---

<sup>55</sup> Dado que se trata de uma pesquisa qualitativa, assume-se, aqui, que a escolha se baseia em critérios do pesquisador.

possui a pretensão de ser um projeto fechado, acabado. Pelo contrário, está aberto a eventuais mudanças de percurso ao longo de sua caminhada, o que significa dizer que é suscetível a alternâncias.

Não obstante, as entrevistas por pautas serão realizadas individualmente junto aqueles agricultores que demonstraram, na visão do pesquisador, um maior conhecimento sobre o tema em questão e, conseqüentemente, deram mais contribuições ao longo do grupo de discussão. Dessa forma, primeiramente, as entrevistas por pautas se deterão em perguntas mais gerais, com o objetivo de contextualizar a perspectiva (posição) de enunciação dos assentados. Tal opção pretende também proporcionar – caso seja essa a situação no momento – um maior distensionamento aos respondentes selecionados para essa etapa, antes que sejam feitos os questionamentos considerados de fundo nesta investigação.

Portanto, compõem a primeira parte das entrevistas por pautas perguntas que abrangem aspectos como, por exemplo, a idade, a naturalidade e as origens familiares dos agricultores, o estado civil, o nível de escolaridade e as suas preferências religiosas e políticas, além, também, da forma de ingresso no Movimento.

A seguir, as entrevistas dispensarão atenção a questões como a forma pela qual os entrevistados vêem o MST no contexto social brasileiro. Também serão levantadas perguntas a respeito das características que marcam, na opinião dos agricultores, a identidade do Movimento.

Na seqüência, será pedido aos assentados que tracem um perfil da relação do Movimento com os governos federal e estadual, de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, e de Olívio Dutra e Germano Rigotto (PMDB), respectivamente. A intenção aqui é fazer uma comparação do tipo de convivência, conquistas e decepções que os agricultores tiveram com as administrações desses políticos, as quais comportam períodos históricos diferentes.

As entrevistas terão seguimento com questões relacionadas ao processo de globalização. Nesse sentido, os entrevistados se po-

sicionarão frente à chamada nova ordem mundial lançando mão de reflexões sobre o nível de inserção do MST no atual contexto, assim como a adequação – ou não – às perspectivas sugeridas por esse modelo.

Entrando na questão da relação dos assentados com os meios de comunicação, aqueles serão perguntados sobre as suas rotinas, ou seja, as formas de interação com a mídia e, em particular, o programa JA. Assim, haverá indagações que possibilitem identificar a visão política e ideológica dos agricultores sobre o assunto.

Avançando mais nessa discussão, o questionário procurará saber de que maneira, para os entrevistados, a mídia tradicional brasileira se posiciona a respeito do Movimento. Especificamente, os agricultores serão questionados sobre a relação que o MST trava com o grupo RBS.

Dando continuidade às perguntas que envolvem a RBS, e mais diretamente o JA, os assentados responderão se a estratégia de não gravar entrevistas para os jornalistas com vistas a preservar a imagem do MST não pode resultar em efeito negativamente contrário ao Movimento. Ainda dentro desse tema, serão feitas questões a respeito das táticas utilizadas pelo MST visando o seu agendamento pela mídia. Nesse sentido, surge nova pergunta: ações abordadas anteriormente neste trabalho como o bloqueio de estradas, por exemplo, ao invés de chamar a atenção para a situação do Movimento, não causariam efeito negativo perante a sociedade brasileira? Sob a mesma perspectiva, houve alguma mudança de estratégia por parte dos Sem-Terra ao longo de todos esses anos?

Por fim, o questionário terá o seu desfecho completado através de uma pergunta de nível mais geral, mas não menos importante que as demais: de forma livre e não induzida, ou seja, sem citar nomes, procurará saber qual é a opinião dos entrevistados a respeito dos apresentadores e comentaristas do noticiário televisivo JA.

Considerando tal perspectiva, leva-se em consideração que as relações entre o telejornal JA e o Movimento dos Sem-Terra realizam-se através de múltiplas mediações. No caso específico

desta investigação, as posições de enunciação referentes ao processo de recepção serão, portanto, estruturadas em alguns níveis trabalhados durante as entrevistas por pautas, entre eles, o trabalho e a realidade do homem do campo, os meios de comunicação e as rotinas dos agricultores com relação a esses, o nível de instrução, a religião e a ideologia política dos entrevistados.

A proposta de entrevistar pessoas com o objetivo de detectar posicionamentos ganha força na metodologia qualitativa de investigação de Orozco Gómez (2000), conforme foi tratado antes. Não há o interesse, aqui, de generalizar os resultados, mas sim observar – não no sentido quantitativo – possibilidades e anseios com base em uma amostra significativa de entrevistados.

## Capítulo 3

### Análises

Neste momento em que se darão as análises da investigação, cabe salientar que as constatações obtidas, através do encontro do objeto da pesquisa com os pressupostos teórico-metodológicos adotados na mesma, serão de grande valia para o encaminhamento das considerações finais desta investigação.

#### **3.1 O anúncio de João Pedro Stedile e o Princípio dos Momentos**

Na Rede Globo de Televisão, o “Abril Vermelho” começa exatamente no dia 27 de março (sábado). Durante a edição do Jornal Nacional, o apresentador Renato Machado, em primeiro plano e com o logotipo do programa ao fundo, aborda uma fala do coordenador nacional do MST, João Pedro Stedile, feita no estado do Mato Grosso do Sul, incitando uma onda de invasões pelo Brasil, a partir do mês de abril, com o sentido de forçar o governo federal a acelerar a reforma agrária. A nota simples, que traduz a presença do tipo informativo no gênero telejornal, tratou de um encontro com representantes de movimentos sociais da região do centro-oeste do País.

A notícia teve duração de um minuto e quatro segundos. Este

“Princípio dos momentos”, que se seguiriam durante todo o mês de abril, apresentava um objetivo específico: conforme as imagens mostraram, João Pedro Stedile afirmava que todos<sup>1</sup> iriam “se mexer em abril”. A idéia do Movimento era a de que, até o final de 2006, fossem assentadas 400 mil famílias.

No término da veiculação das imagens, o líder sublinhou que o abril seria “vermelho” e enfatizou que o MST infernizaria o País. Por fim, avisou: “abril: este mês vai pegar fogo!”. De volta ao estúdio, novamente em primeiro plano e com o logo do Jornal Nacional atrás, Renato Machado informou, em nove segundos, que, segundo a assessoria do ministério do desenvolvimento agrário, o ministro Miguel Rosseto não comentaria as declarações feitas por João Pedro Stedile.

Na tabela n° 2, pode-se visualizar a estrutura da notícia do dia 27 de março:

Matéria e data	Imagens	Tempo total
“Princípio dos Momentos” – 27/03/2004	Renato Machado (apresentador) – estúdio	25 segundos
“Princípio dos Momentos” – 27/03/2004	João Pedro Stedile – externa	30 segundos
“Princípio dos Momentos” – 27/03/2004	Renato Machado (apresentador) – estúdio	9 segundos

### 3.1.1 O fim da lua-de-mel entre Lula e o MST

Assim, já na edição do dia 29 de março, segunda-feira, o JA dispensou atenção ao MST em dois momentos: no comentário, com duração 55 segundos, da jornalista Ana Amélia Lemos, da sucursal da emissora em Brasília, o qual ganhou, inclusive, manchete

<sup>1</sup> Nesta fala específica, João Pedro Stedile se dirige aos servidores públicos, estudantes e “a turma da moradia”, além dos Sem-Terra.



no início do programa; e na fala de um minuto e 48 segundos do comentarista do telejornal no Rio Grande do Sul, Lasier Martins. De início, portanto, constata-se a presença do tipo opinativo no gênero telejornal.

No primeiro momento, “o Fim da lua-de-mel entre Lula e o MST” mostra Ana Amélia Lemos abordando o comentário feito dois dias antes por João Pedro Stedile, o qual avisava que o abril iria ser vermelho, o que indicava a retomada das invasões de terra em todo o País, além de paralisações, protestos e greves, inclusive no setor público.

Segundo Ana Amélia Lemos, o Movimento infernizaria o Governo Federal e, por extensão, o Brasil. Em resposta, a jornalista citou uma entrevista do ministro da justiça, Márcio Thomaz Bastos, que admitia manifestações, no entanto, não aceitava “balderna”. Por sua vez, o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Roberto Busato, fez coro ao discurso de Bastos e, segundo a comentarista, comparou a fala de João Pedro Stedile aos líderes radicais islâmicos do Hamas<sup>2</sup>.

Em meio a diversas críticas ao governo federal, tido, de acordo com o comentário de Lasier Martins, como “falido” e “enrolado”, o jornalista lembrou a fala de João Pedro Stedile<sup>3</sup>, afirmando que o MST iria “infernizar” o Brasil. E resumiu a situação:

É um Deus nos acuda (...) É uma hora de advertência a todos nós. É uma hora de economia... economia de guerra do poder público e espírito de sacrifício de todos. Garra, compartilhamento de esforços, cada um como puder! Os governos sozinhos – já têm mostrado – não saem sozinhos dessa crise. Precisam de cooperação, idéias e lideranças. Lamentar-se a essa hora não resolve”.

Após a fala de Lasier Martins, e antes de anunciar a pauta do

<sup>2</sup> Grupo terrorista palestino.

<sup>3</sup> Neste comentário, Lasier Martins refere-se ao líder do MST como João “Paulo” Stedile.

próximo bloco do programa, a apresentadora Cristina Ranzolin, em um dos raros momentos em que teceu algum comentário, concordou com o comentarista afirmando: “É isso aí, Lasier. Tem que agir!”.

A tabela n° 3, permite, nesse sentido, observar a estrutura das informações sobre o MST no dia 29 de março:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“O fim da lua-de-mel entre Lula e o MST” – 29/03/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	12 segundos
“O fim da lua-de-mel entre Lula e o MST” – 29/03/2004	Ana Amélia Lemos (comentarista – Brasília)	55 segundos
“O fim da lua-de-mel entre Lula e o MST” – 29/03/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	6 segundos
“O fim da lua-de-mel entre Lula e o MST” – 29/03/2004	Lasier Martins (comentarista – Porto Alegre) – estúdio	1min e 48 segundos

### 3.1.2 O desconcerto do governo Lula

Dois dias depois, em 31 de março, “O desconcerto do governo Lula” veio através do comentário, com duração de dois minutos e 25 segundos, de Lasier Martins<sup>4</sup>. Em sua fala, pronunciada por Cristina Ranzolin, o comentarista afirmava que era preciso uma rediscussão sobre o papel do Estado, pois, segundo ele, eram muitas as “aberrações” existentes. Acrescentou, ainda, que, enquanto o governo estadual, “sufocado em dívidas”, pedia e não recebia verba do Governo Federal, prolongava-se “uma enrolação burocrática e enervante”.

No entanto, conforme Lasier Martins destacou, bastou o líder do MST, João Pedro Stedile, “proclamar” que iria “inferni-

<sup>4</sup> Já nesta fala o comentarista chama João Pedro Stedile de “José” Pedro Stedile.

zar” o País, para que o presidente Lula anunciasse “um bilhão e 700 milhões de reais para imediatos assentamentos”. Por fim, o comentarista afirmou: “Para alguns há recursos; para outros, só burocracia. É um desconcerto geral (...) os grandes não se entendem. Aliás, os grandes nem tanto. Pequenos gestores da vida pública”. Tal perspectiva acusa, mais uma vez, a presença do tipo opinativo no gênero telejornal.

Assim, a tabela n° 4 mostra a estrutura das informações sobre o MST no dia 31 de março:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“O desconcerto do governo Lula” – 31/03/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	5 segundos
“O desconcerto do governo Lula” – 31/03/2004	Lasier Martins (comentarista – Porto Alegre) – estúdio	2 minutos e 25 segundos

### 3.1.3 A primeira invasão do MST

Na edição n°1 do corpus desta pesquisa, que foi ao ar na sexta-feira, dia dois de abril, em manchete de 15 segundos, feita pela apresentadora Rosane Marchetti, e reportagem de 53 segundos, cuja chamada, de onze segundos, ficou a cargo de Cristina Ranzolin, o JA veiculou a primeira ação do MST durante o “Abril Vermelho” no Rio Grande do Sul.

Para “a primeira invasão do MST”, o local escolhido foi a fazenda Coqueiros do Sul, localizada no distrito de Xadrez, distante 15 quilômetros de Carazinho, norte do Rio Grande do Sul. Em off<sup>5</sup>, o repórter Leonel Lacerda afirmou que os agricultores haviam chegado por volta das 5h, oriundos de Palmeira das Missões e Júlio de Castilhos.

<sup>5</sup> Significa “a notícia coberta com imagens e sem a presença no vídeo do apresentador ou do repórter” (MACIEL, 1995, p.111).

O objetivo do Movimento era o de pressionar o Governo Federal para que a área fosse desapropriada para assentar famílias. Segundo a reportagem, de acordo com o INCRA, no ano anterior (2003), 264 haviam recebido terras. A estimativa, no entanto, era de que 2750 ainda aguardavam por áreas, para serem assentadas.

No boletim de encerramento<sup>6</sup>, foi enfatizado que nenhum membro do MST quis gravar entrevista. Já Alberi Ribeiro, advogado da família dona da propriedade de 7000 hectares<sup>7</sup> afirmou, segundo Leonel Lacerda, que estava reunindo documentos para pedir a retomada do local, o que deveria ser realizado três dias depois, na segunda-feira.

Durante a matéria, que acusa a presença do tipo informativo no gênero telejornal, o repórter apareceu em primeiro plano e, além disso, foram mostradas imagens de bandeiras do MST, cenas dos colonos bloqueando a entrada da fazenda, assim como a chegada de uma viatura da brigada militar ao local. A reportagem destacou também uma faixa, hasteada pelo Movimento, com os seguintes dizeres: “O latifúndio é a causa da fome”. A notícia foi finalizada com tomadas panorâmicas da propriedade.

Para visualizar a estrutura das notícias sobre o MST no dia dois de abril, a tabela n° 5 fica assim disposta:

---

<sup>6</sup> Conforme explica Maciel (1995, p.104), boletim “isolado é o relato do fato, gravado ou transmitido ao vivo, pelo repórter no local do acontecimento. Também é conhecido pelo nome de stand up. O boletim pode ser, também, uma das partes que formam a reportagem. Se vier logo depois da leitura da cabeça da reportagem, feita pelo apresentador, o boletim do repórter vai se chamar de boletim de abertura. Se vier entre o off e as entrevistas, o que é mais comum, vai se chamar de boletim de passagem. Se for editado depois das entrevistas, vai se chamar boletim de encerramento”.

<sup>7</sup> Segundo a reportagem, os administradores da fazenda salientam que “um terço [do local] é [constituído] de mata nativa, 2000 hectares têm plantação de soja, e o restante é utilizado para lavoura de milho e criação de gado”.

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“A primeira invasão do MST” – 02/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	15 segundos
“A primeira invasão do MST” – 02/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	11 segundos
“A primeira invasão do MST” – 02/04/2004	Leonel Lacerda (repórter) – Fazenda Coqueiros do Sul	53 segundos

### **3.1.4 O inferno anunciado por João Pedro Stedile**

Na semana seguinte, mais precisamente na terça-feira, dia seis de abril, a edição nº2 apresenta “o inferno anunciado por João Pedro Stedile”, que recebe vasta cobertura do JA. Na manchete, de 23 segundos, por intermédio de Cristina Ranzolin, o telejornal aborda diversos protestos de movimentos populares pelo Estado pedindo agilidade ao Governo Federal na liberação de recursos para a reforma agrária, cestas básicas e o perdão das dívidas dos atingidos pela seca. Finaliza com imagens de colonos do MST, destes negociando com a polícia militar, e do engarrafamento de 12 quilômetros, provocado pelo Movimento durante o começo daquela manhã.

Na matéria de um minuto e 27 segundos, que teve chamada do estúdio, de 17 segundos, feita por Cristina Ranzolin, foram mostradas cenas de integrantes do MST fazendo manifestações em Pelotas, Bagé, Erechim e Porto Alegre. Além disso, houve destaque para o bloqueio de uma das principais vias de acesso à cidade de Porto Alegre, a ponte do rio Guaíba, o que provocou um engarrafamento de carros de 12 quilômetros, que durou 30 minutos. A reclamação era referente ao atraso do envio de cestas básicas pelo Governo Federal.

A reportagem da ponte foi feita pelo repórter Cristiano Dalcin, que, em primeiro plano, logo após o off, afirmou no seu boletim de abertura: “o trânsito foi liberado pouco depois das oito horas

da manhã, mas o clima continuou tenso com os policiais militares bloqueando a passagem dos integrantes do MST”. Em seguida, foram veiculadas imagens de uma discussão entre uma integrante do MST, que reivindicava o bloqueio, com um policial.

Após o conflito, Cristiano Dalcin finalizou a reportagem afirmando, em off, que a situação foi tranqüilizada com a chegada do secretário estadual da reforma agrária e do superintendente do INCRA no Rio grande do Sul, “que anunciaram a liberação emergencial de mais de 100 toneladas de alimentos”. A matéria destacou as imagens dos dois homens negociando com integrantes do MST.

Voltando ao estúdio, Cristina Ranzolin afirmou, em 21 segundos, que os desdobramentos do caso da fazenda em Coqueiros do Sul, invadida por cerca de 700 colonos, seriam decididos pela justiça, em um processo em que membros do MST e dois donos da propriedade ficariam “frente a frente” em Carazinho. Na seqüência, o apresentador André Haas, em 15 segundos, informou que as invasões no País já passavam de 30 e, dessa forma, fez a chamada para o primeiro comentário do dia sobre o Movimento.

Em um minuto e cinco segundos, a comentarista Ana Amélia Lemos foi enfática ao afirmar que, apesar do anúncio do presidente Lula de que a reforma agrária não seria feita “no grito”, além da verba de um bilhão e 700 milhões de reais prometida pelo seu governo ao MST, as invasões aumentavam principalmente nos estados de Pernambuco, Bahia, Mato Grosso do Sul e, naquele momento, no Rio Grande do Sul.

Ana Amélia Lemos finalizou afirmando que a ação política do MST confirmava as promessas de João Pedro Stedile de que transformaria abril em um mês de “‘azucrinação’, ou ‘infernização’ do Governo por agilizar a reforma agrária”. A comentarista salientou também que o ministro da reforma agrária Miguel Rosseto e o ministério da justiça vinham monitorando as mobilizações do Movimento no País, de acordo com pedido feito pelo Planalto.

Em dois minutos e 28 segundos, Lasier Martins<sup>8</sup>, por sua vez,

<sup>8</sup> Aqui, o comentarista chama novamente João Pedro Stedile de “José” Pe-

afirmou que o Brasil estava vivendo o “inferno anunciado”: o Abril Vermelho de João Pedro Stedile, “porque (...) as ações do MST se disseminam por toda a parte”. Citou 21 invasões em Pernambuco, duas na Bahia, duas em Mato Grosso, sem contar as marchas em quase todos os estados – inclusive no Rio Grande do Sul –, bloqueios de estradas em Erechim e uma ameaça de invasão a um supermercado de Nova Santa Rita, município localizado perto de Porto Alegre, além da obstrução da ponte do Guaíba.

Com relação ao estado da Bahia, Lasier Martins afirmou que uma das áreas invadidas pelo Movimento pertence a uma empresa multinacional de celulose, “que teve toda a plantação de eucalipto destruída nos últimos dias e o MST está lá plantando feijão!”. Já no Mato Grosso, um dos locais invadidos é de propriedade do grupo Grendene<sup>9</sup>.

Alertando que o “Abril Vermelho” não havia chegado ainda a um terço do mês, Lasier Martins salientou que o Governo Federal anunciara “que não haveria reforma agrária no grito, mas até agora ficou, como em outras promessas, só no discurso”. Visivelmente irritado, afirmou: “a onda é grande e tende a aumentar”, seguido por um “a anarquia está crescendo”.

O comentarista avisou também que os integrantes do MST estavam com fome, destacando, nesse sentido, a “penúria” demonstrada nos acampamentos do Movimento. Assim, emendou: “E o Fome Zero não tem chegado em parte alguma, pelo menos aqui no Sul”.

Dentro do mesmo comentário, Lasier Martins enfatizou também que 75% dos acampamentos do MST haviam sido feitos em terras desapropriadas por governos anteriores: “o atual não tem

---

dro. Ressalta-se também a chamada, de dez segundos, de Cristina Ranzolin, para introduzir o comentário de Lasier Martins, dizendo: “(...) Lasier Martins, não podemos deixar de falar dessa questão aí das invasões de terra. Parece que os agricultores realmente estão aí dispostos a infernizar, azucrinar os brasileiros”.

<sup>9</sup> Grupo gaúcho considerado um dos maiores fabricantes de sapatos do País.

acrescentado novas desapropriações”, arrematou. Por fim, o comentarista terminou sua fala com declarações impactantes:

Aqui no Sul, para agravar, os assentados querem, agora, compensações pelas perdas com a seca. Enfim, o clamor é generalizado. O clima estava criado, só faltava o Stedile gritar: “Vamos infernizar”. Depois mudou para azucrinar, o que dá na mesma: tudo é atormentar, bagunçar, incomodar... como se a sociedade brasileira já não tivesse os seus próprios problemas. E o presidente – atarantado – só discursa. Ele, que prometia prioridade aos problemas sociais.

Descrita anteriormente, a edição denota a presença do tipo informativo, através da reportagem, e também do tipo opinativo, com os comentários de Ana Amélia Lemos e Lasier Martins. A sua estrutura, de acordo com a tabela n° 6, pode ser visualizada da seguinte forma:



<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“O inferno anunciado por João Pedro Stedile” – 06/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	23 segundos
“O inferno anunciado por João Pedro Stedile” – 06/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	17 segundos
“O inferno anunciado por João Pedro Stedile” – 06/04/2004	Cristiano Dalcin (repórter) – Ponte do rio Guaíba	1 minuto e 27 segundos
“O inferno anunciado por João Pedro Stedile” – 06/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	21 segundos
“O inferno anunciado por João Pedro Stedile” – 06/04/2004	André Haas (apresentador) – estúdio	15 segundos
“O inferno anunciado por João Pedro Stedile” – 06/04/2004	Ana Amélia Lemos (comentarista – Brasília)	1 minuto e cinco segundos
“O inferno anunciado por João Pedro Stedile” – 06/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	10 segundos
“O inferno anunciado por João Pedro Stedile” – 06/04/2004	Lasier Martins (comentarista – Porto Alegre) – estúdio	2 minutos e 28 segundos

### 3.1.5 O recrudescimento do MST

A edição nº3 veio no outro dia, sete de abril, quarta-feira. Para ilustrar “o recrudescimento do MST”, Rosane Marchetti afirmou, em nota simples de 23 segundos, que o Movimento reivindicava, junto ao INCRA e a Secretaria Estadual de Agricultura, os alimentos – óleo de soja, macarrão e açúcar – prometidos pelo governo no dia anterior.

Sendo assim, os agricultores permaneciam acampados junto à

BR 290, em Guaíba. Não obstante, a apresentadora salientou que os governos federal e estadual haviam comprometido-se de doar alimentos durante dois meses para as 2500 famílias acampadas no Rio Grande do Sul.

Em um minuto e nove segundos, Ana Amélia Lemos comentou que, segundo lideranças do MST em Brasília, o Movimento foi enfático ao dizer que todas essas ações eram “só o começo”. A jornalista anunciou que o MST começaria a intensificar as invasões de terra pelo País.

Citou novamente o presidente da OAB, o qual falou que o Brasil vivia um “clima pré 1964”, em alusão à tomada do País pelo regime militar. O advogado, representante da organização que, segundo a comentarista, sempre foi uma defensora do estado democrático de direito no País, disse também que havia risco de instabilidade constitucional devido às invasões de áreas privadas e públicas pelo MST, assim como a série de greves no serviço público.

Por outro lado, Ana Amélia Lemos informou que o ministro da reforma agrária, Miguel Rosseto, respondeu dizendo que a comparação não possuía cabimento, uma vez que no ano de 1998, época do governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorreram 101 invasões no mês de março e ninguém declarou algo.

Ao vivo de Brasília, Ana Amélia Lemos finalizou sublinhando que o ministério da reforma agrária estava acompanhando “de perto” as ações do Movimento, pois estas poderiam vir a criar problemas políticos ao “governo do presidente Lula, principal aliado do MST”.

A exemplo da edição anterior, constata-se a presença dos tipos informativo – através da nota simples – e opinativo – com o comentário de Ana Amélia Lemos. No que se refere à estrutura das informações sobre o “Abril Vermelho” nesse dia, a tabela n° 7 assim a apresenta:

Matéria e data	Imagens	Tempo total
“O recrudescimento do MST” – 07/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	23 segundos
“O recrudescimento do MST” – 07/04/2004	Ana Amélia Lemos (comentarista – Brasília)	1 minuto e 9 segundos

### 3.1.6 O Governo Federal preocupado com o MST

Na quinta-feira, oito de abril, durante a edição nº4, intitulada “O Governo Federal preocupado com o MST”, o JA contemplou o Movimento nos comentários de Ana Amélia Lemos e Lasier Martins, com duração de um minuto e quinze segundos, e dois minutos e 33 segundos, respectivamente. Essa perspectiva traduz a presença do tipo opinativo no gênero telejornal.

No primeiro, que teve chamada de onze segundos de Rosane Marchetti, Ana Amélia Lemos afirmou que o governo Lula estava “apavorado” não só com as compensações dos prejuízos causados pela seca no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas também com o recrudescimento das invasões de propriedades rurais pelo País.

Informou também que, naquele momento, o chefe da casa civil José Dirceu estava reunido com os ministros da agricultura, Roberto Rodrigues, da reforma agrária, Miguel Rosseto, e da integração nacional, Ciro Gomes, discutindo as questões da seca e as consequências – de cunho político – das ações do MST, especialmente em uma multinacional de celulose na Bahia, o que, segundo a comentarista, iria afetar a imagem externa do País e os impactos sobre o agronegócio no futuro.

Por sua vez, apresentado por Rosane Marchetti, em cinco segundos, o comentarista Lasier Martins abordou os protestos contra o governo Lula. Na ocasião, como exemplos, citou as invasões de terra por parte do MST por todo o País, assim como os bloqueios em rodovias, além de um incêndio no terreno da empresa

Ford, no qual o comandante do corpo de bombeiros da localidade atentou para o “formato” da ação: “o incêndio nasceu em linha, ao redor do terreno”, afirmou o jornalista, deixando um ar de suspeita no final da sua fala.

A estrutura dessa temática sobre o MST pode ser conferida na tabela n° 8:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“O Governo Federal preocupado com o MST” – 08/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	11 segundos
“O Governo Federal preocupado com o MST” – 08/04/2004	Ana Amélia Lemos (comentarista – Brasília)	1 minuto e 15 segundos
“O Governo Federal preocupado com o MST” – 08/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	5 segundos
“O Governo Federal preocupado com o MST” – 08/04/2004	Lasier Martins (comentarista – Porto Alegre) – estúdio	2 minutos e 33 segundos

### **3.1.7 O cadastramento das 300 famílias**

Na semana seguinte, na edição n°5, do dia 13 de abril, terça-feira, em nota simples, Rosane Marchetti anunciou “O cadastramento das 300 famílias” pelo INCRA, para futuros assentamentos. A apresentadora informou que as famílias estavam acampadas em um prédio abandonado de uma indústria em Sarandi, norte do estado, e estavam indo para Carazinho.

Com imagens dos agricultores caminhando pelas margens da rodovia, Rosane Marchetti informou, agora em nota coberta, que as famílias, que haviam começado a marcha no dia cinco de abril, eram oriundas de um acampamento de Novo Barreiro, localidade situada “na região das Missões”.

Ao veicular imagens dos agricultores carregando fogões e alimentos, a nota coberta, a qual acusa o tipo informativo, informou que os Sem-Terra interromperam a marcha no meio da manhã, a 35 quilômetros de Carazinho, para almoçar. De volta ao estúdio, Rosane Marchetti salientou que a assessoria de imprensa do INCRA havia informado que dois técnicos do Instituto iriam cadastrar o acampamento no dia seguinte, procedimento este que fora comunicado na quinta-feira anterior aos integrantes do MST. Ao todo, a notícia teve um total de 41 segundos. Tal estrutura pode ser visualizada na tabela nº 9:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“O cadastramento das 300 famílias” – 13/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	14 segundos
“O cadastramento das 300 famílias” – 13/04/2004	Integrantes do MST	18 segundos
“O cadastramento das 300 famílias” – 13/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	9 segundos

### **3.1.8 A retomada das invasões**

Um dia depois, 14 de abril, quarta-feira, através da apresentadora Cristina Ranzolin, em manchete de seis segundos no início do programa, o JA anunciava uma nova invasão de terras pelo MST no Rio Grande do Sul durante a madrugada. Na edição nº6, “a retomada das invasões” tem início na fazenda “Bom Sossego”, localizada no município de Cruz Alta. No final do anúncio, foram mostradas imagens de agricultores do Movimento armando acampamento.

A matéria foi anunciada por Cristina Ranzolin, em 7 segundos. Nessa chamada de estúdio, pela primeira vez, o termo “ocupação” apareceu nas edições que compõem o corpus de análise. Já a reportagem, que teve duração de 47 segundos, ao mostrar

imagens do acampamento, informou, em off, que por volta das 5h um grupo do MST invadiu a fazenda Bom Sossego, a sete quilômetros de Cruz Alta.

O repórter Rafael da Rocha afirmou que o grupo estava acampado a 500 metros do local, às margens da BR 158, há seis meses. Em primeiro plano, e com o acampamento ao fundo, o jornalista sublinhou o fato de que os integrantes do MST não quiseram conceder entrevista à emissora, informando apenas que permaneceriam no local até que o Governo Federal tomasse uma decisão: o assentamento de 15 mil famílias.

Na seqüência, um integrante da polícia rodoviária federal, Luciano Dietrich, foi entrevistado e afirmou à reportagem que a situação no local era tranqüila, e que os agricultores do Movimento “não estavam fazendo nada mais do que o normal”. Informou também que permaneceriam no local aguardando um posicionamento da “chefia superior”.

Ainda segundo a reportagem, o proprietário da fazenda de 360 hectares afirmou que a área é produtiva, “tem criação de gado e plantação de soja”. Sendo assim, entrou na justiça com pedido de reintegração de posse. Durante esse boletim de encerramento, foram apresentadas imagens panorâmicas da propriedade, dos Sem-Terra e da polícia.

De volta ao estúdio, Cristina Ranzolin destacou que essa era a segunda invasão do Movimento no estado em 2004. A primeira havia sido feita em Coqueiros do Sul, norte do Rio Grande do Sul, duas semanas antes. Neste sentido, a fazenda continuava ocupada por 600 integrantes do MST, os quais tinham até o final do mês para cumprir a determinação da justiça de desocupar a área.

A estrutura dessa temática sobre o Movimento, que caracteriza o tipo informativo, fica demonstrada na tabela nº 10:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“A retomada das invasões” – 14/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	6 segundos
“A retomada das invasões” – 14/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	7 segundos
“A retomada das invasões” – 14/04/2004	Rafael da Rocha (repórter) – Fazenda Bom Sossego	47 segundos
“A retomada das invasões” – 14/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	15 segundos

### 3.1.9 Abril Vermelho chega à metade

Quinta-feira, 15 de abril. Na edição nº7, intitulada “Abril Vermelho chega à metade”, durante 20 segundos, em nota simples, Cristina Ranzolin informou que o INCRA começava a retomada de um total de 130 lotes usados em assentamentos da reforma agrária em seis cidades do estado, a saber: Piratini, Viamão, Encruzilhada do Sul, Manoel Viana, Candiota e Hulha Negra. Os motivos eram as suspeitas de venda de ocupações irregulares, assim como as desistências. Em 2003, 211 áreas haviam sido retomadas, salientou a apresentadora.

Também em nota simples, Cristina Ranzolin informou, em 15 segundos, que 150 integrantes do MST haviam desocupado às 10h a fazenda Bom Sossego, em Cruz Alta, invadida na madrugada do dia anterior, voltando ao acampamento da BR 158, onde estavam desde novembro. Ao todo, as informações do dia sobre o MST tiveram uma duração de 35 segundos.

Sendo assim, a estrutura da notícia sobre o MST nesse dia, a qual novamente traz à tona a presença do tipo informativo, é estabelecida dessa maneira na tabela nº 11:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“Abril vermelho chega à metade” – 15/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	20 segundos
“Abril vermelho chega à metade” – 15/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	15 segundos

### **3.1.10 A caminhada pela bolsa**

Um dia depois, na sexta-feira, 16 de abril, edição nº8, em “a caminhada pela bolsa”, Rosane Marchetti noticiava, em quatro segundos, uma marcha com 250 integrantes de diversos sindicatos e movimentos sociais, dentre eles o MST, pedindo a liberação da bolsa-estiagem no valor de R\$ 300 reais, para famílias de pequenos agricultores atingidos pela seca. Antes, a matéria foi anunciada como manchete principal pela mesma apresentadora durante dez segundos e mostrou uma tomada de cima da concentração dos manifestantes em frente à sede do Banco Central.

Segundo Rosane Marchetti, os protestos faziam parte do “Dia Nacional por Mudanças na Política Econômica”. Em nota coberta, durante um minuto e 28 segundos, a apresentadora afirmou que manifestantes da Via Campesina organizaram três protestos em Erechim, na região norte do estado. Com imagens de cima, o telejornal veiculou cenas das ações, além de uma faixa com os dizeres “a fome se mata com reforma agrária”.

Apresentando as imagens do ato, em um dos protestos, os manifestantes bloquearam a BR 153 por volta das 11h, pedindo apoio do Governo Federal para com “os agricultores que tiveram prejuízos com a seca. [Neste sentido] trinta e sete municípios do alto Uruguai decretaram situação de emergência por causa da estiagem”, salientou a apresentadora.

Já em Santa Cruz do Sul, centenas de agricultores faziam protestos em frente à uma agência bancária do Banco do Brasil. Os mesmos pediam o perdão das dívidas daqueles que foram atin-



gidos pela seca. Foram mostradas imagens dos manifestantes no local.

Em Pelotas, sul do estado, vários agricultores acampavam e faziam vigília em frente à uma agência do Banco do Brasil. Os manifestantes pediam ajuda financeira, além da abertura de poços artesianos. Nessa nota coberta, o JA também veiculou imagens das pessoas na entrada da instituição.

Na capital gaúcha, Porto Alegre, cerca de 250 manifestantes de diversas organizações, incluindo o MST, caminharam, no final da manhã, do centro da cidade até a frente da sede do Banco Central. De acordo com Rosane Marchetti, pediam “a liberação da bolsa-estiagem, de 300 reais por mês, para famílias de pequenos agricultores atingidos pela seca”.

Com imagens dos protestos, reivindicavam também a redução da taxa de juros e da jornada de trabalho, para o aumento dos empregos. O JA veiculou, no final, imagens de cerca de 50 policiais fazendo um cordão de isolamento no local. Do estúdio, em mais dez segundos, Rosane Marchetti disse que os manifestantes que bloqueavam a estrada na região de Erechim haviam liberado-a a pouco.

Posteriormente, a apresentadora informou também que, naquele momento, o grupo de manifestantes que fazia protestos em Porto Alegre havia saído da frente do Banco Central e caminhava em direção ao Palácio Piratini, sede do governo do estado do Rio Grande do Sul.

Para fins de visualização, na tabela n° 12, fica assim a estrutura das notícias sobre o MST, caracterizadas pelo tipo informativo:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“A caminhada pela bolsa” – 16/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	10 segundos
“A caminhada pela bolsa” – 16/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	4 segundos
“A caminhada pela bolsa” – 16/04/2004	Protestos em Erechim, Santa Cruz do Sul, Pelotas e Porto Alegre	1 minuto e 28 segundos
“A caminhada pela bolsa” – 16/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	10 segundos

### **3.1.11 A visita de João Pedro Stedile**

No último dia da semana, sábado, 17 de abril, edição nº9, em 43 segundos, o JA divulgou a presença, um dia antes, de João Pedro Stedile em Porto Alegre. Em nota coberta, que caracteriza o tipo informativo, “a visita de João Pedro Stedile” mostrou cenas de um discurso do integrante do MST enquanto o apresentador André Haas informava que o mesmo criticou o Governo Federal, os meios de comunicação e reforçou a pressão por parte do Movimento para que o governo cumprisse a meta de assentamentos.

Em um determinado momento, foi destacada uma parte da fala de João Pedro Stedile pedindo mobilização aos agricultores. Classificando a ação como peça fundamental na questão da reforma agrária, afirmou que o papel do Movimento seria o de organizar as 400 mil famílias “na beira da estrada”.

O ato também foi marcado pelo lançamento do livro do deputado estadual frei Sérgio Görden, do PT (Partido dos Trabalhadores), “Marcha ao coração do latifúndio”, que conta uma marcha realizada pelo Movimento a São Gabriel no ano de 2003. Nesse momento, o noticiário veiculou imagens de Görden discursando durante o encontro.

Nesse sentido, a tabela n° 13 mostra a estrutura da notícia sobre o MST da seguinte forma:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“A visita de João Pedro Ste-dile” – 17/04/2004	André Haas (apresentador) – estúdio	7 segundos
“A visita de João Pedro Ste-dile” – 17/04/2004	Encontro do MST em Porto Alegre	36 segundos

### 3.1.12 O anúncio do maio verde

Segunda-feira, 19 de abril, edição n°10. Em “o anúncio do maio verde”, precedida pela chamada de oito segundos, feita por Rosane Marchetti, Ana Amélia Lemos, dentre outros assuntos comentados, disse que produtores rurais gaúchos estiveram reunidos no domingo, em Bagé, por mais de duas horas, e decretaram o “Maio Verde”, movimento em contraponto ao “Abril Vermelho”. Além disso, “anunciaram tolerância zero às invasões de terra”. No total, a fala da comentarista durou um minuto e 36 segundos e caracteriza, mais uma vez, a presença do tipo opinativo. Tal estrutura pode ser visualizada na tabela n° 14:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“O anúncio do maio verde” – 19/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	8 segundos
“O anúncio do maio verde” – 19/04/2004	Ana Amélia Lemos (comentarista – Brasília)	1 minuto e 36 segundos

### 3.1.13 Aumentam as invasões do MST pelo País

Em nova constatação da presença do tipo opinativo no gênero telejornal, na terça-feira, 20 de abril, na edição nº11, em 1 minuto e 31 segundos, novamente Ana Amélia Lemos contemplaria o MST em seu comentário. Precedida por Rosane Marchetti, que fez o anúncio da fala em 7 segundos, em “aumentam as invasões do MST pelo País”, a comentarista lembrou que o governo Lula estava enfrentando várias pressões, dentre elas, as dos governos estaduais, das centrais sindicais e do Movimento, constatadas pelas crescentes invasões de terra.

Na opinião do presidente da FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), Horácio Lafer Piva, esse recrudescimento das invasões de terra por parte do MST, servia como “um impedimento no atrativo de investimentos estrangeiros no País”, comentário este que denota um forte apelo ideológico na fala de Ana Amélia Lemos. A tabela nº 15 apresenta a estrutura dessa temática:

Matéria e data	Imagens	Tempo total
“Aumentam as invasões do MST pelo País” – 20/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	7 segundos
“Aumentam as invasões do MST pelo País” – 20/04/2004	Ana Amélia Lemos (comentarista – Brasília)	1 minuto e 31 segundos

### 3.1.14 O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé

Na quarta-feira, 21 de abril, na edição nº12, “o MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” mostra, em reportagem de um minuto e três segundos, o impedimento de um ônibus, que transportava integrantes dos Sem-Terra, de seguir viagem. A matéria demarca a presença do tipo informativo

A notícia serviu de primeira manchete do telejornal, a qual durou 15 segundos. Foram veiculadas imagens do ônibus sendo interceptado pelos policiais e, também, cenas dos integrantes do MST sendo revistados. Na fala de Rosane Marchetti, o JA informou que “uma vistoria comprovou que o veículo não tinha documentação nem condições para circular”.

Chamando a reportagem, em 13 segundos, Cristina Ranzolin noticiou que uma denúncia anônima, informando que o veículo passaria por Bagé durante o fim da noite, motivou os ruralistas, os quais “acompanharam toda a movimentação do ônibus”, que transportava cerca de 30 pessoas. Conforme foi abordado na manchete, os motivos alegados pela polícia foram a falta de documentação e as más condições de tráfego do veículo. Durante o off da repórter Giana Cunha, que durou 21 segundos, o JA divulgou cenas do ônibus indo em direção à BR 293 e sendo perseguido pela brigada militar e ruralistas.

Na seqüência da reportagem, antes de chegar ao trevo que dá acesso à rodovia, o ônibus que transportava os Sem-Terra foi parado pelos policiais. Nesse sentido, novamente o telejornal veiculou imagens dos passageiros sendo revistados pela polícia do lado de fora do veículo.

Uma das passageiras do ônibus afirmou que não tinha “nada a declarar”. Em seguida, Eduardo Suñe, produtor rural, foi entrevistado e questionou o fato de que as pessoas que estavam no veículo haviam sido recrutadas na periferia da cidade. Assim sendo, questionou: “Que Sem-Terra são esses?”. No total, a fala do respondente durou nove segundos.

Foram mostradas, durante nove segundos, cenas de um policial federal informando aos passageiros que o ônibus teria que voltar por não apresentar condições de tráfego. No boletim de passagem, de sete segundos, feito em primeiro plano, Giana Cunha ressaltou também que o veículo não tinha licença para transportar pessoas.

No final, a matéria apresentou imagens do ônibus sendo escoltado de volta pela polícia e ruralistas já de madrugada. Aliado

às cenas, veio novo off, de 15 segundos, com o seguinte desfecho: “Desde o domingo passado, os ruralistas da região da campanha estão mantendo sob observação os movimentos do MST”.

Por sua vez, em um minuto e 23 segundos, Ana Amélia Lemos trouxe uma série de informações. Apresentada por Rosane Marchetti, durante seis segundos, primeiramente, informou que determinados movimentos sociais estavam concedendo-se “poderes típicos de estado” ao noticiar que a secretaria geral do MST afirmara que, a partir daquele momento, nas invasões, seria discutida “a produtividade da área invadida”<sup>10</sup>, o que, segundo a comentarista, era tarefa dos proprietários. Depois, nova pauta: até o mês de abril, o Movimento havia invadido quase 100 propriedades em 2004.

Para finalizar sua fala, que marca também a presença do tipo opinativo no JA, Ana Amélia Lemos lançou mão de mais dois assuntos ligados ao Movimento: abordou a questão de que, na maioria dos assentamentos, não há autonomia financeira porque o MST depende da assistência do governo, “portanto, do contribuinte, para se manterem e manterem a sobrevivência das respectivas famílias”. Além disso, ressaltou que “40% dos lotes dados aos Sem-Terra são revendidos por aqueles que os receberam”. E concluiu: “No Brasil, hoje, nós estamos com a carroça na frente dos bois”.

A estrutura dessa temática pode ser vista na tabela n° 16:

---

<sup>10</sup> Segundo Ana Amélia Lemos, são exemplos, nesse sentido, questões relativas à preservação do meio ambiente, o respeito às leis trabalhistas e as condições de trabalho dos funcionários das fazendas.

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” – 21/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	12 segundos
“O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” – 21/04/2004	Confronto de integrantes do MST com a polícia e ruralistas em Bagé	3 segundos
“O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” – 21/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	13 segundos
“O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” – 21/04/2004	Perseguição do ônibus pela polícia e ruralistas em Bagé	21 segundos
“O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” – 21/04/2004	Declaração de uma passageira do ônibus	2 segundos
“O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” – 21/04/2004	Entrevista com o produtor rural Eduardo Suñe	9 segundos
“O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” – 21/04/2004	Policia federal e passageiros	9 segundos
“O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” – 21/04/2004	Giana Cunha (repórter) – Bagé	7 segundos
“O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” – 21/04/2004	Ônibus escoltado por polícia federal e ruralistas	15 segundos
“O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” – 21/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	6 segundos
“O MST é barrado por policiais e ruralistas em Bagé” – 21/04/2004	Ana Amélia Lemos (comentarista – Brasília)	1 minuto e 23 segundos

### 3.1.15 Nova invasão do MST no estado

Em “nova invasão do MST no estado”, edição de nº13, caracterizada pelo tipo informativo, em dez segundos, Cristina Ranzolin apresenta, como manchete, uma nova invasão no município de Nova Santa Rita, e informa: “os proprietários da fazenda (...) têm decisão antecipada da justiça, impedindo a invasão do local”.

Durante a chamada da matéria, em 15 segundos, Rosane Marchetti noticiou que centenas de integrantes do MST haviam invadido uma propriedade em Nova Santa Rita, região metropolitana de Porto Alegre. Segundo a apresentadora, “as terras são arrendadas por um empresário de ônibus”. Informou também que, desde o início do mês, esta era a quarta ocupação feita por agricultores.

Com um minuto e dois segundos, a reportagem exibida no dia 22 de abril, quinta-feira, mostrava cenas da fazenda invadida pelos Sem-Terra, que impediam a entrada na área. Em primeiro plano, e com uma faixa endereçada ao ministro Miguel Rosseto ao fundo, a repórter Paola Vernareccia noticiou que os integrantes do Movimento haviam chegado ao local durante a madrugada.

No total, a área possui 1700 hectares e fica ao lado da BR 386. O grupo de agricultores era proveniente de três acampamentos: um de Eldorado do Sul, um de Pantano Grande e outro do próprio município. A reportagem também informou que alguns dos integrantes do MST faziam vigília na entrada do local, enquanto outros montavam barracas no interior da propriedade “e não permitiram a saída de 15 funcionários”.

Conforme a repórter, “o arrendatário da área, Osório Biazus, havia entrado com uma ação na justiça, para impedir que a fazenda fosse invadida”. Nesse sentido, foi entrevistado o filho do dono da propriedade, Alexandre Biazus, que disse estar esperando pelas autoridades, para que, desta forma, os agricultores desocupassem o local. Também demonstrou preocupação em retirar as pessoas que haviam sido retidas na fazenda.

Sendo entrevistado na seqüência, o sub-comandante da brigada militar, coronel Carlos Vicente Gonçalves, sublinhou que o



governo do estado cumpriria as ordens da justiça, pedindo a retirada dos Sem-Terra. Por fim, questionado pela repórter sobre o horário da ação, o policial afirmou que a decisão seria efetuada no mesmo dia, durante a parte da tarde. Essa estrutura pode ser visualizada na tabela n° 17 da seguinte forma:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“Nova invasão do MST no estado” – 22/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	10 segundos
“Nova invasão do MST no estado” – 22/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	15 segundos
“Nova invasão do MST no estado” – 22/04/2004	Paola Vernareccia (repórter) – Nova Santa Rita	43 segundos
“Nova invasão do MST no estado” – 22/04/2004	Entrevista com o arrendatário da área, Osório Biazus	11 segundos
“Nova invasão do MST no estado” – 22/04/2004	Entrevista com o subcomandante da brigada militar, coronel Carlos Vicente Gonçalves	8 segundos

### 3.1.16 MST desocupa fazenda

Já na sexta-feira, dia 23 de abril, na edição n° 14, em “MST desocupa fazenda”, foi divulgada pela apresentadora Cristina Ranzolin uma notícia sobre a desocupação da fazenda em Nova Santa Rita pelos integrantes do Movimento, os quais haviam sido notificados por oficiais de justiça. Ao todo, a fala sem imagens abrange seis segundos e a nota coberta iguais seis segundos. Essa estrutura caracteriza o tipo informativo e pode ser conferida na tabela n° 18:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“MST desocupa fazenda” – 23/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	6 segundos
“MST desocupa fazenda” – 23/04/2004	Desocupação de fazenda em Nova Santa Rita	6 segundos

### 3.1.17 A marcha do MST

No sábado, 24 de abril, em “a marcha do MST”, edição nº15, com duração de 32 segundos, foram mostradas imagens de um grupo de Sem-Terra – que havia invadido a Fazenda Bom Sossego na semana anterior – em marcha pela BR 377 até o norte do estado.

A nota coberta, feita pelo apresentador Elói Zorzetto, veiculou também a imagem de uma faixa, que dizia “Rosseto: cadê a reforma agrária? Na lei ou na marra!”. Depois, mostrou cenas da marcha do grupo, a qual estava sendo acompanhada pela polícia rodoviária. O jornalista informou também que os agricultores deveriam caminhar cerca de 15 quilômetros naquele dia até um acampamento antigo, localizado no município gaúcho de Ibirubá.

O JA afirmou que os ruralistas monitoravam a caminhada. Por fim, foi veiculada a informação de que famílias do Movimento teriam até o dia seis de maio para desocupar uma área invadida no município de Almirante Tamandaré do Sul, a fazenda Guerra. A estrutura dessa temática, que também constata a presença do tipo informativo, é vista na tabela nº 19:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“A marcha do MST” – 24/04/2004	Elói Zorzetto (apresentador) – estúdio	6 segundos
“A marcha do MST” – 24/04/2004	Marcha de integrantes do MST pela BR 377	26 segundos

### 3.1.18 A persistência das invasões de terra

Em “a persistência das invasões de terra”, edição nº16, no antepenúltimo dia de cobertura do MST pelo JA durante o “Abril Vermelho”, Rosane Marchetti, em 5 segundos, fez a chamada de Ana Amélia Lemos. Esta, em um minuto e 15 segundos, afirma que, entre vários assuntos que estavam na pauta do Governo Federal, encontravam-se as invasões de terra pelo MST – cada vez mais acentuadas – e a reação do Planalto “em relação a esses movimentos sociais”. A fala foi ao ar no dia 26 de abril, segunda-feira. Constatou-se, aqui, o tipo opinativo no gênero telejornal e a estrutura pode ser conferida na tabela nº 20:

Matéria e data	Imagens	Tempo total
“A persistência das invasões de terra” – 26/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	5 segundos
“A persistência das invasões de terra” – 26/04/2004	Ana Amélia Lemos (comentarista – Brasília)	1 minuto e 15 segundos

### 3.1.19 MST retoma manifestações pelo estado

Dois dias depois, quarta-feira, 28 de abril, em “MST retoma manifestações pelo estado”, edição nº17, o JA apresenta uma nota simples de estúdio e uma matéria sobre o Movimento, que também é contemplado nas falas dos comentaristas Ana Amélia Lemos e Lasier Martins. Tal cobertura ganha a manchete principal do noticiário televisivo. Tal estrutura denota a presença dos tipos informativo e opinativo.

Na primeira abordagem sobre o MST, em 16 segundos, a apresentadora Cristina Ranzolin informou que centenas de agricultores haviam ocupado a BR 386, em Frederico Westphalen, no norte do Rio Grande do Sul. Já no sul do estado, a BR 392 foi bloqueada por manifestantes ocasionando um engarrafamento de carros

de cinco quilômetros. Cabe ressaltar que os cinco segundos finais da manchete foram cobertos por imagens dos Sem-Terra e do congestionamento dos veículos.

Na segunda manchete, também em nota coberta que durou oito segundos, Rosane Marchetti noticiou que uma ponte havia sido ocupada por uma hora e meia, na região do vale do Taquari, por integrantes do MPA (Movimento dos pequenos Agricultores) e também do MST. Foram mostradas imagens do protesto nos últimos quatro segundos.

Em uma nota simples, com duração de 24 segundos, é dada a informação de que João Pedro Stedile não havia comparecido a uma audiência durante aquela manhã no fórum da cidade de Canguçu. Ele estava sendo acusado de incitar o crime durante uma palestra para agricultores do MST em julho de 2003. Segundo a nota, o caso seria encaminhado para o ministério público estadual, que decidiria se aceitaria a acusação. Segundo Cristina Ranzolin, “na audiência (...), a promotoria defendia o pagamento de uma multa de 1500 reais, para evitar um possível processo”.

No comentário de Ana Amélia Lemos, foi divulgada a informação de que o governo federal, através dos ministros Miguel Rosseto, José Dirceu e Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e combate à Fome, estaria reunido na parte da tarde com diversos integrantes de movimentos sociais – entre eles o MST –, que pediam a ampliação dos recursos para cobrir os prejuízos com a estiagem que havia assolado o estado do Rio grande do Sul. A fala da jornalista teve duração total de um minuto e 30 segundos e a sua chamada, feita por Rosane Marchetti, durou 13 segundos.

A pauta de Ana Amélia Lemos também foi noticiada em uma matéria, com duração de um minuto e vinte segundos. Na chamada do estúdio, feita pela apresentadora Cristina Ranzolin, com duração de 15 segundos, é veiculado que os movimentos de agricultores reivindicavam mais recursos para as localidades atingidas pela seca. Em contrapartida, foi abordada a informação que o Governo Federal repassaria um valor de 187 milhões de reais para as famílias que haviam perdido mais de 50% de sua produção.

Em 18 segundos, Rosane Marchetti dá seqüência à chamada do estúdio afirmando que, naquele momento, 700 colonos bloqueavam a RS 324, em Ronda Alta, norte do Rio grande do Sul. Na mesma região, em Frederico Westphalen, “centenas de manifestantes bloquearam o quilômetro 27 da BR 387”.

A chamada fecha com a divulgação da notícia de que, na região sul do estado, havia acontecido outro bloqueio. O noticiário veicula a reportagem divulgando, dentre outras imagens, o trancamento da BR 392 pelo MST e o MPA, em Rio Grande. Em off, é dada a informação de que o engarrafamento de carros chega a cinco quilômetros nos dois sentidos.

O ato começara às seis horas da manhã. Os agricultores bloquearam a pista, impedindo o tráfego dos veículos. Em primeiro plano, o repórter Marcelo Cosme informou que a escolha do local se deu porque, segundo os manifestantes, a estrada é um dos pontos “mais importantes para o estado”. E concluiu dizendo que “(...) nesta época do ano, [a estrada] serve como principal corredor para a exportação gaúcha de soja, que sai pelo porto de Rio Grande”.

Mostrando imagens panorâmicas do local, em off, Marcelo Cosme noticiou que, segundo dados da polícia rodoviária federal, o engarrafamento atingiu cinco quilômetros de extensão “nos dois sentidos”. Justificando o ato, um dos integrantes da manifestação, Avacir Matias, concedeu entrevista explicando que o motivo do protesto se devia à falta de atenção do governo com relação aos prejuízos causados pela seca no estado.

A reportagem é finalizada com a veiculação das imagens de uma das pistas sendo desbloqueada pelos agricultores do MST e do MPA. Segundo Marcelo Cosme, essa ação se deu após uma assembléia dos manifestantes, seguida de uma negociação entre estes e a polícia.

Com relação ao número de pessoas envolvidas na movimentação, houve discórdia: para os integrantes do MST e do MPA, cerca de 1100 pessoas faziam parte do ato. Já para a polícia, eram

400. A reportagem encerra com a informação de que o grupo estava acampado “às margens da rodovia”.

Logo após, por telefone, o repórter Leonel Lacerda informou que cerca de 400 agricultores, oriundos do norte do Rio Grande do Sul e da região das Missões, interromperam a rodovia em Frederico Westphalen com pedras e pneus por volta das 10h30min. Os manifestantes permitiam somente a passagem de ambulâncias.

De volta ao estúdio, em nota simples, Rosane Marchetti afirmou que um bloqueio de estrada, no Vale do Taquari, ocasionou um congestionamento de veículos por cerca de 1h30min. Já em Marcelino Ramos, norte do estado, cerca de 200 agricultores desocuparam as margens da BR 153.

Sobre essas ações, por telefone, direto de Marcelino Ramos, a repórter Melina Fernandes informou que os agricultores foram convencidos a deixar pacificamente o local por cerca de 200 homens da brigada militar, da polícia federal e rodoviários federais. No entanto, os manifestantes afirmaram que manteriam a vigília em uma área particular, ao lado da rodovia. Os integrantes do acampamento esperavam o resultado de uma reunião que ocorreria à tarde, em Brasília, onde agricultores teriam um encontro com representantes do Governo Federal, para analisar “uma nova proposta para atender os atingidos pela seca”.

Depois das informações de Melina Fernandes, o telejornal veiculou imagens dos protestos que aconteciam entre as cidades de Lajeado e Estrela, mais especificamente na BR 386. Na manifestação, em nota coberta, Cristina Ranzolin informou que integrantes do MPA e do MST “bloquearam a ponte sobre o rio Taquari no início da manhã”, com o objetivo de chamar a atenção dos governos federal e estadual no sentido de renegociar a bolsa-estiagem.

Conforme a apresentadora do JA, “o congestionamento chegou a cinco quilômetros nos dois lados da estrada”. Quando foram informados da confirmação da reunião que aconteceria naquele dia em Brasília, os agricultores liberaram metade da pista “nos dois sentidos”.

Na seqüência, em dois minutos e 29 segundos, Lasier Martins

inicia o seu comentário com a seguinte frase: “Acabamos de ver o filme da anarquia nas estradas”. E emenda dizendo que é impossível falar em “democracia para justificar direitos de manifestação quando a desordem e o prejuízo a terceiros são consequência” em vários pontos do Rio Grande do Sul.

O comentarista salienta que movimentos como o MST, por exemplo, “estão passando do limite!”. E continua: “Estão se julgando no direito de prejudicar meio mundo, para pressionar o governo a liberar verbas”. Em seguida, Lasier Martins chama o Governo Federal de “estático” e sem reação, o que estimula, inclusive, “outras paralisações”.

Abordando a questão do desemprego no País, afirma: “O Brasil está virando uma bagunça!”. E completa:

(...) e isso que o presidente da república, na campanha, afirmava prioridade à criação de empregos. Anunciou, em julho passado, a criação do programa “Primeiro Emprego”, com a abertura de 700 mil vagas. Não passou de 700 empregos; 60 vezes menos. Fracassou o projeto! Hoje vai anunciar o novo [salário] mínimo: 260 reais. E vai anunciar um pacote para criar 400 mil vagas. Outra promessa de difícil cumprimento! Porque o problema é a falta de estímulo aos empresários, que estão sofrendo com os juros e os impostos altos. Não há motivação para investimentos e, por consequência, para a abertura de vagas. Então, desempregos, protestos, fechamentos de estradas, invasões de propriedades... e amanhã tem mais, hein!? Aqui vai ter grande movimento em Porto Alegre.

Finalizando a sua fala, ao comentar o não comparecimento de João Pedro Stedile em Canguçu, Lasier Martins, visivelmente irritado, indaga: “(...) e o Stedile, pela segunda vez, faltou ao chamado da justiça, na manhã de hoje, para ser interrogado em Canguçu. É ou não é uma anarquia?”.

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	16 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	8 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	24 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	13 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Ana Amélia Lemos (comentarista – Brasília)	1 minuto e 30 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	15 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	18 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Bloqueio da ponte em Rio Grande	8 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Marcelo Cosme (repórter) – Rio Grande	11 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Bloqueio da ponte em Rio Grande	6 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Entrevista com o manifestante Avacir Matias	6 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Liberação da pista	18 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Leonel Lacerda (repórter) – Por telefone	31 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Rosane Marchetti (apresentadora) – estúdio	17 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Melina Fernandes (repórter) – Por telefone	37 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	27 segundos
“MST retoma manifestações pelo estado” – 28/04/2004	Lasier Martins (comentarista – Porto Alegre) – estúdio	2 minutos e 29 segundos



A cobertura do MST nesse dia pode ser observada na tabela nº 21.

### **3.1.20 MST pede mais verba para os atingidos pela seca**

Finalmente, na mais longa cobertura feita pelo JA sobre o MST durante o “Abril Vermelho”, o apresentador André Haas, do estúdio, noticia que agricultores ligados aos mais diversos movimentos do setor rural faziam protestos por todo o Rio Grande do Sul, pedindo mais recursos para as famílias que foram prejudicadas pela seca. Nesse último dia de cobertura do “Abril Vermelho”, observa-se a presença dos tipos informativo e opinativo no gênero telejornal.

No norte do estado, em 19 segundos, André Haas informa, em nota simples, que integrantes da Via Campesina, “que reúne Sem-Terra, pequenos agricultores e atingidos por barragens” acampavam às margens da BR 386, em Frederico Westphalen. Por sua vez, a apresentadora Cristina Ranzolin, também através de nota simples, noticiou em 17 segundos que, em Ronda Alta, também na mesma região, com vistas a evitar o bloqueio da rodovia, 180 policiais monitoravam cerca de 200 agricultores que estavam próximos à RS 324.

A apresentadora do JA afirmou também que, na região sul do Rio Grande do Sul, um trecho da BR 292, que dá acesso ao porto da cidade de Rio Grande, havia sido liberado naquela manhã pelos agricultores. O local estava ocupado desde a manhã do dia anterior.

Em cinco minutos e 33 segundos, a edição nº 18, intitulada “MST pede mais verba para os atingidos pela seca”, mostra agricultores bloqueando estradas que, posteriormente, são desobstruídas pelos policiais. O clima é tenso. Em primeira mão, o repórter Marcelo Cosme, de Rio Grande, informa, no início da matéria, que os colonos ligados ao MPA e o MST haviam deixado a pista

às 10h. Um esquema especial de segurança é montado para garantir a passagem dos veículos.

Ao todo, cem policiais militares, federais e rodoviários federais fizeram-se presentes no local. Devido a uma nova decisão da justiça, a situação se manteve tensa. Em primeiro plano, e com o conflito instaurado ao fundo, Marcelo Cosme, em boletim de abertura, informava que a justiça federal havia autorizado a permanência dos integrantes do MST e do MPA às margens da rodovia até as 17h daquele dia.

Nesse sentido, a brigada militar decidiu permanecer na estrada observando as ações dos manifestantes até o horário de saída previsto pela justiça. Na seqüência, o capitão Marco Antônio Albernaz reforçou a informação emitida pelo repórter, “para garantir o cumprimento desse acordo”. Além dele, também falou o manifestante Paulo Facieonne.

O boletim de encerramento traz a informação de que, naquela tarde, os agricultores decidiriam os rumos da manifestação. Também foi dada a notícia de que os mesmos esperavam mais recursos dos governos federal e estadual devido à seca do Rio Grande do Sul.

Do estúdio, Cristina Ranzolin veiculou a informação de que, em Porto Alegre, integrantes da Via Campesina e da FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) estavam concentrados em frente ao Palácio Piratini. Na oportunidade, pediam uma participação mais efetiva do governo gaúcho com relação ao envio de recursos para os agricultores que haviam sido atingidos pela estiagem no estado.

Em nova reportagem, direto do centro da capital do Rio Grande do Sul, são mostradas imagens dos agricultores em frente ao Palácio Piratini. Os mesmos pedem recursos para as cerca de “250 mil famílias que perderam até 50% das lavouras”. Com os manifestantes ao fundo, em primeiro plano, a repórter Gabriela Maraschin informa, em boletim de abertura, que o protesto reivindica do governo estadual o complemento de “300 reais por família, o valor da bolsa-estiagem criada pelo Governo Federal”.

Após essa informação, aparecem imagens de uma comissão de manifestantes sendo recebida pelo governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. É noticiado que também foi feito o pedido de 40% do seguro-renda pelo estado, além do aumento “de dez para 40 milhões o valor dos recursos do RS Rural Seca, utilizados para comprar insumos e sementes”.

Depois de quase uma hora de reunião, Eloir Griseli, coordenador da FETRAF/RS é entrevistado e diz que esperaria dez dias por uma resposta do governo. Com novas imagens dos manifestantes, a reportagem informou que, depois do encontro, os agricultores se deslocaram para a sede do INCRA, local onde encontrariam outro grupo que estava lá desde o começo da manhã.

André Haas, do estúdio, noticiou que, naquele momento, milhares de agricultores estavam reunidos no parque Maurício Sirotsky Sobrinho, em Porto Alegre, participando do “Grito da Terra”, ato que pedia “mais recursos e qualidade de vida no campo”.

A cobertura da décima edição do “Grito da Terra” mostrou imagens dos colonos no local do protesto. Recebendo destaque na reportagem, o agricultor Oraci Duarte, que havia perdido quase toda a safra de feijão, soja e milho, afirmou que, devido à seca que atingira o estado, eram poucos os colonos que dormiam tranquilos.

Com tais dificuldades, os agricultores pediam a prorrogação do pagamento dos empréstimos junto ao Banco da Terra, além de um bônus superior ao de 500 reais, que havia sido oferecido pelo Governo Federal. Nessa parte da reportagem, foram veiculadas imagens dos manifestantes discursando.

A matéria acrescentou, ainda, que os agricultores esperavam por uma resposta do governo, além da “abertura de novas linhas de crédito, de programas de habitação e de acesso à terra, principalmente para os jovens”, como foi enfatizado pela repórter Paola Vernareccia.

Na continuação, foram veiculadas imagens da chegada do gaúcho Miguel Rosseto ao local. Em entrevista, o ministro do desenvolvimento agrário sublinhou que durante o mês de maio seriam

discutidos o seguro-renda e o seguro-agrícola, que, segundo ele, garantiriam renda para os agricultores.

Para finalizar, durante a sua fala, com duração de 51 segundos, Lasier Martins afirmava que estava ocorrendo “uma chuva torrencial de pedidos de dinheiro”, mas, porém, salientava que a situação financeira era pior. No entanto, o jornalista disse esperar que o Governo Federal ajudasse os agricultores, responsáveis por propiciar comida à mesa dos gaúchos. “Apesar de tudo, se espera ajuda”, enfatizou o comentarista.

No derradeiro dia de cobertura do JA sobre o “Abril Vermelho”, 29 de abril, a tabela n° 22 mostra a estrutura dessa temática:

<b>Matéria e data</b>	<b>Imagens</b>	<b>Tempo total</b>
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	André Haas (apresentador) – estúdio	19 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	17 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Integrantes do MST desbloqueiam a estrada e a polícia faz o monitoramento	33 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Marcelo Cosme (repórter) – Rio Grande	10 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Entrevista com o capitão Marco Antônio Albernaz	4 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Integrantes do MST desbloqueiam a estrada e a polícia faz o monitoramento	9 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Entrevista com o manifestante Paulo Facieonne	8 segundos

“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Cristina Ranzolin (apresentadora) – estúdio	12 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Manifestantes em Porto Alegre	18 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Gabriela Maraschin (repórter) – Porto Alegre	14 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Reunião de manifestantes com o governador Germano Rigotto	19 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Entrevista com o manifestante Eloir Griseli	16 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Manifestantes na sede do INCRA	7 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	André Haas (apresentador) – estúdio	10 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Produtor Oraci Duarte e manifestação do “Grito da Terra”	19 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Entrevista com o produtor rural Oraci Duarte	4 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Manifestação do “Grito da Terra” e a chegada do ministro Miguel Rosseto	26 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Entrevista com o ministro Miguel Rosseto	9 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Paola Vernareccia (repórter) – Porto Alegre	21 segundos

“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Manifestação do “Grito da Terra”	7 segundos
“MST pede mais verba para os atingidos pela seca” – 29/04/2004	Lasier Martins (comentarista – Porto Alegre) – estúdio	51 segundos

### 3.2 O primeiro movimento: as questões de texto e contexto

No que se refere ao movimento de produção textual concernente às edições analisadas, é possível identificar determinados elementos que compoem, dessa forma, as categorias metodológicas de Kellner (2001): o horizonte social, o campo discursivo, a ação figural e o impacto cumulativo.

Com base em uma leitura política e multiperspectiva, de posse do *corpus* desta pesquisa, em primeiro lugar, observa-se um horizonte social bastante demarcado: de um lado, tem-se um movimento social – o MST – que trava uma luta política com o poder e os braços deste poder.

Em um país onde a desigualdade social é, historicamente, um fato consumado, o Movimento pressiona o poder com vistas a ter os seus objetivos atendidos. Assim, luta pela reforma agrária ou, ao menos, por uma política eficiente de assentamentos.

Nesse sentido, por outro lado, os meios de comunicação, dentre outros agentes, constituem-se em extensões do setor dominante. Trazendo essa discussão para o caso específico da investigação, no Rio Grande do Sul, o grupo RBS, através dos seus mais diversos veículos de comunicação, trabalha no sentido de reforçar as premissas anteriormente colocadas. No entanto, nesse cenário, há certas particularidades, que são construídas simbolicamente de acordo com a ideologia da empresa.

Tal ideologia, como diria Thompson (1995; 1998), serve para estabelecer e manter determinadas relações de poder. Assim, nos discursos da RBS, e mais especificamente do JA, um dos focos deste trabalho, o MST e seus aliados são retratados dentro de uma lógica capitalista, que é inerente à realidade de boa parte da mídia nacional e internacional.

Os aspectos econômicos que agem sobre o programa são, assim, traduzidos não só em termos de alcance de público desejado e da pressão advinda de anunciantes e do governo, mas, sobretudo, pelo próprio grupo RBS, que está por trás do *status quo* vigente, e que pretende, por isso, a manutenção da ordem simbólica.

Assim, detentor da hegemonia da comunicação no estado, o grupo RBS se apresenta, portanto, como o principal agente de mediação da cultura. No que tange ao contexto de produção do JA, em respeito às regras da empresa, há nitidamente um distanciamento entre as forças dominantes e os movimentos de resistência.

Sob esse viés, o campo discursivo reunirá, portanto, todos os atores envolvidos na questão. De acordo com o material analisado, compõem essa realidade diversos movimentos sociais – dentre eles, o MST –, os governos estadual e federal, a igreja, a justiça, os ruralistas, empresários, o grupo RBS, e mais especificamente neste caso a equipe do JA (editores, apresentadores, comentaristas, repórteres etc.), a polícia e, por fim, a própria sociedade civil.

Na realidade desses atores, percebe-se que o noticiário televisivo JA age como uma espécie de fio condutor ao unir segmentos tão diversos da sociedade brasileira em um só palco. E é justamente nesse cenário que o gênero telejornalismo se faz presente.

Enquadrado como um programa jornalístico, o JA possui as características de um noticiário informativo e opinativo. Sobre a primeira, apresenta notas, notícias, reportagens e entrevistas. Também tem dois comentaristas, Ana Amélia Lemos, em Brasília, e Lasier Martins, em Porto Alegre, o que lhe confere o caráter opinativo.

Ocupando, hoje, um lugar cada vez mais central na vida dos

gaúchos, podendo vir a influenciar até mesmo a organização do cotidiano desses, o telejornal JA agrega os indivíduos virtualmente, promovendo uma verdadeira aliança entre telespectadores das mais variadas classes sociais do Rio Grande do Sul<sup>11</sup>. Neste processo, torna-se um dos principais legitimadores de normas e valores à sociedade, ajudando, inclusive, a formar identidades.

Portanto, através das características anteriormente relacionadas, o JA consiste no elo entre o texto e o receptor. Não obstante, através dos seus discursos, o programa promove uma cultura que está atrelada a objetivos particulares. Tal cenário vai ao encontro da ação figural de Kellner (2001). Nela, os desdobramentos são os mais diversos.

De um lado, o das forças contra-hegemônicas, portanto, de resistência, o MST pede ao governo federal o assentamento de famílias do Movimento, além de outros recursos como dinheiro, cestas básicas, o perdão das dívidas dos agricultores atingidos pela seca no estado do Rio Grande do Sul etc. Por não terem seus pedidos atendidos, em parte ou na sua totalidade, há o desencadeamento de uma série de ações por parte dos Sem-Terra.

Obtendo maior destaque nas edições do JA, as invasões de propriedades aparecem nas edições 1, 2, 3, 4, 6, 11, 12, 13 e 16. As paralisações das estradas (edições 2, 4, 8 e 17) e pontes (edição 17) também são noticiadas. Além disso, o JA veicula outros tipos de protestos como, por exemplo, pedidos de dinheiro (edições 2, 8 e 18) e cestas básicas (edições 2 e 3), a bolsa-estiagem (edições 8 e 17), o perdão das dívidas para os atingidos pela seca (edições 2 e 8), as marchas (edições 5, 8 e 15) e as manifestações em frente aos bancos (edição 8). A adoção das inúmeras táticas possui a declarada intenção de chamar a atenção do governo e de toda a sociedade para as causas do MST.

Em se tratando da cobertura do JA, outros tópicos merecem igual destaque. Em suas edições, o telejornal apresenta conflitos entre o Movimento e a polícia (edições, 8, 12, 13 e 18). Além

---

<sup>11</sup> No caso dos agricultores entrevistados, isso não é tão marcante. O que os une é o próprio Movimento.



disso, há um embate entre o MST e os ruralistas, o que pode ser constatado nas edições 10, – durante o anúncio do “Maio Verde” –, 12 e 15.

Existem também outros dois pontos que foram abordados pelo telejornal, a saber: a polêmica em torno da venda ilegal de lotes e as não menos importantes aparições de João Pedro Stedile, um dos grandes destaques da cobertura do “Abril Vermelho” pelo programa. Sobre ele, o JA salienta uma fala em que o líder critica o governo federal e os meios de comunicação. Já em outro momento, o gaúcho não comparece à uma audiência na cidade de Canguçu, o que é motivo de críticas por parte de Lasier Martins.

Ainda dentro das matérias, um ponto fundamental que merece menção neste estudo, e que diz respeito à prática jornalística, aparece na edição de número 13 do *corpus* da pesquisa. Nela, o “como” e o “por que”, elementos fundamentais de um lide jornalístico, são omitidos, ou seja, tem-se apenas o “o que”, o “quem”, o “onde” e o “quando” na cobertura.

Constata-se que, aliadas às reportagens e notas, estão as falas de Ana Amélia Lemos e Lasier Martins. A presença do tipo opinativo no gênero telejornal é forte nesse sentido uma vez que ambos os comentaristas abordaram com bastante frequência a pauta do “Abril Vermelho”.

É impossível, nesse sentido, deixar de mencionar os discursos de Ana Amélia Lemos e Lasier Martins, que precedem o *corpus* de análise desta investigação. No dia 29 de março, antes do início do “Abril Vermelho”, e após as declarações iniciais de João Pedro Stedile, em seu comentário, a jornalista lembrou uma entrevista do presidente da OAB, o qual comparava o MST aos líderes radicais islâmicos do Hamas. Anunciou também que o Movimento infernizaria não só o governo, mas o País como um todo. Lasier Martins prosseguiu na mesma linha, apresentando um discurso desesperador, lançando mão de frases como, por exemplo, “é um Deus nos acuda!”.

Dois dias depois, o mesmo comentarista abordaria uma questão que foi bastante enfatizada por ele durante o “Abril Verme-

lho”. Diante de um governo “estático” e mau gestor, fazia-se necessário rediscutir o papel do Estado na atualidade, numa clara defesa do Estado mínimo, um dos pontos altos da ideologia globalizante. Diante dessa incapacidade, visivelmente irritado, sustentava que, para uns (governo estadual), havia burocracia, mas, para outros (MST), não.

As críticas de ambos os comentaristas tiveram seqüência durante o mês de abril. Ana Amélia Lemos mencionou as invasões do Movimento por seis vezes (edições 2, 3, 4, 11, 12 e 16) e, em cinco oportunidades (edições 2, 3, 4, 16 e 17), informou que o governo federal estava adotando medidas para solucionar os problemas.

A jornalista também abordou a revenda de lotes em uma de suas falas (edição 12) e, além disso, fez clara defesa do agronegócio (edição 4), destacando que o MST, através de suas ações, estava prejudicando a imagem do País no exterior (edições 4 e 11).

A ligação com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tido como o grande aliado do Movimento, articulada com a informação de que o MST provocava a instabilidade no Brasil (edição 3) traduz forte tendência de crítica ao político do PT o que, de quebra, atinge os agricultores. Outra referência aos Sem-Terra os coloca como dependentes da população brasileira (edição 12), o que denota novamente a situação de conflito dos agricultores com a ordem vigente.

Lasier Martins, por sua vez, apresenta um discurso de clara oposição ao Movimento. Tratando-o como um movimento inoportuno e atrasado (o que pode ser constatado também nas falas de Ana Amélia Lemos), liga-o a termos como “anarquia”, “azucrinar”, “infernizar”, “bagunçar”, “atormentar” e “incomodar”. Não obstante, articula o MST ao “estático” governo federal, incapaz de tomar atitudes que façam estancar as mais diversas manifestações extremistas do Movimento dos Sem-Terra.

Contando em diversos momentos com a presença dos *fait divers*, o JA instaura o conflito e trata o MST como uma ameaça à

ordem. Tal tratamento reproduz o discurso hegemônico e acaba legitimando também uma intervenção mais dura por parte da polícia, da justiça e até mesmo dos fazendeiros.

Com um discurso de oposição ao governo Lula, “companheiro” do MST, o JA constrói o Movimento como uma espécie de breve contra o progresso, a ordem e a justiça. Tal tratamento ganha força quando se constata também que, das 26 edições do telejornal que foram ao ar no “Abril Vermelho”, 18 contemplaram o MST, fator que traduz a presença do impacto cumulativo de Kellner (2001). Nesse sentido, a desigualdade social, uma das bandeiras de luta dos agricultores do Movimento, é transformada em diferença. Logo, os Sem-Terra, primitivos e, portanto, fora de linha, são vistos como um corpo estranho na atualidade.

O presente contexto pode ser ilustrado por Martín-Barbero, quando o autor aborda a questão dos índios na presente realidade:

Se diante do índio a tendência mais forte é pensá-lo como primitivo e, portanto, como um outro, fora da história, diante do popular urbano a concepção mais freqüente é negar pura e simplesmente sua existência cultural. Trata-se de um mito tão forte que falar em popular automaticamente evoca o rural, o camponês. E seus traços de identificação: o natural e o simples, o que seria o irremediavelmente perdido ou superado pela cidade, entendida como o lugar do artificial e do complexo. E se acrescentarmos a essa visão a concepção fatalista com que hoje se encara a homogeneização promovida pela indústria cultural, dizer urbano é falar o antônimo do popular (1997a, p.265).

Destarte, nesse cenário em que a instância econômica anda em compasso com as questões de cunho político, em sintonia com a ideologia globalizante, hoje, o acrítico é mais importante do que o crítico. No JA, isso se percebe quando este simplifica questões

complexas, seja através de suas reportagens ou das falas de seus comentaristas.

Sem contextualizar a questão da reforma agrária no Brasil, por exemplo, e as conseqüentes ações do Movimento, o JA pode produzir notícias sem sentido, por vezes espetaculares, as quais, na maioria dos casos, denigrem a imagem do Movimento justamente por não explicar os “comos” e os “porquês” das suas ações<sup>12</sup>. O resultado disso? O enfraquecimento de determinados setores<sup>13</sup> e, no caso específico desta investigação, do MST.

Diante dessa realidade, Lull (1992, p.166) afirma que “as conseqüências ideológicas da televisão dependem tanto do público quanto dos produtores e apresentadores dos programas”. Nesse contexto, a presente investigação parte para a sua segunda etapa: investigar quais são os resultados das produções do JA em um grupo de agricultores do MST.

### 3.3 Da recepção: o primeiro encontro

Nas reuniões com os membros do MST, além de percorrer o trajeto Pelotas-Canguçu, de cerca de 60 quilômetros, viajou-se mais 60 quilômetros até chegar ao assentamento “Pitangueiras<sup>14</sup>”, situado na localidade de Armada, 5<sup>o</sup> distrito de Canguçu. Lá aconteceram os encontros com os agricultores pertencentes a assen-

---

<sup>12</sup> Dentre as análises sobre a grande imprensa brasileira e o MST, Sá (2001) analisa a conduta tendenciosa contra o Movimento em uma edição de maio de 2000 da revista *Veja*, o que acabou levando à condenação desta em ação movida por um dos líderes do MST, João Pedro Stedile, o qual foi acusado por diversos crimes na matéria, com direito, inclusive, a uma foto-montagem em que o mesmo aparece com uma pistola em punho.

<sup>13</sup> Sobre a relação mídia/movimentos sociais, Berger (1998) salienta que a primeira reproduz o discurso burguês enquanto que os outros fazem a crítica, a reivindicação dessa realidade.

<sup>14</sup> À título de esclarecimento, Pitangueiras é o nome de batismo dado pelo INCRA. Para os Sem-Terra, esse assentamento se chama “Sem Fronteiras”, o qual será adotado daqui por diante nesta pesquisa.

tamentos localizados nos municípios de Canguçu e Encruzilhada do Sul<sup>15</sup>.

Chegando ao local para a primeira reunião, no dia 13 de junho de 2005, após as apresentações, deu-se início à sessão, que aconteceu na cozinha do local, ao lado da futura sala do segundo encontro. Conforme acertado previamente, os participantes tinham ciência da participação do pesquisador no diálogo daquela tarde.

Sentados em círculo, os integrantes, divididos entre crianças, jovens e idosos, apresentam uma linguagem típica do meio rural. Percebe-se também a utilização do termo “companheiro” entre eles. Trajando roupas simples e bonés, constatou-se que um dos membros do Movimento vestia uma camiseta do ex-governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, do PT. Em uma das portas do local, inclusive, havia um adesivo do partido, desta vez dos candidatos a deputado federal e estadual, Adão Preto e Sérgio Górgen, respectivamente.

À frente de uma bandeira do MST, a integrante Janete deu início à sessão fazendo uma avaliação positiva, em forma de poesia, sobre a marcha pela reforma agrária ocorrida em maio, semanas antes do primeiro encontro com os agricultores. Vale ressaltar que o ato<sup>16</sup> teve como principal objetivo a luta pela reforma agrá-

<sup>15</sup> Segundo dados da Emater, a cidade de Canguçu possui 16 assentamentos e Encruzilhada, seis.

<sup>16</sup> A manifestação reuniu cerca de 12 mil agricultores, oriundos das mais diversas localidades do Brasil, e culminou com a chegada a Brasília no dia 17 de maio de 2005. Houve conflito com a polícia local resultando num total de 50 feridos. No mesmo dia, uma comissão se reuniu com o presidente Lula, o qual prometeu assentar 400 mil famílias até o final de seu mandato, em 2006. Segundo dados do site do MST, “no dia seguinte, uma reunião com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, acertou a contratação de 137 servidores para o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a abertura de concurso para 1.300 vagas, além de mais oito pontos relacionados com medidas concretas para acelerar a Reforma Agrária. Entre eles, a mudança dos índices de produtividade, que definem se uma propriedade é produtiva, um novo crédito especial para as famílias assentadas, a garantia de reestruturação do Incra, cestas básicas e a prioridade para assentar as 120 mil famílias acampadas até o final deste ano”. Disponível

ria e também contou com protestos contra a política econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Dando continuidade ao encontro, Patrícia fez a leitura das pautas do dia. Em primeiro lugar, como tema inicial, viria a discussão sobre este trabalho e suas possibilidades de realização junto aos integrantes do Movimento ali presentes. Depois, seria realizada uma avaliação da marcha à Brasília, abordada anteriormente. Por fim, seriam tratados outros assuntos, tais como a discussão de projetos dos assentamentos, cursos realizados pelo MST, além de informes gerais referentes a cada setor. Cabe salientar que a maioria dos integrantes anotou os tópicos pontuados para discussão.

Convidado a falar, este pesquisador, em primeiro lugar, agradeceu a recepção dos que lá estavam e, em seguida, apontou os objetivos, os porquês e a metodologia do trabalho. A seguir, os integrantes do MST fizeram comentários intercalados com questionamentos sobre o tema. Bem organizados, cada um respeitava a fala do outro – ordenada por inscrição – sem, em nenhum momento, interrompê-la.

Dentre as indagações, o agricultor Odair, por exemplo, questionou os motivos pessoais e acadêmicos que levaram o pesquisador à realização desta pesquisa. Já o integrante Adilsom perguntou como este investigador se sentia frente aos seus colegas de profissão ao desenvolver um trabalho sobre o MST.

Não obstante, o mesmo Adilsom abordou novamente qual era, de fato, o propósito da investigação. Também em sintonia com os questionamentos anteriores, Jatir perguntou até que ponto este pesquisador pretendia seguir com o presente trabalho.

Fugindo das perguntas iniciais, o integrante Rivail questionou o modelo econômico global e atentou para a importância da conscientização da sociedade com relação a essa questão. Também deixou clara a sua descrença com relação aos políticos brasileiros. Ressaltando que a visão da mídia é a de manter o *status quo*,

---

em <[http://www.mst.org.br/informativos/mstinforma/mst\\_informa90.htm](http://www.mst.org.br/informativos/mstinforma/mst_informa90.htm)>  
Acesso em: 25 out. 2005c.

o assentado Jair fez uma distinção entre as questões de assentamento e reforma agrária. Lembrou também o processo impetrado contra um dos líderes do MST, João Pedro Stedile, a partir de uma matéria veiculada pela RBS TV. Finalizou afirmando que acreditava nas rádios e jornais comunitários como formas de resistência à mídia tradicional brasileira.

Patrícia falou que, antes de analisar como o MST enxergava a mídia, seria interessante pensar o que o Movimento entende por mídia. Neste sentido, afirmou que tinha nas rádios comunitárias “mais um companheiro” e que, para ela, a RBS era “motivo de estranhamento”: “não é um companheiro”, concluiu.

Mais uma vez, Jatir afirmou que a mídia, e mais especificamente a RBS, é o maior inimigo do MST, pois, segundo ele, um trabalho desenvolvido pelo Movimento “durante anos” pode, em questão de segundos, ser arruinado por essa empresa de comunicação. Reconhecendo implicitamente a importância da mídia tradicional brasileira, nesse sentido, o agricultor pautou, como alternativa de resistência a esse modelo comunicacional, a mídia alternativa.

Novamente fazendo uso da palavra, o integrante Jair fez coro ao colega Jatir ao enfatizar que a imprensa é o grande adversário do MST. Por fim, Odair fechou o diálogo afirmando que os maiores inimigos do MST são “a mídia, o judiciário<sup>17</sup> e o agronegócio”.

Se, no início, percebeu-se um certo ar de desconfiança por parte da grande maioria dos presentes com relação a este pesquisador, pode-se afirmar que com o desenrolar da conversa a situação foi tranquilizada e, assim, o primeiro contato encerrou-se regado a chimarrão e conversas paralelas, estas feitas durante o intervalo da reunião.

No total, além do pesquisador e dos colaboradores – a jornalista Ângela Vargas e o técnico da Emater/RS, Vilso Santi –, estavam presentes 27 integrantes do MST: 20 homens e sete mu-

---

<sup>17</sup> Segundo Odair o MST possui mais de 140 processos contra si no Rio Grande do Sul.

lheres. É pertinente salientar que o primeiro encontro durou cerca de 1h30min.

### 3.3.1 Da recepção: o segundo encontro

Após uma série de descompassos entre a agenda dos membros do Movimento e a do pesquisador, finalmente, no dia 20 de agosto de 2005, deu-se o segundo encontro com os integrantes do MST. Desta vez, a reunião priorizaria totalmente os propósitos desta investigação.

Sendo assim, da manhã até o fim do dia, seriam realizadas as duas etapas da pesquisa: o grupo de discussão e as entrevistas por pautas. Nesse sentido, é pertinente salientar que a primeira técnica da investigação (grupo de discussão) apresenta um caráter mais geral o que, ao mesmo tempo, dá subsídios para as escolhas dos integrantes que farão parte do segundo momento, visto como crucial neste trabalho.

Depois de percorrer os mesmos 120 quilômetros, diferente do primeiro encontro, agora, o contato inicial com os integrantes do MST foi diferente. E neste sentido, novamente, o chimarrão se fez presente na roda de discussão. Assim, após as conversas preliminares, por volta das 10h30min, a primeira parte da pesquisa começa, terminando somente 2h10 minutos depois.

No local, havia um total de dez agricultores. Eram eles: Jatir, do assentamento “Sem Fronteiras”, que fez parte do primeiro encontro; Gilmar, do assentamento “União”; Jair, também do “União”; e Odair, do assentamento “Nova São Pedro”, presente na outra reunião, e membro da direção estadual do MST.

Também estavam no encontro o agricultor Renildo, do “União” e membro da diretoria regional do Movimento; Paulo, do assentamento “Sem Fronteiras”; Sidnei, também integrante do “Sem Fronteiras” e membro da direção regional; Jussara, do “Sem Fronteiras”; Márcia e Marcelo, ambos do “Nova São Pedro”.

Por fim, Vilso Santi, também presente no primeiro encontro, saudou os assentados e, antes da exposição do grupo às edições



selecionadas, o pesquisador desta investigação agradeceu a disponibilidade e a disposição dos agricultores em colaborar com o trabalho. Mais uma vez, a metodologia do estudo de recepção foi lembrada aos participantes.

Para contextualizar a questão aos presentes, os mesmos foram avisados de que, primeiramente, seria mostrada a matéria do Jornal Nacional que enfocava a fala de João Pedro Stedile anunciando o “Abril Vermelho”. Em seguida, as edições do JA dos dias 29 e 31, ainda decorrentes do mês de março, também teriam veiculação.

Durante toda a exposição, é pertinente ressaltar que, quando reconheciam algum membro do Movimento que aparecia nas matérias do JA, os integrantes sorriam e apontavam para a televisão. Os agricultores apresentaram um comportamento misto de deboche e indignação quando, por três vezes, o comentarista do telejornal, Lasier Martins, trocou o nome de João Pedro Stedile. Por sua vez, ao longo da amostra das edições selecionadas, Jatir fazia anotações em um guardanapo, quase que ininterruptamente.

Posterior a esse exercício inicial de contextualização dos fatos, foram apresentadas duas edições do JA, dos dias 2 e 6 do mês de abril. Após essa primeira parte, fez-se uma pausa com o objetivo de ouvir as primeiras declarações do grupo de agricultores do MST.

Passados alguns instantes de indefinição, Odair foi o primeiro a pedir a palavra. Afirmou que, nos vinte anos de luta do MST, os agricultores vivem momentos distintos: ora a mídia se declara em defesa do modelo neoliberal, ora a mesma mídia se aproveita de uma situação para desgastar o governo, visando alcançar, de fato, os seus objetivos.

Odair não tem dúvida de que a mídia – e principalmente a televisão – presta serviço para um modelo econômico capitalista, “para um sistema que já está criado”. Sendo assim, não atende, em primeira mão, aos interesses de um determinado governo. Para o agricultor, o sistema capitalista soube articular bem essa

questão dos meios de comunicação com o objetivo de dar sustentação ao sistema.

Nesse sentido, Odair reconhece que a forma mais eficaz de uma idéia “entrar na cabeça das pessoas, na casa das famílias” dá-se através do rádio e da televisão. Assim, o sistema capitalista, de acordo com o participante, sabe utilizar muito bem “essa ferramenta, que devia ser da sociedade em si, pra fazer esse jogo, né?! Em defesa do próprio modelo”.

Mencionando as notícias sobre anúncios para a reforma agrária, Odair sustenta que tudo se transformou em “um discurso” ancorado, diga-se de passagem, pela mídia. Afirmo, contudo, que os meios de comunicação não têm interesse em divulgar o não recebimento das verbas pelo Movimento. Assim, retoma a questão anterior, sublinhando que, em certos momentos, a mídia se utiliza da situação para fortalecer o governo; já em outras situações, a mesma mídia recorre a tais dados com o objetivo de enfraquecer o governo. No entanto, “no modelo em si ela [a mídia] não mexe”, enfatiza o integrante.

Antes de passar a palavra, Odair salientou:

eu gostaria que a “companheirada” ficasse bem à vontade, afinal de contas estamos entre companheiros, enfim... não estamos falando direto para a RBS! E olha que tivemos muitos problemas [com a empresa]... e é sério! Porque cada um que deu alguma entrevista em alguma mobilização acabou sendo processado e temos vários companheiros nossos na situação, inclusive o Paulo, que está aqui, sabe disso. E tivemos que, em vários momentos, correr da imprensa, correr dos meios de comunicação porque o objetivo deles era nos incriminar, se nós falássemos qualquer coisa.

Com esse desfecho, Odair cedeu a palavra a Paulo, que começa dizendo que os meios de comunicação tinham que ser feitos para a sociedade. No entanto, para o assentado, essa socie-

dade convive com empresas de comunicação como, por exemplo, a RBS e a Globo, que consistem em instituições “que programam os trabalhos”.

Assim, continua Paulo, os integrantes do Movimento “têm que ficar correndo dos repórteres, dos jornalistas...”. No entanto, o agricultor não põe a culpa nesses profissionais, mas sim nas empresas que os contratam. “Ele [o jornalista] é mandado, assim como o soldado é mandado (...) ele obedece ordens”, compara.

Avançando em seu raciocínio, Paulo vê uma empresa de comunicação como “uma firma”, que possui normas próprias e, neste caso, os seus funcionários trabalharão de acordo com os ditames dessa “firma”. Lembrando as edições do JA, afirmou que, desde o ano de 2002, o MST não fala mais com o grupo RBS. De acordo com o agricultor, a decisão foi tomada

porque não adiantava! Era aquilo que a gente estava falando: nós só éramos usados. Às vezes, tu ficavas com a boca cansada numa ocupação, numa ação... de dar entrevista! E tu estavas consciente do que tu estavas falando! E quando tu ias assistir depois... né?! se tu tinhas falado meia hora, passavam [somente] vinte segundos ali. Algum errinho que tu fizeste, assim, que servia pro sistema. Então, isso foi criando uma revolta, principalmente aqui no estado, né Odair? Foi criando uma revolta no povo... que decidiu: não vamos falar mais!

Ainda sob o mesmo raciocínio, referindo-se às matérias onde aparecem as falas de algum integrante do MST, Paulo ressalva que “foram furos”, pois ninguém mais dá entrevistas para o grupo RBS. E o próprio agricultor indaga: “E o porquê disso? Porque, às vezes, nós nem estávamos na ocupação, mas nós íamos lá para ajudar. Daí nós dávamos uma entrevista e em cima dessa entrevista eles pegam e fazem todo o processo”.

Paulo crê que estas ações por parte do grupo RBS contribuíram para o desgaste do Movimento frente ao setor jurídico. Nesse

sentido, então, o agricultor lembra do comentarista Lasier Martins. Afirma que em uma determinada ocupação, numa época em que o jornalista “andava falando muito mal do MST” por ter ocupado uma fazenda-modelo, os integrantes o convidaram para ir até a ação. “Não tinha nenhum problema (...) assim como iam os repórteres, ele podia ir também”, observou.

A respeito dessa ocasião, Paulo recorda que fizera o convite ao vivo ao comentarista, que havia pedido uma entrevista, no ar, com alguém da ocupação. Sobre o contato com Lasier Martins, Paulo comentou:

A primeira coisa que eu fiz? Eu o desafiei! Eu disse: “Lasier, nós estamos assistindo você – os teus comentários – e eu gostaria que tu viesses aqui pra tu veres a verdade, pra nós conversarmos aqui dentro da fazenda, porque daí fica melhor de nós conversarmos vendo a realidade, [para compararmos] o que é mostrado na televisão com o que tem aqui dentro”. E ele disse que estava com problema no telefone e não nos entendeu mais (...) e quer dizer que não saiu a entrevista ao vivo.

Na sua primeira intervenção, ainda, Paulo disse que qualquer ação do MST ou outro grupo “menos favorecido” é “prato cheio” para a mídia tradicional brasileira. Ressalta também que a verdadeira realidade do País, das drogas, das favelas e da miséria, não interessa às empresas de comunicação.

Voltando às edições do JA, o assentado lembrou que, ao invés de a RBS informar que as reivindicações do Movimento eram direcionadas aos governos estadual e federal, a ênfase recaía somente neste último, “para não desgastar o governo [estadual]”. De acordo com Paulo, o mesmo enfoque pode ser atribuído também aos comentários de Lasier Martins.

Terceiro a falar, Jatir introduziu seu depoimento atentando para o fato de que, desde a descoberta do País, “esse sistema vem se ‘bandeando’ só para esses lados: só favorecendo a burguesia

e o pobre não tem vez”. Lembrando um velho ditado, resume a situação: “manda quem pode, obedece quem precisa”. Lembrou também do episódio envolvendo Paulo e Lasier Martins. Segundo Jatir, os dados da fazenda-modelo divulgados pela RBS eram falaciosos. No entanto, não há espaço para quem, segundo o assentado do “Sem Fronteiras”, “conhece a verdade”.

Colocando o grupo RBS e a política (“essa corja aí!”) num mesmo nível, Jatir afirma que os mesmos possuem interesses a serem protegidos. Nesse sentido, quando alguém do MST “fala uma palavrinha mal”, isso é noticiado justamente para manter os objetivos vigentes. Desta forma, “passando só o que interessa a eles”, o Movimento decidiu não dar mais entrevistas à empresa da família Sirotsky.

No mesmo sentido, Jatir afirmou que os integrantes do grupo RBS deveriam ter caráter. Tecendo comparações, salientou que “a RBS tem bem menos caráter do que qualquer um de nós, aqui, que não temos estudo”. E complementa:

Porque quando tu estudas e tu aprendes o que é certo, o que é errado, o que tu podes, o que tu não podes fazer, e tu fazes errado, aí eu acho que tu tens que ser punido! Agora, quando é uma pessoa meio “grossa”, aí eu acho que se deve dar um entendimento de acordo com o que ele sabe (...) eu não estou dizendo que nós podíamos, ou não, fazer isso que nós fazemos. Nós achamos porque tem que fazer... e tem que ser feito! (...) se nós não formos à luta... por exemplo, eu, no fundo, não seria de acordo em trancar uma faixa (...) mas, infelizmente, é o único jeito que eles olham pra nós! Não tem outro jeito!

Quando da seca gaúcha de 2004, que foi noticiada pelo JA, Jatir sustentou que a Farsul<sup>18</sup> negociou empréstimos a longo prazo, para os seus agricultores. Enquanto isso, sobraram somente as

<sup>18</sup> Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.

promessas ao Movimento, “porque não veio nada (...) eles já gastaram a parte deles e nós ainda estamos esperando”, ressaltou o integrante do MST.

Ao pedir a palavra, o filho de assentados Marcelo começou a sua fala explicando que, por estar estudando, não estava convivendo, naquele momento, com o dia-a-dia do Movimento. Com relação à RBS, disse ser a empresa uma conhecedora da realidade dos Sem-Terra. No entanto, ressaltou que ela (a RBS) não faz nada para melhorar a situação dos agricultores.

Com base nisso, Marcelo questiona o que realmente interessa ao grupo RBS. Sustenta que o objetivo da empresa é simplesmente criticar o MST e suas causas, não o deixando “crescer”. Segundo ele, “o modelo que foi criado é um modelo que diz: os movimentos sociais nunca deram certo. É nessa linha que nós [a RBS] temos que seguir!”, reflete.

Seguindo no mesmo raciocínio, Marcelo afirma que não interessa ao JA noticiar o que realmente é o Movimento, mas sim “destruir e não mostrar a verdadeira realidade”. Segundo ele, o grupo RBS deveria reconhecer a situação dos brasileiros, principalmente dos mais necessitados. No entanto, resalta que a empresa não faz nada para modificar tal contexto.

Finalizando a declaração de Marcelo, do assentamento “Nova São Pedro”, a investigação retomou a exposição das edições do JA, que privilegiaram o Movimento durante o “Abril Vermelho”. Nesse sentido, foram veiculadas as edições 7, 12, 17 e 18.

Ao retomar a discussão, e após mais alguns segundos de indefinição, Jatir pediu novamente a palavra. Começou enfatizando que o Movimento não é um partido político. No entanto, acrescentou que tudo gira em torno de uma política. Além disso, os Sem-Terra são eleitores, “então, é muito óbvio que de algum lado nós temos que estar”, declarou.

Na mesma linha de raciocínio, Jatir tece um comentário político sobre a mídia:

Não existe uma religião, um movimento ou qualquer coisa que seja que não tenha um partido, em-

bora eles não tenham aquela tendência, aquele “fanatismo”, né?! (...) antigamente, no governo Olívio, qualquer morte era assunto para o Lasier “abrir o bebedouro de lavagem dele ali”... e criticar! E, hoje, morrem três ou quatro vezes a mais e ninguém fala em segurança pública! Tá morrendo pobre ali na rua e ninguém fala em segurança pública. Não precisa mais... é o deles que tá lá hoje<sup>19</sup>.

Recordando as edições 7 e 12, que abordaram a venda de lotes pelos Sem-Terra, Jatir declarou que tais afirmações são feitas por pessoas que não passam pela realidade dos agricultores ligados ao Movimento. “Eles tinham que sentir na pele... eles nunca foram pobres!”, exalta-se. Sobre a mesma questão, ressaltou que ninguém entra em um lote já com o objetivo de vendê-lo. Segundo o assentado, os integrantes do MST têm a esperança de produzir e comer, deixando, dessa maneira, de serem “escravos na cidade”.

No entanto, a mídia e as dificuldades para conseguir recursos fazem com que muitos abandonem os lotes. Assim, estes são ocupados novamente por outras pessoas e “eles [os meios de comunicação] dizem que daí é venda (...) pra criticar eles estão ‘à toda’. Falam que é venda de lote. Isso não existe”, frisa Jatir. Ponderando a questão, o agricultor afirma que atitudes erradas podem vir a acontecer, mas, por outro lado, sustenta que a mídia também comete equívocos.

Com relação às questões que envolvem a produtividade, Jatir afirma que nem sempre os grandes produtores “são corretos”. Nesse sentido, o agricultor conta o caso de uma ocupação feita numa fazenda de 7800 hectares, que possuía três donos, sendo que um deles não residia no Brasil. Além disso, os proprietários tinham “bilhões de dívidas”.

“Então por que não repartir com quem precisa?”. Esta é a pergunta que faz Jatir. Na continuação do seu raciocínio, o agricultor recorda um comentário de Lasier Martins questionando o fato de

---

<sup>19</sup> Em alusão ao governador gaúcho Germano Rigotto.

que distribuir terras para os colonos não tinha sentido, uma vez que estes “nunca tinham nada para vender”.

Comentando a fala de Lasier Martins, Jatir disse que, na verdade, o objetivo dos agricultores é, em primeiro lugar, garantir a própria alimentação. “Depois, se pensa em vender! Se sobrar, aí tudo bem. Mas, primeiro, as pessoas têm que sobreviver e não passar fome que nem na cidade!”, indigna-se.

Novamente, ao abordar o papel da mídia nesse contexto, Jatir salienta que os lotes bem-sucedidos e as cooperativas, por exemplo, jamais são notícia. Em contrapartida, as áreas precárias, sim. Mostrando um misto de mágoa e revolta, o agricultor declara:

Isso é uma covardia que eles [os meios de comunicação] fazem. As pessoas, na cidade, eu acho que o último direito que as pessoas podiam tirar do pobre é o direito de trabalhar. Porque eles tiraram o direito de se divertir, o direito de tu comeres bem, de tu conheceres alguma coisa... tiraram todos esses direitos! E, por último, tiraram o direito das pessoas trabalharem. Isso é “o fim da picada!”. Aí, tem gente boa que acaba roubando. Eu não quero isentar quem está roubando, mas tem gente boa que acaba tendo que fazer isso.

Permanecendo no mesmo tema, Jatir lembra a questão do advento das tecnologias no meio rural, o que, por conseguinte, desemprega as pessoas. Reconhecendo a gravidade da situação, afirma que “ninguém tem culpa de ter nascido pobre (...) [assim] de alguma maneira, elas [as pessoas] têm que viver”.

Citando novamente um comentário de Lasier Martins, Jatir aprofunda a questão lembrando que, em uma de suas falas, certa vez, o comentarista se direcionou ao telespectador indagando qual era a semelhança entre a ocupação no Iraque e a invasão que o Movimento fez em uma determinada fazenda no Rio Grande do Sul nesse mesmo período. A formulação da pergunta indignou Jatir: “no Iraque era uma ocupação! Não era invasão. Agora, sobre



nós é invasão!”. Na seqüência, o Sem-Terra ressaltou os termos pelos quais o Movimento é comumente chamado nos meios de comunicação: “invasores” e “anarquistas”.

Demonstrando mais uma vez indignação com os meios de comunicação, Jatir salientou que tais declarações magoam as pessoas: “Tchê, as pessoas estão buscando um jeito de comer, de sustentar famílias, de viver pra não incomodar, talvez, esse [referindo-se a Lasier Martins] (...)”.

Por outro lado, o agricultor lembra que o tratamento dispensado pela mídia aos latifundiários é distinto. Neste sentido, estes são chamados de “produtores rurais” e “não são anarquistas”, mesmo quando “trancam toda a Porto Alegre com os seus tratores”, afirma.

No momento em que o JA noticia que o Movimento quer mais recursos financeiros para si, Jatir vê nova distorção. Sobre as edições que abordaram essa questão, o assentado salienta que a verba pedida não havia chegado: “Às vezes, eles [os meios de comunicação] falam que a gente quer mais recursos, mas não veio aquele primeiro ainda! Não é que nós queremos mais, nós queremos aquele bocado ainda, que nós estamos há tempos procurando!”, esclarece.

Finalizada a fala de Jatir, é a vez de Jair, do assentamento “União”, pedir a palavra. Começa fazendo menção às falas de Lasier Martins. Salientou que os comentários apresentados naquela manhã não eram piores do que outros já vistos pelo agricultor. Afirmado sentir repugnância com relação a certas declarações do comentarista do JA, destacou – “em outras palavras” – que o social não é problema nas falas de Lasier Martins. O grave no Brasil é a economia, pois o capital deve manter-se em boa situação.

Jair também abordou que todas as falas de Lasier Martins ligam o Movimento ao crime, o que acaba impedindo a conquista da simpatia da sociedade pelo MST. Conforme o agricultor, quando os meios de comunicação agem nesse sentido, acabam enfraque-

cendo a imagem dos Sem-Terra perante às pessoas. “Essa é a maior arma da mídia”, constata.

Numa referência clara às edições que abordaram João Pedro Stedile, Jair destaca que os meios de comunicação têm o hábito de atacar principalmente os dirigentes do Movimento, incriminando-os. Tal contexto gera desconfiança na opinião pública, segundo ele. Já sobre as falas de Ana Amélia Lemos a respeito da venda ilegal de lotes de terra, o agricultor fez coro ao comentário de Jatir. Nesse sentido, salientou que no Rio Grande do Sul, hoje, existem quase dez mil famílias assentadas e, nessa situação, acontecem cerca de 130 casos envolvendo a pauta da jornalista. Explica que a situação se deve “por vários motivos que o governo e o próprio capital impõem, e isso [o número de vendas] é muito pouco!”.

Pedindo a vez, Odair novamente disse que a mídia cumpre a tarefa de manter a estabilidade do atual modelo político-econômico. Sobre as matérias, afirmou serem estas muito mal intencionadas e, a respeito desse ponto, lembrou o comentário de Jatir sobre as notícias dos pedidos de verba feitos pelo MST. Para ele, o enfoque dado pelo JA leva a crer que nada é suficiente para o Movimento, o que acaba gerando a desconfiança da sociedade.

A respeito da matéria da repórter Giana Cunha, de Bagé, que aparece na edição número 12 do *corpus* desta pesquisa, o assentado Odair afirma que o fato de veicularem imagens dos Sem-Terra sendo interpelados pela polícia também promove um repúdio e um conseqüente afastamento da sociedade para com o MST. Assim, conforme contata o agricultor, cria-se “uma imagem distorcida do Movimento através dos meios de comunicação”.

No momento em que o JA liga o Movimento ao crime, há, para Odair, uma legitimação do monitoramento dos Sem-Terra pelos fazendeiros, “a burguesia, a estrutura capitalista”, como foi o caso da matéria anteriormente citada. Por outro lado, ocorre também um processo de deslegitimação das lutas sociais.

Às sucessivas trocas do nome de João Pedro Stedile durante as falas de Lasier Martins, Odair afirmou que o comentarista era mal intencionado. Ao errar, ele (Martins) tentou “desmerecer” o líder

“como pessoa em si”. Considerando isso, o assentado do “Nova São Pedro” disse que tal atitude não era motivo para condenar todos os funcionários da RBS, mas “ele [Lasier Martins] é o tipo de comentarista que o sistema precisa para se manter”, concluiu.

Fazendo novamente o uso da palavra, Paulo fez uma abordagem da história dos movimentos sociais no Brasil. Pontuou alguns fatos ocorridos desde o século 18. Citou alguns líderes religiosos como, por exemplo, Antonio Conselheiro que, segundo o agricultor, desde aquele tempo “já incomodava o sistema vigente”.

Destacando sempre a força coercitiva das autoridades como, por exemplo, os militares, “que utilizavam as suas armas”, Paulo foi listando uma série de conflitos envolvendo a questão do poder pela terra entre o “povo pobre” e o “povo rico” até chegar aos dias atuais do MST e os meios de comunicação.

Para o agricultor, hoje, a arma mais poderosa, para destruir os movimentos sociais “e, principalmente, o MST”, são os meios de comunicação. Segundo Paulo, através de uma falsa democracia, a mídia mostra única e exclusivamente aquilo que é do seu interesse. Sendo assim, “essa arminha está dentro de qualquer casinha”, reflete o assentado.

Recordando os tempos em que trabalhou por 13 anos nas fábricas do Vale dos Sinos, Paulo disse que ganhava um salário que mal garantia o sustento dele e de sua família. “Eles [os empregados] sobrevivem muito mal, porque a maioria paga aluguel, paga luz, paga água, tem que comprar bóia (comida)... então, eles ficam revoltados lá dentro!”, explica o agricultor.

A revolta se agrava devido à incapacidade das pessoas de comprar roupas ou, até mesmo, “um terreninho, pra construir uma casinha”, devido aos baixos salários. Nesta realidade, ao chegarem em casa, os trabalhadores ligam a televisão e vêem a novela o que, de acordo com Paulo,

é um comprimido para aquele trabalhador dormir! Ele assiste todas as novelas (...) as três novelas,

assiste a RBS, assiste o Jornal Nacional. Depois tem um filme “bom” americano, pra olhar, que a gente nunca entende (...) e, assim, tu vais dormir tranqüilo! Tu chegaste da fábrica, tu estavas revoltado lá, tu sabias que o teu dinheiro não iria chegar, mas tu chegas em casa, tu ligas a televisão, e ali está a novela, e tu sentas com os teus filhos e a tua mulher, e fica assistindo, “tá beleza” e no outro dia tu vais trabalhar de novo! E assim as pessoas passam... E morrem! Muitos já morreram e outros estão morrendo só com o sonho!

Nesse contexto, então, Paulo justifica a sua comparação entre as armas e os meios de comunicação. Para ele, ambos são danosos aos seres humanos e servem para manter uma classe social – “a elite” – no poder, enquanto os dominados permanecem à míngua. A presente realidade faz com que os movimentos sociais não se sintam inseridos na sociedade. Paulo ressalta, nesse sentido, que o MST, “em vinte anos de lutas”, só obtém algo dos governos através das pressões, “de gritar: olha, nós estamos aqui! Nós queremos alguma coisa!”, observa.

O assentado também lembra que os discursos dos comentaristas do JA, Ana Amélia Lemos e Lasier Martins, também corroboram para a exclusão do MST da sociedade a partir do momento em que esse é enquadrado por aqueles como “marginais”. Nesse sentido, Paulo afirma que os Sem-Terra “são gente igual aos outros”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio do seu colega, Jair vai além: afirma que, hoje em dia, a mídia intervém nos poderes judiciário, legislativo e executivo. Assim, na opinião do agricultor, os meios de comunicação mudam as correlações de força, pois “investigam e sabem de tudo”. Indignado, Jair também lembrou o ex-radialista da rádio Gaúcha, Rogério Mendelski, quem, certa vez, enquadrava as escolas dos assentamentos do Movimento como “formadoras de Bin Ladenzinhos”, fazendo alusão ao terrorista saudita.

Atentando novamente para Lasier Martins, Jatir, em sua terceira intervenção, disse que gostaria de conversar com o comentarista, a fim de esclarecer determinados assuntos. “Eu queria dar um show de conversa nele! E isso que ele é formado e eu não sou! Não tenho formação nenhuma. A minha formação é o mundo e a verdade”, salienta.

Recorrendo a outro tópico apontado durante a primeira reunião, Jatir afirmou que todo o trabalho feito em 20 anos pode ser destruído em pouco tempo pela mídia (“a mentira, muitas vezes dita, uma vez vira verdade”), pois esta, a exemplo do que falou Paulo, está presente na casa de qualquer pessoa. “É uma briga entre um elefante e uma formiga”, ressaltou o mesmo Paulo, comparando a relação entre a RBS e o MST.

Otimista, Paulo faz uma análise positiva da luta de duas décadas do Movimento. Disse que espera poder dar um futuro melhor para os seus filhos e netos. Acredita o agricultor que, com a cooperação de “todos os aliados”, a situação atual pode ser modificada para melhor. Ressaltou as conquistas dos movimentos sociais e, novamente, culpou os meios de comunicação pela imagem ruim do Movimento perante a sociedade, “que não tem culpa”. Sem dar mais detalhes, também salientou que as mídias alternativas podem, sim, servir de alavanca para o sucesso do MST.

Nessa altura da discussão, é importante notar que, em nenhum momento, os integrantes do MST que estavam na reunião demonstraram sinais de cansaço. Mesmo indo além do tempo proposto, de cerca de uma hora, os agricultores permaneceram no local, com exceção das mulheres presentes no início, que não pediram para falar e, aos poucos, foram saindo da sala.

Ouvindo o som das crianças brincando em frente ao galpão onde o grupo se reunia, o pesquisador encerrou a primeira parte da investigação, a do grupo de discussão, e, em seguida, reuniu-se com os demais integrantes do Movimento presentes no assentamento para o almoço.

### **3.4 A identidade cultural como forma de mediação do MST**

Conforme foi proposto na metodologia desta investigação, após a etapa do grupo de discussão com os integrantes do Movimento, o pesquisador realizou as entrevistas por pautas<sup>20</sup>. Foram destacados alguns integrantes, presentes no primeiro momento, com vistas a diagnosticar as mediações presentes nos seus contextos de recepção dos textos do JA sobre o MST.

Vale ressaltar que a escolha dos agricultores assentados foi feita com base na observação das pessoas mais motivadas no processo anterior. Sendo assim, foram designados quatro integrantes do MST para esta segunda parte do trabalho, a saber: Jair da Silva Fagundes, Jatir José Mazzeti de Araújo, Paulo da Rosa Lima e Odair Santos de Moraes.

#### **3.4.1 “Quem ameaça é inimigo e é desta forma que nós somos tratados”**

Jair, o primeiro entrevistado, tem 28 anos. Natural de Tenente Portela, no norte do Rio Grande do Sul e divisa com o estado de Santa Catarina, apresenta, em suas origens familiares, a etnia dos índios e dos negros. Casado, é pai de um filho, Murilo Queiroz Fagundes, de dois anos.

Morando em São Leopoldo, Jair trabalhava na construção civil. Em 1993, aos 16 anos, ingressa no MST incentivado por um tio, o seu avô e um primo, que já faziam parte do Movimento. Acampado primeiramente em Encruzilhada, retorna a São Leopoldo para discutir o seu destino com a família.

Cansado da vida sem perspectivas que levava na cidade, o então adolescente Jair não só acabou optando por entrar definitivamente no Movimento como, também, levou dois de seus irmãos, o

---

<sup>20</sup> Essa fase da pesquisa foi feita no turno da tarde.

mais velho e o mais novo, para o acampamento. Assim, almejava dar um novo rumo em sua trajetória.

Antes de ingressar no MST, Jair havia estudado até a 5<sup>a</sup> série do ensino fundamental. Depois de assentado, após dez anos, decidiu retornar aos estudos fazendo o curso supletivo e vislumbrando, no futuro, o curso de técnico em administração, do próprio Movimento, localizado em Veranópolis.

Em termos religiosos, Jair se dizia um católico não praticante. Confessou que só “lá de vez em quando” costumava ir à missa. No entanto, como sua esposa – que ele chama de companheira – é praticante, o assentado mudou seus hábitos: agora, tem ido mais seguido à igreja.

Sobre a política, até 2004, era filiado ao PT. No entanto, com as denúncias de corrupção envolvendo nomes do partido, Jair resolveu desfiliar-se e, hoje, se diz uma pessoa neutra. Nesse sentido, salienta que há total liberdade de escolha nos assentamentos.

No que se refere às relações do MST com os governos federal e estadual, Jair enxerga conjunturas diferentes, tanto na época em que Fernando Henrique Cardoso e Olívio Dutra (1999-2002) eram, respectivamente, o presidente do País e o governador do Rio Grande do Sul, quanto agora, onde o presidente é Lula e o governador é Rigotto (2003-2006).

Salienta o assentado Jair que as relações do MST com o governo Cardoso foram de constantes embates. O Movimento era o inimigo número um do presidente, pois a visão deste ia de encontro às perspectivas daquele. Nesse sentido, o agricultor lembra que tal período foi marcado por massacres como, por exemplo, o de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará.

Ao mesmo tempo, Jair reconhece que a era Cardoso foi também marcada por muitas vitórias: apesar dos constantes conflitos, o agricultor crê que o Movimento atingiu vários objetivos, tais como a conquista de novos assentamentos, a liberação de créditos e a cesta básica para os integrantes do MST.

Em nível estadual, a vitória de Olívio Dutra foi, por tabela, uma conquista do MST, que ajudou a elegê-lo. No entanto, per-

ceberam que o governador, por si só, não teria poderes para lutar pelo Movimento. Mesmo assim, decidiram não “comprar briga com Olívio”.

A mesma lógica foi adotada com relação ao governo Lula. “Estamos esperando por ele”, afirma Jair que, em nível estadual, compara o período atual do governo de Rigotto com o de Fernando Henrique Cardoso. Sobre os embates com a polícia, para o agricultor, com Olívio e Lula, o MST “não apanha tanto”.

No sentido de pressionar os governos, Jair vê nas marchas, nos bloqueios de estradas e nas ocupações de propriedades rurais e prédios públicos formas dignas de lutar pela terra. De braços cruzados e sem união, o agricultor afirma que nenhum grupo alcançará os seus objetivos.

Reconhecendo que tais ações podem causar a antipatia da sociedade, todavia, Jair salienta que não existe outra maneira de o Movimento ser visto e, ao mesmo tempo, gritar pelos seus ideais de luta. Para ele, infelizmente, de uma forma ou de outra, sempre existirão pessoas descontentes com os Sem-Terra e suas causas.

O agricultor também concebe o papel do Movimento na sociedade brasileira como a última chance para resgatar a dignidade dos trabalhadores, sejam eles do campo ou da cidade. Através do MST, acredita que é possível buscar melhores possibilidades de vida para as pessoas. Uma vez inseridos no MST, esses indivíduos adquirem uma identidade de luta pela reforma agrária e a justiça social.

Numa realidade em que os pequenos são excluídos, conforme salienta Jair, a globalização prejudica o MST. Em um sistema “criado para meia dúzia”, o Movimento surge como um ator imbuído em lutar por uma melhor qualidade de vida para os cidadãos brasileiros, fadados ao descaso.

Atentando para o aspecto multicultural e diaspórico do Movimento, Jair lembra que, em Canguçu, a maior parte dos assentados pertence às regiões norte e noroeste do estado, “que têm um jeito de falar diferente, têm um sotaque diferente, tem o jeito de andar diferente, têm a forma de lazer que é diferenciada (...)”.



Segundo ele, essas características particulares de cada um fazem a diferença na hora de identificar uma determinada pessoa dos Sem-Terra.

Com relação à rotina de Jair para com os meios de comunicação, o assentado diz ser um crítico telespectador de noticiários como, por exemplo, o JA, o RBS Notícias e o Jornal Nacional, da Rede Globo, o Jornal do SBT, e o Band News, canal fechado da Rede Bandeirantes.

Assim, depois de assistir os noticiários televisivos, Jair tem com hábito refletir sobre o que foi visto e, posteriormente, discutir determinados assuntos com os demais colegas. Ainda sob essa discussão, vê que os meios de comunicação tratam o MST como um inimigo do sistema, justamente porque o Movimento ameaça a atual estrutura neoliberal.

“Quem ameaça é inimigo e é desta forma que nós somos tratados”. Para Jair, essa realidade sempre aconteceu com os excluídos, independente de ser o MST ou não. Servindo ao sistema vigente, a mídia tradicional brasileira sempre incriminou os menos favorecidos.

Mesmo assim, Jair vê, na mídia, uma forma interessante de divulgar as ações do Movimento para os cidadãos. No entanto, essa não é a única. Crê o assentado que a distribuição de alimentos para hospitais, asilos e escolas é uma boa maneira de inserção positiva do MST na sociedade.

Trazendo a discussão sobre os meios de comunicação para o nível gaúcho, a relação do MST com a RBS é vista por Jair como algo inexistente. Para o agricultor, sempre houve repressão do grupo sobre o Movimento. Assim, os Sem-Terra optaram por não conceder mais entrevistas a essa empresa, conforme abordado no grupo de discussão.

Além disso, Jair afirma que o Movimento não permite que a RBS TV filme os seus acampamentos, pois tudo o que há de bom é omitido. Na opinião do agricultor, a opção de não conceder entrevistas para o grupo RBS não passa uma imagem ruim para a

sociedade, uma vez que existem as rádios comunitárias e jornais de nível local que são confiáveis.

No caso específico da RBS, Jair salienta que além de o grupo prejudicar a imagem do Movimento através da veiculação de informações distorcidas, há um prejuízo econômico, pois toda a vez que isso acontece, os Sem-Terra são obrigados a gastar dinheiro com panfletos, com o objetivo de reverter a situação formada pela empresa.

### 3.4.2 “Eu vejo, mas não gosto”

O segundo entrevistado, Jatir, 38 anos, é natural de Palmeira das Missões. Criado no meio rural, “na colônia”, o agricultor lembra que a vida no interior era melhor na sua época de infância. Alega que sua família era bastante grande, mas viviam “tranqüilos”, aponta.

Devido a problemas financeiros e de saúde na família, os Mazzeti de Araújo venderam a sua terra e acabaram indo tentar a vida na cidade. Assim, a família se espalhou por vários municípios: do início, em Nonoai, alguns foram depois para Chapecó, no estado de Santa Catarina, outros se deslocaram para Parobé e Jatir rumou para Porto Alegre.

Na capital gaúcha, Jatir aprendeu a trabalhar como pedreiro. “Hoje, eu posso dizer que sou um profissional... fiz muita casa boa!”, diz o agricultor, orgulhoso. Depois disso, foi para Xanxerê, em Santa Catarina, onde conseguiu, por intermédio de um tio, outro emprego de pedreiro em uma fazenda.

Lá, trabalhou dois anos e, em meados de 1989, voltou para Parobé, onde também conseguiu emprego. No entanto, a situação começou a ficar mais difícil. O salário diminuiu enquanto a mão-de-obra aumentava cada vez mais. Um tempo depois, Jatir casou e foi trabalhar na empresa Azaléia<sup>21</sup> como cortador.

“Sem chances”, retornou à capital Porto Alegre, onde permaneceu por mais sete ou oito anos. Levando uma vida “razoável”,

<sup>21</sup> Empresa brasileira do ramo calçadista.

Jatir decidiu entrar no Movimento, mais precisamente em 2001. Como seus irmãos já estavam acampados, o agricultor foi conhecendo a realidade do MST e, aos poucos, chegou à conclusão de que aquela era a única escolha que lhe restava: “Mais dia, menos dia, aquele serviço em Porto Alegre ia terminar”, explica.

Há três anos assentado no “Sem Fronteiras”, Jatir é, hoje, uma pessoa mais feliz:

eu entrei pra obra com 13 anos e trabalhei até os 36. Trabalhava direitinho, nunca botei fora o dinheiro (...) não conquistei nada, tchê! Daí, em três anos que eu tô aqui, eu tenho a minha casinha, umas dez, doze cabeças de gado (...) então, hoje, eu já posso dizer que sou um cidadão, que eu comprei alguma coisa pra mim.

Casado com Fabiane, Jatir é pai de três filhos: Débora, 14 anos, Eduardo, cinco anos, e Bernardo, o mais novo, na época com 20 dias. Estudou até a 6ª série do ensino fundamental e quando foi para Nonoai tentou novamente retomar a vida de estudante. Conseguiu concluir a 7ª série, mas parou na 8ª. O agricultor é católico não praticante. Eleitor do PT até as últimas eleições, hoje, ele se considera uma pessoa sem preferência político-partidária.

Analisando a situação atual, Jatir acredita que, hoje, o Movimento é “o salvador da pátria”. Para o agricultor, “está quase impossível viver”. Nesse sentido, põe a culpa nos políticos. Salienta que todas as pessoas precisam viver e, assim, a distribuição de renda torna-se fator imprescindível para ele. Indignado, afirma: “Enquanto que eles [os bancos] dão um milhão para um fazendeiro, ele bota ali dois ou três empregos (...) se dão um milhão para o pequeno agricultor, ele faz quase mil empregos!”.

Por causa da difícil situação dos brasileiros, “às vezes, têm pessoas boas que roubam”. Para solucionar isso, Jatir afirma que a união dos trabalhadores é fundamental: “os filhos estão crescendo

e precisam de um espaço. Então, nós vamos buscar!”, afirma o assentado.

Em termos de relações com os governos federal e estadual, o Movimento passou por bons e maus momentos. Nesse sentido, o agricultor relata que as pressões contra Fernando Henrique Cardoso, por vezes, acabaram trazendo bons resultados para os Sem-Terra. Sem tecer muitos comentários, sobre o governo Lula, o sentimento de Jatir é de decepção.

Na relação com os governadores estaduais, Olívio Dutra “sempre foi companheiro (...) era um cidadão que enxergava a realidade do povo”. Considerado um político coerente na visão de Jatir, o ex-governador gaúcho era uma pessoa de fácil acesso, ao contrário do atual, Germano Rigotto, que, segundo o agricultor, só fez promessas.

Em detrimento à nova realidade globalizante, Jatir crê que o Movimento caminha na contramão. Reconhecendo mudanças no setor rural devido ao processo, o assentado vê nos meios de comunicação os grandes responsáveis pela manutenção da ideologia dominante.

No caso do Rio Grande do Sul, o agricultor salienta que o grupo RBS distorce sempre o que é veiculado sobre o Movimento. “Eles falam o que eles querem (...) sempre vêem o lado que o MST é baderneiro, que estão ali querendo mais dinheiro, que estão destruindo (...)”, enfatiza o assentado. Devido ao tratamento dispensado por parte da mídia gaúcha aos Sem-Terra, Jatir reconhece que o MST foi obrigado a repensar determinadas ações.

Sobre essa mídia, “infelizmente”, Jatir assiste diariamente a RBS,

até mesmo por ser a notícia local. Mesmo assim, assisto como defesa, não que eu goste. É só pra ver como eles me criticam (...) tu tens que saber o que eles estão falando (...) [embora] eles só passem o que interessa pra eles. Daí o resto, pra eles, é resto. Não tem espaço! Em nível de rádio, daí, também, hoje, no

Rio Grande do Sul, eu acho que predomina a [rádio] Gaúcha, né? E daí é aquilo... é também uma “máfia”. Eu acho que se, hoje, fizessem uma pesquisa, eu acho que eles têm a maioria dos ouvintes, mas tenho certeza que a maior parte do povo não gosta deles! Eu diria que eu teria tranquilamente pra dizer pra eles que eu vejo, mas não gosto (...) tá um caos, hoje, os meios de comunicação no Rio Grande.

Para o agricultor, antes, os meios de comunicação não davam tanto valor ao Movimento. No entanto, com o passar dos anos, começaram a posicionarem-se de maneira contrária, fazendo críticas “sem explicação”: “Todo mundo tem que ter chances (...) a gente tenta colocar as pessoas no caminho certo e a mídia não vê isso”, salienta o assentado.

O tratamento brando da mídia com relação ao Movimento começou a mudar a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. Ao mesmo tempo em que o MST foi progredindo, os meios de comunicação “começaram a se dedicar a trabalhar contra nós [os Sem-Terra]”.

No Rio Grande do Sul, a exemplo do que disse o colega Jair, o assentado Jatir não vê nenhuma convergência de posicionamentos com a empresa da família Sirotsky: “A RBS foi tão cafona, tão covarde”, que o Movimento deixou de dar entrevistas para o grupo. “Toda a vez que tu davas entrevistas, tu estavas trabalhando contra ti!”, esclarece.

Questionado se essa estratégia de não conceder mais entrevistas à RBS não poderia ter efeito contrário ao pretendido, Jatir acredita que não. Justamente porque o Movimento dá entrevistas para outras emissoras, o agricultor crê que o posicionamento do MST não prejudica a sua imagem frente à sociedade.

Por conseguinte, a marcha é apontada por Jatir como a melhor estratégia de pressão sobre o governo o que, ao mesmo tempo, dá maior visibilidade ao Movimento em nível nacional. Segundo ele, apesar do trabalho contrário da mídia, em ações como essa, a sociedade consegue enxergar a realidade dos Sem-Terra.

Dentro dessas estratégias, o agricultor explica que, às vezes, muitas das ações do Movimento como o bloqueio de estradas, por exemplo, são realizadas, embora os integrantes do MST saibam que elas podem prejudicar muitas pessoas do mesmo nível dos assentados. No entanto, Jatir afirma que somente dessa forma o governo vai enxergá-los.

Terminando a sua entrevista, Jatir não poupou críticas aos funcionários da RBS. Para ele, Rogério Mendelski, no passado, e Lasier Martins, no presente, são os mais mal intencionados. Segundo o agricultor, não existe verdade no que vem do grupo, mas reforça: “Lasier é o pior de todos”.

### **3.4.3 “Eu vejo uma perseguição!”**

Paulo foi o terceiro entrevistado. O assentado tem 43 anos e, assim como Jatir, é natural de Palmeira das Missões. Junto com mais nove irmãos, cresceu numa propriedade de cinco hectares de terra e, com 16 anos, começou a trabalhar ainda no campo. Mais tarde, foi para a cidade de Novo Hamburgo com o objetivo de melhorar de vida. Posteriormente, voltou para a casa dos seus pais, em Palmeira das Missões, onde casou. Mais uma vez, deslocou-se para Novo Hamburgo e por lá ficou trabalhando em fábricas de calçados por cerca de 14 anos.

Como já tinha uma irmã assentada em “Nova Santa Rita”, por volta de 1989, também decide procurar o Movimento, para se tornar um membro dos Sem-Terra, tendo, como objetivo principal, adquirir “um pedaço de terra” a fim de poder sustentar a sua família: a mulher Jussara, os dois filhos provenientes do primeiro casamento, Daiana, de 22 anos, e Henrique, de 15 anos, e mais uma enteada. Desde 2003, Paulo está no “Sem Fronteiras”.

De formação católica, o agricultor estudou até a 4ª série do ensino fundamental e, devido ao trabalho, teve que largar os estudos. Primeiramente, influenciado pela sua família, era eleitor do PDT (Partido Democrático Trabalhista). Depois, Paulo mudou

para o PT, “que, pelo menos por enquanto, ainda é um partido que dá para votar”, salienta.

Falando sobre a trajetória de luta pela terra, Paulo afirma que o MST tem uma grande responsabilidade frente à sociedade na atualidade. Acredita que através do Movimento as pessoas poderão ter uma vida mais digna, com liberdade para dizerem o que pensam, terem direito ao estudo e à vida digna, poderem comer e também se vestirem.

O MST não é diferente de uma sociedade. Para Paulo, símbolos como o hino, a bandeira (“criada em um encontro em Cascavel, no Paraná, em 1986”), a camiseta e o boné são fatores que identificam o Movimento na sociedade, “assim como um time de futebol”. Especificamente, no que se refere à bandeira do MST, Paulo afirma que o vermelho representa o sangue daqueles que morreram nas batalhas do Movimento. Ao falar que a cor branca significa a busca pela paz, orgulhoso, o agricultor acrescenta que a única arma dos Sem-Terra é a fala, a história.

Sobre o relacionamento do MST com os governos em nível estadual e federal, Paulo afirma que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu a existência do Movimento e, com o apoio da mídia, seu período foi marcado por uma série de processos contra integrantes dos Sem-Terra.

No entanto, com a vitória de Olívio Dutra, em 1998, a situação melhorou para o MST no Rio Grande do Sul. Sobre isso, Paulo reconhece que havia mais compromisso com a questão do campo por parte do então governador. Entretanto, a justiça se posicionou de maneira contrária aos atos do mandatário gaúcho.

Para Paulo, Olívio foi um dos governadores que assentou mais famílias no estado. “Quando o Olívio entrou, em 1999, nós tínhamos 4600 famílias assentadas e, quando o Olívio saiu, nós estávamos com 11800 famílias assentadas”. Por esse motivo, o agricultor comenta que o período do governo de Fernando Henrique Cardoso não foi de todo ruim.

Através de pressões como, por exemplo, as ocupações da sede do INCRA em Porto Alegre, o MST conseguiu muitas vitórias

na concepção de Paulo. Embora Fernando Henrique Cardoso tratasse “a reforma agrária de forma diferente”, foi criado, em seu governo, o projeto “Banco da Terra” que, entretanto, segundo o assentado, não obteve o resultado esperado.

Com relação aos atuais governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Germano Rigotto, Paulo não viu avanços. Para ele, o atual presidente não rompeu com a política para o campo, feita por Cardoso. No Rio Grande do Sul, a diferença entre o antigo e o atual governador foi gritante. Nas ocupações, por exemplo, foi salientado que havia negociação; agora, a polícia intervém, a exemplo do que aconteceu no governo de Antônio Britto (1995-1998), na época no PMDB<sup>22</sup>.

Frente ao processo de globalização, Paulo comenta que movimentos sociais como o MST são tratados como marginais, “que não têm direito à nada”. Para ele, a nova ordem mundial dificulta a vida dos Sem-Terra, por causa “da modernização que está sempre avançando”.

Diante disso, Paulo explica que, hoje, o Movimento é obrigado a pensar na agroindústria. No entanto, o MST ainda engatinha nesse sentido. Para o agricultor, as dificuldades são, portanto, imensas. Apesar disso, há um esforço muito grande dos Sem-Terra em acompanhar as transformações do campo.

Os meios de comunicação fazem parte da rotina de Paulo. “Mas não por prazer!”, adverte o agricultor. Segundo ele, existe uma espécie de vício, de curiosidade em saber o que os mídia estão noticiando. Assim, os telejornais da RBS TV permeiam o dia-a-dia do assentado.

Pelo fato de o MST ser um movimento social “que ameaça o latifúndio”, o qual, segundo Paulo, é “parceiro” do grupo RBS, o agricultor percebe uma descaracterização dos Sem-Terra no cenário midiático do Rio Grande do Sul. Segundo ele, há uma “perseguição” contra o Movimento:

---

<sup>22</sup> Hoje, o ex-governador é filiado ao PPS (Partido Popular Socialista).



Eles sempre estão tentando marginalizar o MST. Ou tentam colocar as palavras nas nossas bocas. Nós nem estamos fazendo e eles já estão dizendo que nós estamos fazendo! Eu vejo uma perseguição! Nós temos aqui, em Canguçu, 478 famílias assentadas. Se chegar a acontecer um roubo... de uma vaca, de uma moto, qualquer coisa... se acontecer alguma morte, aquilo é noticiado em todos os jornais, a televisão... a RBS, várias vezes, irá mostrar, vai falar! Enquanto a gente sabe que em outros lugares está acontecendo a mesma coisa que aqui, mas nada é mostrado! Tu pegas só uma vila de uma cidade para ver o que acontece: morte, briga... e isso não é mostrado. Agora, se isso acontecer num assentamento, eles usam! Então, eu vejo a RBS como uma grande arma! uma grande inimiga nossa nessa questão que nós não podemos ter erro nenhum! Se nós cometermos qualquer errinho, nós somos massacrados!

Não obstante, o assentado reconhece que, no início, a mídia foi muito importante para o Movimento. “Muitas vezes até a própria RBS nos ajudou!”, lembra. No entanto, Paulo vê a mudança justamente quando os governos começam a fazer uso dos meios de comunicação por constatarem que não era possível conter os Sem-Terra.

Daí, segue-se um processo de desmoralização do Movimento por parte do grupo RBS. Para Paulo, isso se deu em meados da década de 1990. “Começaram a ‘propagandear’ contra nós”, observa. Por isso, o assentado também salientou que, como forma de protesto, desde 2001, o MST não concede mais entrevistas para a referida empresa. Nesse sentido, ele vê, como alternativa de melhorar a imagem dos Sem-Terra, o “corpo-a-corpo” na sociedade.

Direcionando novamente os seus pensamentos ao grupo RBS, Paulo lembra, em primeira mão, do ex-funcionário da empresa, José Barrionuevo, o qual assinava uma coluna sobre política no

Jornal Zero Hora. O radialista Rogério Mendelski também é citado. Para o agricultor, ambos “são figuras que devem ganhar um bom salário, para ajudar a massacrar o povo pobre!”.

Continuando o seu raciocínio, Paulo acrescenta, na discussão, o comentarista do JA, Lasier Martins: “Quando eles estão falando mal de nós, querendo jogar o MST contra a sociedade, eles não estão somente nos sacrificando, nós, o Movimento Sem-Terra, mas, também, todos os pobres que estão assistindo”. Na seqüência, o agricultor afirma: “mas eu os vejo como profissionais que têm uma ideologia (...)”.

Focando as atenções em Lasier Martins, Paulo comenta:

É um profissional, um advogado, um funcionário que tem uma ideologia e junta as duas coisas: a profissão dele de comentarista com a ideologia que ele tem. Ele nunca passou fome na vida; ele nunca teve dificuldade nenhuma! Ele nunca conviveu com pessoas pobres, carentes. Ele só olhou por fora! Então, para falar a verdade, eu tenho até pena dessas pessoas porque quando tu convives com a pobreza e conhece a realidade, a fome e a miséria, eu acho que tu não vais falar pra população. Então, eu fico até com pena deles por pensarem só neles e no dinheiro deles!

A visibilidade do Movimento, no entanto, é fundamental para que o MST tenha os seus pedidos atendidos. Assim, Paulo justifica as estratégias de pressão sobre o governo, como as manifestações em frente aos bancos e prédios públicos, além das áreas improdutivas que são ocupadas. “Tudo depende das necessidades do momento”, observa.

Por outro lado, Paulo destaca as “ações com a sociedade”: debates em colégios, igrejas, vilas, as marchas (“que não bloqueiam as estradas”), as doações de sangue, a entrega de alimentos para creches, a limpeza de cemitérios e ruas. Para o agricultor, essas atitudes ajudam a desfazer um pouco a imagem negativa que a mídia constrói do Movimento.

Voltando à questão dos bloqueios de estradas, Paulo afirma que, em certos momentos, é preciso “radicalizar”. Somente assim, o Movimento conseguirá “mexer com o poder”, que nem sempre os enxerga. Embora reconheça que parte da sociedade pode, nesse sentido, repelir as ações, o agricultor crê que outros tantos apóiam o MST justamente por compreenderem a sua causa.

#### **3.4.4 “Olha, não estamos gostando de vocês!”**

O último a ser entrevistado foi Odair, do “Nova São Pedro”. Casado, 39 anos, o agricultor é natural de Três Passos, no Rio Grande do Sul. Criado no meio rural com mais nove irmãos, o assentado cresceu numa propriedade de três hectares de terra até entrar no Movimento.

Filho de família pobre, Odair teve que trabalhar desde cedo para ajudar no sustento da família. Por esse motivo, cursou somente até a 5ª série do ensino fundamental. Segundo ele, seu pai o estimulava nos estudos, no entanto, por volta dos 13 anos, o agricultor acabou desistindo do colégio.

O jovem Odair trabalhou até os 20 anos junto com o seu pai. Além de plantarem em sua propriedade, faziam parcerias com outros proprietários. Foi nessa idade que Odair casou e depois, com a chegada do primeiro filho, as dificuldades econômicas aumentaram consideravelmente.

O assentado confessa que nunca se viu atuando “fora da terra”. Porém, sem lugar para trabalhar, muda-se para a Argentina, onde permanece clandestinamente por dois anos trabalhando junto com um tio, mas, também, “em condições muito difíceis, tanto de trabalho quanto de adaptação”.

Sem dinheiro, Odair resolve retornar ao Brasil, mais especificamente para sua cidade natal, Três Passos, onde, em seguida, conseguiu emprego na empresa Sadia<sup>23</sup> ficando lá por cerca de dois anos e meio. Nesse período, o agricultor já possuía dois filhos.

---

<sup>23</sup> Indústria de alimentos com origem em Santa Catarina.

Na mesma época, Odair sente a necessidade de buscar novas perspectivas em sua vida: “o que eu ganhava mal dava para pagar o aluguel e manter minimamente as condições que a família precisava”, observa o assentado. O ano era o de 1986. O agricultor abandona o emprego e vai para o acampamento “em busca de um pedaço de terra”.

Quando ainda estava na Sadia, sua esposa, Leonilda, já participava de algumas reuniões do Movimento. Então, no momento em que largou o emprego, Odair já sabia qual era o seu destino. Assim, entra para o MST onde permanece. Vale ressaltar que, hoje, o assentado tem cinco filhos: Marcelo, o mais velho, de 19 anos; Mana, de 18 anos; Márcio, de 16 anos; Marta, de 15 anos; e, por último, Gilvano, de oito meses.

Odair possui formação católica, mas é um não praticante confesso. Sobre política, diz que só teve envolvimento depois que entrou para o Movimento. Acreditando que o PT representava a mudança, o agricultor filia-se ao partido e acaba militando em diversas eleições.

Entendendo que a estrutura do País possui determinadas normas e regras, o assentado sempre concebeu que o Movimento não deveria subordinar-se a nenhum partido político. Porém, em certas decisões, o MST acaba tendo que optar pelo “‘melhorzinho’, não achando que vai existir o bom, o salvador da pátria”.

Nesse sentido, lembra que na época do governo Fernando Henrique Cardoso a relação entre este e o MST era de inimizade. No entanto, salienta que, em nenhum momento, o Movimento teve o intuito de derrubar o então presidente da república. A luta era a de busca de alternativas: “terra pra quem não tem terra, de dignidade pra quem não tem dignidade”, reflete.

Já com o governo Olívio havia maior proximidade. Embora as conquistas não tenham sido tantas quanto o Movimento esperava, existia um respeito “quanto à pessoa do Olívio”. Segundo Odair, o MST gaúcho não acreditava que o então governador resolveria todos os problemas do campo, no entanto, o tratamento era diferenciado.

Pelo carisma e o respeito com que o ex-governador tratava os integrantes do movimento, Odair considera Olívio “um amigo”. Por outro lado, com o atual mandatário gaúcho, as relações não são as mesmas. Para o agricultor, não há nenhum tipo de identificação. “O outro [Rigotto] se elegeu já subordinado à FARSUL, aos fazendeiros (...) então, foi um acordo do tipo ‘nós vamos bancar a tua campanha pra tu seres o nosso amigo e defender as nossas propriedades’”, sustenta.

Nessa situação, Odair afirma que o atual governo gaúcho está “blindado”, “escondido” pelas empresas de comunicação, principalmente o grupo RBS. Por não ter nenhuma proximidade, o assentado não vê a mínima possibilidade de discutir reforma agrária com Rigotto.

Sobre o governo Lula, Odair afirma que o MST não é seu inimigo. Todavia, acredita que o Movimento não pode ser seu subordinado. Acreditando que o presidente “está cercado pelo modelo”, o assentado defende uma postura autônoma: “Se nós acharmos que é o momento de fazer [manifestações], nós vamos fazer a luta independente do governo”, declara.

Para Odair, o MST surgiu devido à situação ruim que milhares de famílias brasileiras vinham e vêm passando. É um movimento social que legitima a luta das pessoas por melhores condições de vida. Além disso, os Sem-Terra tentam ajudar na formação dos indivíduos, “para conhecer melhor a realidade em que tu vives”.

Destarte, Odair afirma que a batalha do Movimento vai além da luta pela terra. O MST tenta, também, “recuperar a dignidade das pessoas desde o sentido cultural, na educação e no sentido também de entender o sistema que nós vivemos hoje em dia”, completa.

À exemplo dos seus colegas, Odair reconhece que o atual sistema global implica mudanças na vida do campo. Para ele, o Movimento não faz parte da realidade do sistema econômico em voga. Dessa forma, os Sem-Terra acabam sendo atingidos em decorrência do progresso das grandes empresas do setor rural.

Salienta o agricultor também que a grande diferença do MST

para essas empresas globais é justamente a luta do Movimento, que “não é [feita] por dinheiro”. Segundo Odair, os Sem-Terra falam em economia, “mas economia como dignidade: é viver bem, ter bóia pra comer três vezes por dia, as crianças terem colégio pra estudar (...)”.

Mesmo reconhecendo que, nem sempre, os objetivos do MST são alcançados, o assentado Odair acredita que o Movimento acaba cumprindo com um papel que ele julga ser de suma importância na atualidade: o do resgate da cidadania e, conseqüentemente, da dignidade das pessoas que estão à margem da atual estrutura da sociedade.

O contexto de lutas do Movimento, colocado por Odair, remete à questão dos símbolos como formas marcantes de identificação do MST. Nesse sentido, ele estabelece que o boné e a bandeira, por exemplo, são ligados a um aspecto místico dos Sem-Terra. Significa a busca pela unificação de uma luta em torno de uma bandeira.

Essa luta pela terra inclui, segundo Odair, todos os excluídos que batalharam por uma vida melhor, mais digna, “desde o descobrimento do Brasil”. Assim, para o agricultor, a bandeira do Movimento não engloba somente a história de lutas do MST, mas, também, a trajetória dos índios e dos escravos, por exemplo.

Entre os ídolos do Movimento, Odair destaca o guerrilheiro argentino Ernesto Che Guevara. Considera-o “especial pela capacidade que ele teve de ajudar a fazer a luta e por ter a grandeza que teve de entender, já naquela época, que a luta não era algo localizado, a luta teria que ser uma luta maior, articulada internacionalmente”, afirma.

A respeito dos meios de comunicação, Odair confessa não ser um assíduo telespectador do telejornalismo local. No entanto, sempre procura informar-se das notícias com outros colegas; “Eu troco idéias com eles, daí eles me colocam o que está passando, o que está acontecendo”. Por outro lado, o agricultor afirma escutar muito o rádio.

Pelo fato do MST tentar transmitir à sociedade uma pauta dife-

rente da que é passada pela mídia tradicional brasileira, esta acaba “batendo” no Movimento. Procura os problemas que os agricultores enfrentam, para explorá-los de acordo com o seu objetivo maior, o de ser um “braço do latifúndio”.

Na opinião de Odair, a mídia nunca teve interesse em defender os pobres. Sempre foi contra o MST. Deixando claro que não são todas as empresas de comunicação que atuam dessa forma, o assentado sinaliza, no entanto, que os donos (“coordenadores”) das maiores instituições de comunicação têm essa visão.

No que se refere à RBS, a relação foi, aos poucos, enfraquecendo. “Quando começou a ficar claro que a RBS em si era alguém que ‘investigava’ o Movimento e só colocava os seus problemas (...) a única saída foi não falar mais pra RBS”. Nesse sentido, o agricultor conclui: “não sei até onde a gente vai com essa posição, mas é o único meio que a gente achou de dizer: ‘olha, não estamos gostando de vocês!’”.

Entre os profissionais que trabalham no grupo, mais uma vez, o nome de Lasier Martins é lembrado. Acusado por Odair de ser um comentarista que atua contra a reforma agrária, o jornalista sempre liga o movimento “ao crime, à baderna, ao banditismo e à anarquia”. Nesse sentido, o assentado afirma:

Se ele [Lasier Martins], no mínimo, fizesse uma avaliação de quantas pessoas, hoje, são assentadas... nós temos 11800 famílias assentadas através dessa luta! Então, são pessoas que, hoje, seriam problema pra sociedade. Seriam problema de insegurança problema de miséria... e isso ele não reconhece... não reconhece porque ele não quer! Ele sabe dessa história (...) Ele devia ter, no mínimo, coerência como comentarista e falar a verdade! (...) Ele dificulta a relação do pobre com o pobre! Ele é uma das pessoas que se utiliza do espaço que tem pra condicionar as pessoas que ficam vendo ele na RBS.

É essa mesma RBS que, na opinião de Odair, quer passar a idéia de que não há terras para a reforma agrária, o que “seria a única maneira de aumentar o emprego no Brasil”, acrescenta. Por causa “desse discurso falso”, o agricultor justifica a ocupação de terras e a luta do Movimento como um todo.

### **3.5 O outro lado da moeda: a recepção e suas mediações**

Com relação ao movimento de recepção, em primeiro lugar, é preciso que se entenda qual é o contexto, ou seja, as posições de enunciação dos integrantes do MST. Com base no grupo de agricultores que fizeram parte desta pesquisa, percebe-se claramente um aspecto multicultural no que tange ao Movimento.

Andando na contramão da história, o MST constitui-se em um movimento social avesso às migrações do campo para a cidade, optando por fazer justamente o caminho contrário: muitos dos seus integrantes são provenientes do meio urbano e rumam para o setor rural em busca de melhores condições de vida.

Em resistência à nova era, de descaso para com a figura tradicional do homem do campo, o Movimento acaba sendo também um reflexo dessa era. Nesse sentido, embora sejam muitas vezes contrários aos novos ditames da ideologia globalizante, e mesmo reconhecendo que o atual sistema os prejudica e, conseqüentemente, os enfraquece, os agricultores do MST convivem, de forma tímida, com as novas influências da atualidade.

Conforme abordado anteriormente, parte do MST é formada por pessoas do meio rural, enquanto outros provêm do setor urbano. Oriundos das mais diversas localidades do Rio Grande do Sul, os assentados, marcados por longas andanças pelo estado e até mesmo pelo exterior, denotam ao Movimento um caráter diaspórico e multicultural.

São muitas as origens, os sotaques e os hábitos dos integrantes. Ao ingressarem na luta pela terra e a busca da dignidade,



tais atributos se misturam conferindo ao MST, portanto, um hibridismo cultural e um aspecto essencialista<sup>24</sup> do Movimento.

Essa reflexão também faz menção ao sujeito sociológico de Hall (2000a). Porém, estando o integrante do Movimento em constante interação com outros colegas, os quais possuem diferentes formações, hábitos, gostos etc., esse agricultor flerta com o sujeito pós-moderno: mantém-se dentro das suas relações, mas tem sua identidade construída com elementos advindos de outras realidades. Nesse cenário, portanto, multicultural, o MST se caracteriza também por ser um movimento social híbrido.

Por intermédio dessas interações, fundamentais para a concretização do processo, as identidades são efetivadas no tempo. Os indivíduos se definem em termos de classes e estilos sociais definidos, contextos que se compartilham e ajudam a construir a identidade cultural das pessoas. Concebendo a cultura como uma estrutura de significados incorporados no campo do simbólico, tem-se, através deste intercâmbio de símbolos com as demais pessoas, a formação da identidade. Em suma, através dos mais diversos tipos de cultura<sup>25</sup>, são estabelecidas as relações que, assim, proporcionarão a constituição da identidade<sup>26</sup>.

Portanto, essa cultura sempre teve o seu lugar de destaque. Entendendo-a como significados que estão presentes nas mediações, o agricultor uno, particular, forma, assim, a sua identidade cultural de acordo com uma determinada realidade (socio-

---

<sup>24</sup> Seguindo os pressupostos de Woodward (2000), nesse sentido, destacam-se as concepções que interseccionam as noções de essencialismo e não-essencialismo, em que a primeira se relaciona com a noção de sujeito sociológico de Hall (2000a), que compartilha identidades no interior de um mesmo grupo. Já a segunda perspectiva aponta as diferenças e também as relações partilhadas entre os mais diversos grupos étnicos.

<sup>25</sup> Próxima dessa visão está a definição de Hermes (1995, p.27), que conceitua cultura como sendo um “sistema [particular, individual] de crenças, valores e idéias sobre o mundo”.

<sup>26</sup> Tal reflexão baseia-se em um seminário ministrado pelo professor Jorge Larrain, intitulado “Identidade Cultural”, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, em 2003.

cultural), ou seja, através das relações que estabelece com outros atores no campo social. Reforçando a questão, Jacks salienta: “a cultura regional possibilita, assim, uma identidade cultural, que é a correlação entre uma cultura, a qual se constitui de normas, mitos, símbolos e imagens, e os indivíduos que já estão estruturados por esses elementos”. Tal situação leva a trocas e identificações com as tais normas, mitos, símbolos e imagens:

Essa correlação, entretanto, é de difícil caracterização, porque, por sua vez, é difícil caracterizar concretamente os traços essenciais de uma cultura. Existem fatores históricos, geográficos, econômicos e sociais que determinam as especificidades culturais dos habitantes de uma determinada região, mas é algo que não se pode delinear com precisão, pois é um processo cada vez mais dinâmico, e muitas vezes, realiza-se no devir. Cultura e identidade cultural são, portanto, entidades abstratas que a um só tempo concretizam as necessidades de referências para determinado grupo social (1995, p.156-157).

Em sintonia com a concepção de sujeito sociológico de Hall, Jacks ainda salienta que, “(...) a identidade cultural realiza a contextualização do homem com seu meio, seu grupo, sua história, em um processo de consciência que impede sua alienação”. Sendo assim,

a identidade cultural desempenha um papel fundamental entre o sujeito, individual ou social, e a realidade circundante, mediando os processos de produção e de apropriação dos bens culturais. É essa mediação que garante o significado da produção cultural e o sentido do consumo de bens culturais para determinados grupos, sem a qual torna-se um processo vazio, com o perigo de tornar-se um ato alienado e alienador (1995, p.159).

Por outro lado, atrelados aos novos tempos, de globalização, outros fatores como, por exemplo, as tentativas de “homogeneização trazida pelo transnacional” (MARTÍN-BARBERO, 1997a, p.283), forçam o surgimento de uma nova discussão ligada à identidade. Concebendo esta como algo que não se origina de dentro do indivíduo, Hall (1997, p.26) sublinha que a identidade de um povo pode ser entendida

como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações que adotamos e procuramos ‘viver’, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente.

Esse reordenamento de culturas provoca aquilo que Hall (2000) denomina “crise de identidade”. A descentralização das coisas e a conseqüente fragmentação do ser humano corroboram, nesse sentido, para um verdadeiro colapso das identidades modernas. Hoje em dia, o indivíduo sofre um processo de descolamento tanto de si próprio quanto do mundo social e cultural que habita em função das novas imposições globais, vistas anteriormente.

Na América Latina, por exemplo, a situação não é diferente. Esse desprendimento da identidade cultural nacional em direção a outras, compostas por divisões e diferenças dos mais variados níveis em âmbito global, também pressupõe a formação de identidades móveis e, por conseqüência, híbridas. Estas são alavancadas, em alguns casos, pelas novas tecnologias de informação, conforme abordado anteriormente, e igualmente estão sempre – de maneira desigual – em construção (GARCÍA CANCLINI, 1989; 1995; HALL, 2000)<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Com relação às questões de identidade cultural, por exemplo, García Canclini enfatiza o fato de que, em contato com outros contextos (realidades), a

Essas questões atuais, relativas ao sujeito fragmentado, composto por várias identidades, implicam uma ruptura com as noções de sujeito uno e sociológico. No entanto, essa realidade levanta o questionamento de que talvez isso já exista há muito tempo. Dentro dessa lógica, a globalização, juntamente com as conseqüências ligadas à compressão espaço/tempo, teria apenas potencializado tal situação. Não obstante, de um elemento que preserva determinadas características, desde o nascimento até a morte, a outro, que assume novas referências, o sujeito teria, então, sua identidade construída, em maior ou menor grau, através de um *mix* de influências.

Se, por um lado, os Sem-Terra resultam em identidades culturais distintas – porém, não pós-modernas –, por outro, a dignidade parece ser o fio condutor, o elo entre eles. Tido por alguns como o verdadeiro “salvador da pátria”, o MST é encarado como um movimento social que trás de volta a esperança de uma vida melhor às pessoas. Como resultado, resgata a cidadania dos indivíduos, conferindo-lhes orgulho; orgulho em ter a própria terra, a própria casa. Orgulho por ter trabalho.

Segundo Jacks (1996, p.190),

A mediação da identidade campesina se configura através do trabalho e das relações familiares, pois estes aspectos estão intimamente imbricados pela organização de produção rural. Compõem os traços desta cultura a religiosidade, a tradição oral, a origem étnica e os laços comunitários e de vizinhança.

Sendo, em sua maioria, de formação católica, os integrantes do MST que fizeram parte desta investigação possuem o ensino fundamental incompleto. Na política, boa parte dos agricultores se mostrou simpatizante do PT, embora estivessem decepcionados com o governo Lula. Mesmo assim, ao tecerem comentários à

---

identidade tradicional não termina, no entanto se transforma, sendo, portanto, histórica, e, por conseqüência, não atemporal (JACKS, 1999).

administração petista, procuraram blindar o presidente de críticas mais duras.

As palavras mais severas foram reservadas ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e ao atual governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. Entretanto, cabe salientar que com relação ao primeiro, embora afirmassem que havia uma falta de sintonia político-ideológica, os agricultores acabavam reconhecendo que, devido às inúmeras pressões daquela época, o governo Cardoso foi marcado por muitas vitórias do MST.

Fechando o ciclo dos políticos abordados nas entrevistas realizadas, o respeito e a consideração ao ex-governador gaúcho Olívio Dutra foi questão unânime entre os assentados. Tido como um político respeitador, amigo e adepto do diálogo, o petista mereceu todos os elogios por parte dos entrevistados.

A respeito das rotinas de interação dos assentados com os meios de comunicação, somente um dos entrevistados admitiu não ter muita relação com os noticiários televisivos. Em seu depoimento, Odair ressaltou que prefere o rádio para buscar informações. Sobre os telejornais, revelou que procura informar-se com outros colegas sobre o que anda sendo veiculado.

Entretanto, Jair, Paulo e Jatir têm o hábito de assistir os noticiários da televisão. Em suas declarações, o JA e os outros telejornais da emissora são acompanhados pelos agricultores, mesmo que haja uma postura de contrariedade com relação às informações produzidas.

Além da programação da RBS TV, Jair, por exemplo, possui o hábito de assistir também o Jornal nacional, o Jornal do SBT e a *Band News*. A duração do processo de recepção, discutida por Orozco Gómez (1991; 1993), é lembrada aqui a partir do momento em que o agricultor afirma que, após a interação com os programas, é feita uma reflexão individual e, posteriormente, estabelecem-se as discussões com outros colegas a respeito do material visto.

Abordadas anteriormente, as características apresentadas pelos agricultores do MST denotam as suas posições de enunciação.

Ao configurarem um grupo com características específicas e delimitadas, estabelecem competências culturais particulares, constituídas por um arquivo de códigos, significados e símbolos. Constituem, portanto, as suas mediações.

A partir dessas posições dos sujeitos, é formatada a socialidade do assentado com o JA. Nesse processo de interação, a tendência é a da resistência ao discurso do telejornal. Inclusive, para os entrevistados, não há a possibilidade de qualquer tipo de relação com o grupo RBS.

Para os agricultores, o JA distorce os fatos a partir do momento em que apresenta o Movimento como um inimigo do sistema, constituindo-se, assim, em uma ameaça não só ao regime neoliberal, mas à sociedade como um todo. Assim, para os membros entrevistados, há uma descaracterização do MST pelo telejornal.

De acordo com essa realidade, os assentados afirmam que a mídia atua conforme interesses particulares, que visam à preservação do neoliberalismo. Nessa construção, é sustentada a idéia de que o governo federal acaba sendo o grande algoz da sociedade. Enquanto isso, o governo estadual de Rigotto é blindado pelo telejornal JA.

Encarando a RBS como uma empresa de comunicação “sem caráter”, os agricultores enfatizam a questão de que o grupo – e a mídia em geral – prejudica os pobres, não lhes conferindo espaço em suas coberturas. Justamente por apresentarem uma concepção dos movimentos sociais que remete ao primitivo e, portanto, ao ultrapassado, é passada a idéia de que o MST não vinga na atual realidade. Pelos assentados, tal abordagem é vista em articulação com uma conseqüente desmoralização do Movimento, o que é constatado no tratamento discursivo utilizado pelo JA. Ao se referir ao MST, o telejornal utiliza termos como, por exemplo, “anarquia”.

Considerado pelos assentados o “pior” de todos os funcionários, o comentarista Lasier Martins também recebe a companhia de José Barrionuevo e Rogério Mendelski no quesito “massacre

ao povo pobre”. Tidos como grandes inimigos do MST, o primeiro, principalmente, é acusado por não conhecer a realidade dos agricultores gaúchos.

Tantas acusações contra o JA e o grupo RBS como um todo convergem em uma constatação por parte dos integrantes do Movimento: a mídia é a arma mais nociva que existe contra os agricultores. O seu poderio é considerado tão grande pelos Sem-Terra que a relação RBS e MST é comparada a um confronto, que também apresenta resultados previsíveis: a luta de um elefante contra uma formiga.





# Capítulo 4

## Espelho distorcido

### O MST (não) se vê no Jornal do Almoço

A principal intenção desta investigação consistiu em observar quais são as produções de sentido de integrantes do Movimento dos Sem-Terra frente à mídia do Rio Grande do Sul, mais especificamente à cobertura do JA durante o “Abril Vermelho”, no ano de 2004. Nesse sentido, procurando complementar os estudos sobre o MST e os meios de comunicação, a pesquisa examinou as posições de fala dos membros do Movimento, que se reuniram no assentamento “Pitangueiras”, em Canguçu, como forma de entender os seus posicionamentos perante as edições do noticiário televisivo da RBS TV.

Entendendo que um estudo de recepção não se dá isoladamente, o presente trabalho também lançou mão do movimento de produção textual. Assim, através de uma leitura política e multiperspectiva, a investigação procurou estudar os contextos produtivos das notícias do JA tendo, como base de análise, os pressupostos metodológicos de Kellner (2001). Para Escosteguy (2001a, p.26), essa perspectiva implica o fato de que “todas as expressões culturais devem ser vistas em relação ao contexto social das instituições, das relações de poder e da história”.

Nesse sentido, percebeu-se que o telejornal em investigação – o JA – trava uma relação de cumplicidade com o poder vigente

e a manutenção deste. Assim, sendo detentora da hegemonia comunicacional no Rio Grande do Sul, a empresa RBS se constitui no agente de mediação da cultura gaúcha e, ao respeitar tais regras, acaba estabelecendo simbólica e socialmente uma ideologia defensora do regime neoliberal em seus discursos.

Tal cenário reforça a posição de Kellner (2001, p.108), segundo a qual “a cultura da mídia produz imagens que mobilizam o desejo do espectador para certos modos de pensamento, comportamentos e modelos que servem aos interesses da manutenção e da reiteração do *status quo*”. Essa realidade permite compreender uma clara separação entre as forças dominantes e de resistência da sociedade. Em detrimento à luta dos movimentos sociais e, em especial, do MST, o discurso do JA favorece outros setores, a saber: governo estadual, ruralistas, justiça e empresariado. Endossando o cenário exposto, merece destaque também a articulação feita pelo telejornal entre o Movimento e o governo federal.

Apresentado como “principal aliado do governo Lula”, o MST é assim colocado como uma espécie de cúmplice do “estático” e “atarantado” presidente. Nesse sentido, a construção do Movimento como um fenômeno em desuso e, portanto, ultrapassado, traduz estreita ligação com o enfraquecido papel do Estado. Tal situação sustenta a tese de reformulação desse Estado, senil e atrasado como o MST, combatido e sem forças para modificar a trágica situação de desleixo em que o País se encontra.

No discurso do JA, o agravamento desse cenário se dá através das ações do Movimento como, por exemplo, as invasões de propriedades, os bloqueios de estradas, as manifestações em frente aos bancos, as vendas ilegais de lotes de terras e o não cumprimento da lei, como no caso do não comparecimento de Stedile – um dos grandes alvos do telejornal – à justiça da cidade de Canguçu<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre as ações do MST, conforme salienta Gohn (2000, p.139-140), historicamente “a escolha daqueles espaços públicos objetivava forçar a mídia a dar destaque às ações e às reivindicações do MST, ocupando-se lugares simbólicos-chave e de visibilidade política nacional. A participação dos ci-

A perspectiva é reforçada, também, pelos discursos de Ana Amélia Lemos e Lasier Martins. Lançando mão, portanto, do tipo opinativo, o JA apresenta, através dos seus comentaristas, uma visão subversiva do MST. Vistos como promotores da balbúrdia, os agricultores são, nesse sentido, sinônimos de terrorismo e regressão. Através de suas ações, atrapalham o agronegócio e, conseqüentemente, denigrem a imagem do País.

Para promover esse cenário, Ana Amélia Lemos e Lasier Martins personificam o *fait divers*. Sustentam um discurso de instabilidade e temor. Abusando de termos e comparações que remetem ao caos social, instauram, portanto, a noção de que tudo está perdido. Para García Canclini (1995, p.224), “a subordinação da ação política à sua espetacularização pela mídia está reduzindo a importância dos partidos políticos, (...) das manifestações públicas e de massa, enfim, das instâncias em que as negociações podem ser efetuadas”. Nesse sentido, as falas dos comentaristas passam à sociedade a idéia de total desordem e medo, o que é ocasionado pelas ações do MST e a conseqüente inércia do Governo Federal, conforme colocado anteriormente.

Esse processo de enfraquecimento do Movimento é legitimado também pela constatação da ausência dos “comos” e dos “porquês” em determinados momentos da cobertura do “Abril Vermelho” pelo JA. Reforçando essa constatação, Kellner (2001, p.149) observa que “se deve prestar atenção ao que fica fora dos textos ideológicos, pois freqüentemente são as exclusões e os silêncios que revelam o projeto ideológico do texto”.

---

dadãos na Marcha [a Brasília, em 1997, no exemplo específico da autora] e os atos de protesto foram cuidadosamente planejados, desde a forma como deveriam caminhar pelas rodovias, em colunas, os comportamentos tolerados e os não tolerados, até a roupa que usavam e o que carregavam. A política como espetáculo também teve sua estratégia no MST, num mundo globalizado pela mídia segundo notícias rápidas, espetaculares, de pouco conteúdo informativo e muitos efeitos visuais (...) a estratégia de mobilização considerou como um dos pontos-chave as imagens a serem captadas da manifestação pela mídia, principalmente pelas redes de televisão, que seriam transmitidas para todo país e, às vezes, para o exterior”.

A descontextualização dos fenômenos estabelece, assim, a noção do inexplicável e sem sentido no imaginário social. Nesse sentido, Lage (1998, p.308) sustenta a hipótese de que “fatos que contrariam versões dominantes, de interesse do sistema de poder, podem ser desqualificados como fenômenos inexplicáveis; ou ainda remetidos a especialistas”.

No caso específico desta investigação, Ana Amélia Lemos e Lasier Martins se apresentam como os especialistas do JA. Opiativo, portanto, o noticiário televisivo toma partido por um texto desprovido, por vezes, de contexto. Assim, dentro dessa realidade, a RBS TV se constitui no palco de disputas entre as forças hegemônicas e contra-hegemônicas no Rio Grande do Sul. Contudo, estabelece culturalmente versões convenientes, que vão ao encontro da ordem pretendida pela emissora.

Nessa cultura mediada eletronicamente pela RBS TV, o gênero telejornalismo serve, portanto, de elo entre a produção e a recepção. Sob esse cenário, a sociedade gaúcha produz sentido com base nas suas posições de enunciação. Interagindo com o JA, estabelece, assim, interpretações e posicionamentos frente aos mais variados temas da atualidade.

Dentre esses tópicos, como foi colocado anteriormente, insere-se o MST, assim como as questões pertinentes à realidade do meio rural. Sob esta perspectiva, de acordo com Gohn (2000, p.13),

pesquisar sobre a mídia [e] os meios de comunicação (...) tornou-se tão necessário quanto pesquisar sobre as formas de sobrevivência, de lutas e de resistência às mudanças avassaladoras (...) porque são todos os fenômenos que ocorrem num mesmo campo de disputas e tensões: o campo de formação da cultura política dos grupos subordinados da sociedade.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, a autora antecipa:

Entender o papel da mídia junto a um movimento social (...) significa entender um dos principais cami-

nhos por meio do qual as ações coletivas são construídas; significa também a possibilidade de compreender as motivações que levam os indivíduos a participarem ou não dos movimentos; e significa, ainda, poder captar o campo de força social de um movimento<sup>2</sup> (2000, p.22-23).

Fazendo parte do séquito de telespectadores gaúchos do JA, os integrantes do Movimento também produzem significados frente às notícias veiculadas pelo telejornal da RBS TV com base nas suas mediações. Nesse sentido, apresentam contextos bem delimitados, os quais os inserem dentro dos pressupostos da pedagogia crítica da mídia.

Provenientes das mais diversas localidades do meio rural ou urbano, os agricultores dos Sem-Terra conferem, assim, características multiculturalistas e, conseqüentemente, híbridas, de mestiçagem ao Movimento. Em sua trajetória de lutas e andanças, o MST passa por um processo de construção contínua, oscilando entre o passado e o presente.

No que se refere à questão diaspórica dos Sem-Terra, percebe-se um movimento às avessas: em descompasso com o fenômeno da globalização, onde a tendência preponderante é a da migração campo-cidade, o MST inverte a lógica ao passo em que propõe o retorno (ou permanência) ao meio rural.

De caráter diaspórico e híbrido<sup>3</sup>, o MST, assim como o próprio País e a América Latina, constitui-se em um verdadeiro mosaico social. Essa estrutura identitária fragmentada clama pela terra e o trabalho. O Movimento dos Sem-Terra clama pela dignidade e a legitimação da diversidade e da diferença.

---

<sup>2</sup> Gohn (2000, p.78) sustenta que “para se entender a cultura política de um grupo social, ou de seus autores em particular, temos que decodificar o conjunto de significados – atribuídos ou construídos – no universo do imaginário e das representações sociais daqueles grupos ou indivíduos”.

<sup>3</sup> Para Silva (2000, p.87), “o hibridismo está ligado aos movimentos demográficos que permitem o contato entre diferentes identidades: as diásporas, os deslocamentos nômades, as viagens, os cruzamentos de fronteiras”.

Sob essa posição de fala constituída, segundo Martín-Barbero (1997a, p.290),

o consumo não é apenas reprodução de forças, mas também produção de sentidos: lugar de uma luta que não se restringe à posse dos objetos, pois passa ainda mais decisivamente pelos usos que lhes dão forma social e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos e ação provenientes de diversas competências culturais.

Os agricultores do MST possuem formação católica, apresentam tendências políticas de esquerda e têm, no que se refere à questão dos estudos, o ensino fundamental incompleto. No geral, em sua ritualidade, interagem diariamente com os meios de comunicação, em especial a RBS TV e o JA. Em alguns casos, completam suas leituras midiáticas com o rádio.

Na presente realidade, percebe-se que os usos que os integrantes do MST fazem com relação ao JA são relevantes ao estudo dos seus posicionamentos. Nesse sentido, as relações pessoais e as conseqüentes discussões entre os agricultores do Movimento sobre a cultura veiculada pela emissora tornam-se as principais formas de produção de sentido.

Através dessas formas de interação, a veia identitária dos agricultores do MST resiste às notícias veiculadas pelo JA sobre o Movimento. Sobre esse ponto, Hall (2003, p.371) afirma:

(...) a verdade é que as leituras negociadas são provavelmente o que a maioria de nós faz, na maior parte do tempo. Somente quando você se torna um sujeito revolucionário completamente autoconsciente e esquematicamente organizado, você alcançará integralmente uma leitura de oposição.

Não obstante, os agricultores acusam o grupo RBS de promover uma descaracterização dos Sem-Terra, tidos, nesse sentido,

como uma espécie de ameaça à nova ordem mundial. Em suas análises, os integrantes do Movimento salientam o papel dos comentaristas do noticiário televisivo, Ana Amélia Lemos e Lasier Martins. Em tal cenário, este último é encarado como o inimigo número um do MST no Rio Grande do Sul.

Muito mais do que a relação entre a RBS TV – através do JA – e o MST está o confronto político entre diferentes visões de mundo: de um lado, apresenta-se um grupo hegemônico que age com vistas a promover e sustentar a ordem neoliberal estabelecida. Do outro lado do ringue, está um movimento social de resistência, que se opõe a tal situação.

Nessa luta em que o grupo RBS é, ao mesmo tempo, palco e ator, trava-se a batalha entre o “avançado” e o “tradicional”; entre o “incluído” e o “excluído”. Entretanto, de tão divergentes e extremistas, os discursos produzidos pelo JA e o MST acabam por se chocar.

A partir do momento em que há uma defesa explícita de alguns funcionários (jornalistas) do grupo RBS, os agricultores do Movimento que fizeram parte desta investigação apresentaram uma espécie de “solidariedade” para com esses profissionais. Não obstante, há outra constatação nesse cenário, de cunho político: a realidade defendida pelo JA é, mesmo que de forma tímida e a contragosto, endossada, em parte, pelo MST a partir do momento em que há um declarado envolvimento com o agronegócio na atualidade. Tal situação faz com que, por vezes, haja uma oscilação entre os processos de resistência e negociação.

Apesar de demonstrarem total contrariedade ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, os agricultores do MST também reconheceram que durante o período em que esse foi o principal mandatário brasileiro, o Movimento obteve muitas vitórias e conquistas. Mesmo que seja rara, essa espécie de cumplicidade entre os discursos do JA e dos Sem-Terra demonstra que o velho chavão “os opostos se atraem”, por vezes, pode vingar.

Embora seja feita tal constatação, o discurso construído, que trata o grupo RBS como o grande inimigo do MST, é o que mais

prepondera entre os agricultores do Movimento dos Sem-Terra. Nesse sentido, implícita ou explicitamente, há o reconhecimento de que tal confronto é desleal e implica um único resultado: a supremacia do grupo de comunicação e a ideologia defendida por este sobre os agricultores.

A crítica diagnóstica sobre a relação JA e MST propicia, então, fazer uso da

história para ler os textos e os textos para ler a história [o que] (...) possibilita compreender as múltiplas relações entre textos e contextos, entre cultura da mídia e história. (...) possibilita a compreensão da situação política atual, dos pontos fortes e vulneráveis das forças políticas em disputa, bem como das esperanças e dos temores da população (KELLNER, 2001, p. 153).

Sendo assim, a presente realidade, de visível conflito político entre o Movimento dos Sem-Terra e os meios de comunicação e, no caso desta investigação, da RBS e o JA, promove duas figuras que os agricultores do MST utilizaram para descrevê-la: o elefante e a formiga.

O elefante, considerado o maior de todos os animais quadrúpedes e terrestres, é sinônimo de força e de caça ao inimigo. Potente e superior, o mamífero é praticamente imbatível em suas batalhas. Já a formiga se constitui em uma espécie de inseto pequeno e frágil. Por outro lado, apresenta outras duas características: é paciente e trabalhadora.

O que se pode concluir dessa relação é que diante de tal realidade, embora, por vezes, os dois atores, a RBS – através do JA – e o Movimento dos Sem-Terra, apresentem pontos de intersecção, no geral, suas extremidades se encontram cada vez mais distantes. O choque de idéias entre o elefante comunicacional e a formiga do meio rural parece não ter retorno. Portanto, nesse cenário de disputas entre forças hegemônicas e de resistência, a imagem é



distorcida. Em um mundo de incertezas, definitivamente, o MST não se vê no Jornal do Almoço.



# Capítulo 5

## Referências bibliográficas

- ABRAMO, Bia (org.). *Um Trabalhador da Notícia*. Textos de Perseu Abramo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- AGGER, Ben. *Cultural Studies as Critical Theory*. London: Washington DC: The Falmer Press, 1992.
- AGGER, Ben. *Critical Social Theories: an introduction*. Boulder, CO: Westview Press, 1998.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARBEX JÚNIOR, José. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BAHIA, Juarez. *Jornal: história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. *Manual de telejornalismo: os segredos da notícia na TV*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. *Você na Tela: como usar a mídia a seu favor*. São Paulo: Futura, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERGER, Christa. *Campos em Confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.
- BITTENCOURT, Luís Carlos. *Manual de Telejornalismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.
- BONIN, Jiani Adriana. Identidade Étnica e Telenovela. In *Ciberlegenda*. n° 10, 2002.
- BORELLI, Silvia H. Simões; PRIOLLI, Gabriel (orgs.). *A Deusa Ferida: por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência*. São Paulo: Summus, 2000.
- BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez Lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CRUZ, Dulce Márcia. *Televisão e Negócio. A RBS em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1996.
- CUNHA, Albertino Aor da. *Telejornalismo*. São Paulo: Atlas, 1990.
- CURADO, Olga. *A Notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo*. São Paulo: Alegro, 2002.

- DOWNING, John D. H. *Mídia Radical: Rebelia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2002.
- DUARTE, José Bacchieri. *100 Anos de Política Brasileira e a Influência exercida pelas Lideranças do Rio Grande do Sul no Século XX*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1996.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Estudos Culturais: uma introdução. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. *Cartografias dos Estudos Culturais – Uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Os Estudos Culturais. In HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, Vozes, 2001b, p.151-170.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Os estudos culturais e a constituição de sua identidade. In GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima; BRUSCHI, Michel Euclides (orgs.). *Psicologia Social nos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes, 2003a, p.51-74.
- ESTEVES, Fernanda. *Desculpem a Nossa Falha*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. *Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1989.

- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- GHIVELDER, Zevi. Telejornal em Rede. In KAPLAN, Sheila; REZENDE, Sidney (orgs.). *Jornalismo Eletrônico Ao Vivo*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Terceiro Setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOMES, Itania Maria Mota. A Noção de Gênero Televisivo como Estratégia de Interação. In *Revista Fronteiras—Estudos midiáticos*, v.4, dez 2002, p.165-185.
- GÖRGEN, Sérgio Antônio. *Os Cristãos e a Questão da Terra*. São Paulo: FTD, 1987.
- GÖRGEN, Sérgio Antônio. (org.). *Uma Foice Longe da Terra. A repressão aos sem-terra nas ruas de Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GROSSBERG, Laurence; NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A. Estudos Culturais: uma introdução. In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Alienígenas na Sala de Aula – Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GUARESCHI, Pedrinho; RAMOS, Roberto. *A Máquina Capitalista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

- GUARESCHI, Pedrinho; MAYA, Paulo Valério; POSSAMAI, Hélio. Essa Gentalha Infeliz: a representação social dos Sem-Terra segundo Mendelski. In GUARESCHI, Pedrinho (org.). *Os Construtores da Informação*. Meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v.24, 1996, p.68-76.
- HALL, Stuart. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In *Educação & Realidade*. Porto Alegre: v.22, nº 2, jul/dez 1997, p.15-46.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000b.
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HERMES, Joke. *Reading Women's Magazines: an analysis of everyday media use*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- HERZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- HINERASKY, Daniela Aline. *O Pampa virou Cidade: um estudo sobre a identidade cultural nas produções de teledramaturgia da RBS TV*. 2004. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

- IANNI, Octavio. *A Sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997a.
- IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997b.
- ISER, Fabiana. *Telejornal e Identidade Étnica: mediação e mediação na recepção do Jornal do Almoço por afro-brasileiros, austríacos e letos*. 2005. Dissertação. São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- JACKS, Nilda. Pesquisa de Recepção e Cultura Regional. In SOUZA, Mauro Wilton de (org.). *Sujeito, o Lado Oculto do Receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- JACKS, Nilda. Televisión, Recepción, Identidad: cuestiones e imbricaciones. In OROZCO GÓMEZ, Guillermo (org.). *Miradas Latinoamericanas a la Televisión*. México: Iberoamericana, 1996.
- JACKS, Nilda. *Querência: cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.
- JACKS, Nilda. *Mídia Nativa*. Indústria cultural e cultura regional. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2003.
- JACKS, Nilda. Made in Latin América. In *Revista Famecos*. Porto Alegre: n° 24, jul/2004, p.55-65.
- JOHNSON, Richard. O que é, afinal, estudos culturais? In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.



- KAPLÚN, Mario. Ni Impuesta ni Animada: la recepción televisiva y sus tierras incógnitas. In OROZCO GÓMEZ, Guillermo (org.). *Miradas Latinoamericanas a la Televisión*. México: Iberoamericana, 1996.
- KELLNER, Douglas; BEST, Steven. *Postmodern Theory: critical interrogations*. Nova Iorque: The Guilford Press, 1991.
- KELLNER, Douglas. *Critical Theory, Marxism and Modernity*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.
- KELLNER, Douglas. Lendo Imagens Criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Alienígenas na Sala de Aula – Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- KELLNER, Douglas. Critical Theory and Cultural Studies. In MCGUIGAN, Jim (org.). *Cultural Methodologies*. London: Sage, 1997.
- KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- KELLNER, Douglas. *Media Spectacle*. London: Routledge, 2003.
- LAGE, Nilson. *Controle da Opinião Pública: um ensaio sobre a verdade conveniente*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1998.
- LEAL, Ondina Fachel. *A Leitura Social da Novela das Oito*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LEITE, Sidney Ferreira. Estudos Culturais: o ponto de inércia e a resistência- Douglas Kellner e a leitura crítica do legado de Jean Baudrillard. In *Ecos Revista*. Pelotas: v.9, nº 1, jan/jun 2005b, p.107-132.
- LIMA, Venício Artur de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

- LIMA, Venício Artur de; CAPPARELLI, Sérgio. *Comunicação e Televisão: desafios da pós-globalização*. São Paulo: Hacker, 2004.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Muito Além do Jardim Botânico*. São Paulo: Summus, 1985.
- LLOYD, Christopher. *As Estruturas da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- LOPES, Genésio. *O superpoder: o raio x da Rede Globo : um império da ganância e da lucratividade*. São Paulo: IBRASA, 2001.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera da Rocha. *Vivendo com a Tele-novela: mediações, recepção, teleficcionalidade*. São Paulo: Summus, 2002.
- LULL, James. *A China Ligada: televisão, reforma e resistência*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- MACHADO, Arlindo. *A Arte do Vídeo*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- MACIEL, Pedro. *Jornalismo de Televisão: normas práticas*. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1995.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *A Saga dos Cães Perdidos*. São Paulo: Hacker, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os Anos Recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In SOUZA, Mauro Wilton de (org.). *Sujeito, o Lado Oculto do Receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995a.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997a.

- MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. *Los Ejercicios del Ver*. Hegemonia audiovisual y ficción televisiva. Barcelona: Gedisa, 1999.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Desencuentros de la Socialidad y Reencantamientos de la Identidad. In *Anàlisi*. Guadalajara: ITESO, 2002a. p.45-62.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização Comunicacional e Transformação Cultural. In MORAES, Denis (org.). *Por uma outra Comunicação*. Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MASCARELLO, Fernando. Notas para uma teoria do espectador nômade. In RAMOS, Roberto (org.). *Mídia, Textos & Contextos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p.147-178.
- MASCARELLO, Fernando. *Os Estudos Culturais e a Espectorialidade Cinematográfica*: uma abordagem relativista. São Paulo: ECA/USP, 2004.
- MATTELART, Armand e MATTELART, Michele. *O Carnaval das Imagens*. A ficção na TV. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Erik. La Institucionalización de los Estudios de la Comunicación. Historia de los cultural studies. In *Telos*. Madrid: v.49, mar/mai 1997, p.113-148.
- MELO, José Marques de. *As Telenovelas da Globo*: produção e exportação. São Paulo: Summus, 1988.
- MORAES, Denis de. *Planeta Mídia*: Tendências da comunicação na era global. Campo Grande: Letra Livre, 1998.
- MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *Televisión y Producción de Significados*: tres ensayos. México: Guadalajara, 1990.

- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *Recepción Televisiva – Tres aproximaciones y una razón para su estudio*. México: Universidad Iberoamericana, 1991. (Cuadernos de Comunicación y Practicas Sociales n° 2).
- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Dialéctica de la Mediación Televisiva – Estructuración de estrategias de recepción por los televidentes. *Anàlisi*. Barcelona, n° 15, p. 31-44, 1993.
- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. La TV a fin de milenio: un medio poderoso, cuyo límite es la audiencia. In OROZCO GÓMEZ, Guillermo (org.). *Miradas Latinoamericanas a la Televisión*. México: Iberoamericana, 1996a.
- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Televisión y Educación: lo enseñado, lo aprendido y lo otro. In OROZCO GÓMEZ, Guillermo (org.). *Miradas Latinoamericanas a la Televisión*. México: Iberoamericana, 1996b.
- OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *La Investigación en Comunicación desde la Péspectiva Cualitativa*. Buenos Aires: Universidad Nacional de La Plata, 2000.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- PATERNOSTRO, Vera Iris. *O Texto na TV*. Manual de telejornalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PEREIRA JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu. *Decidindo o que é Notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do Caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. *Telejornalismo no Brasil*. Um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

- RONSONI, Veneza. *Entre a Capela e a Caixa de Abelhas – Identidade cultural de gringos e gaúchos*. 2000. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 2000.
- ROSSETO, Miguel. Esse Sistema é Feudal. In *Revista Veja*. São Paulo, 26 de março de 2003, p.9-13.
- RÜDIGER, Francisco. *Comunicação e Teoria Crítica da Sociedade*. Fundamentos da crítica à indústria cultural em Adorno. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- RÜDIGER, Francisco. *Ciência Social Crítica e Pesquisa em Comunicação: Trajetória histórica e elementos de epistemologia*. Porto Alegre: E@, 2002.
- SÁ, Roberto Boaventura da Silva. *Veja lidera Bombardeio contra MST*. Cuiabá: Cadernos Populares/Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso, 2001.
- SAFATLE, Amália; WEBER, Luiz Alberto. As Boas Novas do Campo. In *Carta Capital*. São Paulo: Ano X, nº288, 28 de abril de 2004, p.22-30.
- SCHIRMER, Lauro. *RBS: da voz-do-poste à multimídia: a história e as histórias nunca contadas da maior rede de comunicação do sul do Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- SCHULMAN, Norma. O Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SCHWARZ, Bill. Onde estão os cultural studies? In *Revista de Comunicação e Linguagem*, nº 28, Lisboa: Relógio D'Água, 2000.
- SERVA, Leão. *Jornalismo e Desinformação*. São Paulo: SENAC, 2000.

- SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SIMÕES, Inimá. Nunca Fui Santa (episódios de censura e autocensura). In BUCCI, Eugênio. *A TV aos 50: criticando a televisão no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SMOLKA, João Walter Sampaio. *Jornalismo audiovisual: teoria e prática do jornalismo no Rádio, TV e Cinema*. São Paulo: Vozes, 1971.
- SOUZA, Herbert de. Verdades e Mentiras. In RITO, Lúcia; ARAÚJO, Maria Elisa de; ALMEIDA, Cândido José Mendes de. *Imprensa Ao Vivo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- SOUZA, Mauro Wilton de. Recepção e Comunicação: a busca do sujeito. In SOUZA, Mauro Wilton de (org.). *Sujeito, o Lado Oculto do Receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SQUIRRA, Sebastião. *Aprender Telejornalismo: produção e técnica*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SQUIRRA, Sebastião. *Boris Casoy: o âncora no telejornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. *O Olhar do Poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- TEODORO, Gontijo. *Jornalismo na TV*. Rio de Janeiro: Tecno-print, 1980.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

- THOMPSON, John B. *Mídia e Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A Nova Ordem Global: relações internacionais do século 20 – quarta parte*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1996.
- VOESE, Ingo. *O Movimento dos Sem-Terras na Imprensa: um exercício de análise do discurso*. Ijuí: Unijuí, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *Keywords*. Londres: Fontana Paperbacks, 1983.
- WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público*. Uma teoria crítica da televisão. São Paulo: Ática, 1996.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

## **Outras Fontes Consultadas**

### **Internet**

- ALMEIDA, Jorge. *Reforma Agrária no Ar: o povo na TV, de objeto a sujeito*. Disponível em <<http://www.eca.usp.br/alaic/Congreso1999/5gt/jorge%20almeida.rtf>> Acesso em: 02 ago. 2005.
- CERRO DA LAGOA. Disponível em <<http://www.cerrodalagoa.com.br/encruzilhada.htm>> Acesso em: 02 dez. 2005.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. *Notas para um estado da arte sobre os estudos brasileiros de recepção dos anos 90*. 2003b. Disponível em <<http://www.facom.ufba.br/pos/midiaerecepcao/textos.htm>> Acesso em: 21 out. 2004.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Por que o Trabalho Escravo?* Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142000000100003&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142000000100003&script=sci_arttext&tlng=pt)> Acesso em: 22 set. 2005.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *La Globalización en Pedazos: Integración y rupturas en la comunicación*. Colômbia, maio 1998. Disponível em <<http://www.felafacs.org/dialogos-51>> Acesso em: 20 ago. 2005.

GOMES, Itania Maria Mota. *Quem o Jornal do SBT Pensa que Somos?* Modo de endereçamento no telejornalismo show. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Disponível em <<http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/25.htm>> Acesso em: 1º ago. 2005.

GÓMEZ, Jorge Montenegro, THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *La Actualidad del Conflicto entre el capital y el Trabajo en el Medio Rural Brasileño*. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-38.htm>> Acesso em: 22 set. 2005.

GRAC – Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo. Disponível em <<http://www.ra.rs.gov.br>> Acesso em: 8 maio 2005.

KELLNER, Douglas. *Critical Theory*. Disponível em <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>> Acesso em: 15 ago. 2005b.

KELLNER, Douglas. *Critical Theory and the Crisis of Social Theory*. Disponível em <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>> Acesso em: 15 ago. 2005c.

KELLNER, Douglas. *Cultural Marxism and Cultural Studies*. Disponível em <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>> Acesso em: 16 ago. 2005d.

KELLNER, Douglas. *Cultural Studies, Multiculturalism and Media Culture*. Disponível em <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>> Acesso em: 16 ago. 2005e.



KELLNER, Douglas. *Cultural Studies and Social Theory: a critical intervention*. Disponível em <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>> Acesso em: 16 ago. 2005f.

KELLNER, Douglas. *Debord and the Postmodern Turn: New Stages of the Spectacle*. Disponível em <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>> Acesso em: 17 ago. 2005g.

KELLNER, Douglas. *The Frankfurt School and British Cultural Studies: the missed articulation*. Disponível em <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>> Acesso em: 17 ago. 2005h.

KELLNER, Douglas. *Media Culture, Social Theory and Cultural Studies 1996 symposium on Media Culture – A Response*. Disponível em <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>> Acesso em: 17 ago. 2005i.

KELLNER, Douglas. *Media Culture and the Triumph of the Spectacle*. Disponível em <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>> Acesso em: 18 ago. 2005j.

KELLNER, Douglas. *Theorizing Globalization*. Disponível em <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>> Acesso em: 18 ago. 2005k.

KELLNER, Douglas. *Critical Perspectives on Televisions from the Frankfurt School to Postmodernism*. Disponível em <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/kellner/>> Acesso em: 15 ago. 2005a.

LEITE, Sidney Ferreira. *Reflexões Sobre Comunicação e Sociedade: as contribuições de Douglas Kellner*. Disponível em <<http://www.compos.org.br/e-compos>> Acesso em: 16 dez. 2004.

LEITE, Sidney Ferreira. *Cultura da Mídia: quando a recepção diz não!* Porto Alegre, abr. 2005. Disponível em <<http://www.pu>

crs.br/famecos/pos/revfamecos/26.htm> Acesso em: 10 ago. 2005a.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *La Comunicación Plural: alteridad y socialidad*. Colômbia, set. 1994. Disponível em <<http://www.felafacs.org/dialogos-40>> Acesso em: 19 ago. 2005a.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Secularización, Desencanto y Reencantamiento Massmediático*. Colômbia, mar. 1995b. Disponível em <<http://www.felafacs.org/dialogos-41>> Acesso em: 20 ago. 2005b.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Globalización Comunicacional y Descentramiento Cultural*. Colômbia, out. 1997. Disponível em <<http://www.felafacs.org/dialogos-50>> Acesso em: 19 ago. 2005c.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Tecnicidades, Identidades, Alteridades: des-ubicaciones y opacidades de la comunicación em el nuevo siglo*. Colômbia, nov. 2002b. Disponível em <<http://www.felafacs.org/dialogos-64>> Acesso em: 19 ago. 2005d.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues, THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *A Modernização da Agricultura nas Áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os Impactos sobre o Trabalho*. Disponível em <<http://www.diplomado-sig.igeograf.unam.mx/instituto/publicaciones/boletin/bol55/b55-6.pdf>> Acesso em: 22 set. 2005.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em <<http://www.mst.org.br/historico/sumario.html>> Acesso em: 3 ago. 2005a.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em <<http://www.mst.org.br/historico/bandeira.html>> Acesso em: 3 ago. 2005b.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em <[http://www.mst.org.br/informativos/mstinforma/mst\\_informa90.htm](http://www.mst.org.br/informativos/mstinforma/mst_informa90.htm)> Acesso em: 25 out. 2005c.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em <<http://www.mst.org.br/informativos/indice.html>> Acesso em: 28 nov. 2005d.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. Disponível em <<http://www.redeglobo.com.br>>. Acesso em: 28 set. 2005.

REDE BRASIL SUL DE COMUNICAÇÃO. Disponível em <<http://www.clicrbs.com.br>> Acesso em: 9 mai. 2005.

TVMEMÓRIA. Disponível em <[http://www.tvmemoria.hpg.ig.com.br/a\\_tvriogrande.htm](http://www.tvmemoria.hpg.ig.com.br/a_tvriogrande.htm)> Acesso em: 14 out. 2005.

### **Jornais**

JORNAL SEM TERRA. São Paulo: Folhagráfica, nº 8, abr. 2003.

### **Televisão**

GLOBO NEWS. Entrevista concedida por Néstor García Canciani. São Paulo, dezembro de 2004.